

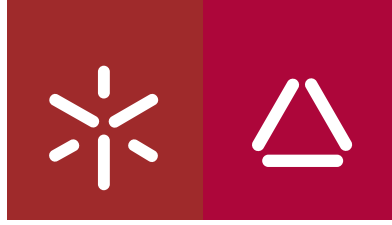


**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Cassandra Filipa Almeida Teixeira

**Um olhar sociológico sobre a relação dos humanos com os animais de companhia em duas gerações: Nós, "mais velhos" e "mais novos", e eles**





**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Cassandra Filipa Almeida Teixeira

**Um olhar sociológico sobre a relação dos humanos com os animais de companhia em duas gerações: Nós, "mais velhos" e "mais novos", e eles**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Sociologia  
Área de Especialização em Políticas Sociais

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Teresa Mora**

janeiro de 2023

## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações  
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## Agradecimentos

É difícil colocar em palavras o tanto que devo a cada um que me acompanhou durante estes anos. Foram anos bastante longos e desafiantes que eu tenho a certeza que não conseguiria superá-los se não tivesse cada uma dessas pessoas ao meu lado.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais e irmãos que estiveram do meu lado constantemente e auxiliaram-me em tudo o que precisei e, até, o que não precisei. Sem eles, nada seria possível. Isto não seria possível. Em particular aos meus dois irmãos, que passaram todo o tempo do meu lado, que aguentaram choros, ansiedades e agora partilham comigo o doce sabor da conquista. Obrigada.

É impossível não agradecer a amigos, uma vez que passam um outro tanto tempo connosco. É impossível não agradecer às minhas amigas, das melhores coisas que a Sociologia me pôde ter dado. Maria, Sandra, Rita, Diana e Marta. Estiveram, estão e sei que estarão sempre ali. Eu devo-vos imenso. Estes seis anos, em particular estes últimos três anos mais desafiantes, foram os melhores e tudo se deve à vossa presença na minha vida. Maria, a ti em particular, devo-te o mundo. Companheira de tudo: de lugar na secretária, de viagens de comboio e autocarro, de sessões de estudo a tudo o que era lugar e, inclusive, nos momentos menos bons, estávamos as duas de braço dado. Obrigada.

Preciso de agradecer também ao meu namorado, que também acompanhou todo o processo. Esteve sempre ali a agarrar-me a mão e a dar-me toda a força quando as coisas corriam menos bem. Sempre entendeu todos os momentos e sempre me ajudou com tudo o que podia. Sempre acreditou em mim e me chamou à realidade quando eu não o queria ver. Obrigada.

Em último, mas não menos importante, preciso de agradecer à Professora Doutora Teresa Mora. Obrigada pela paciência, pela exigência, pela atenção, pelo esforço. Mesmo quando as coisas não pareciam estar no sentido certo, a professora esteve lá para as orientar. Obrigada.

Obrigada a todas as pessoas que, de uma maneira ou outra, fizeram parte da minha vida e da minha história até aqui. Um capítulo fecha-se para outro poder se abrir e espero levar-vos a todos comigo para o próximo desafio. Obrigada.

## DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

# Um olhar sociológico sobre a relação dos humanos com os animais de companhia em duas gerações: Nós, “mais velhos” e “mais novos”, e Eles

## Resumo

A presente investigação tem como objeto de estudo a questão da relação dos seres humanos com os animais não-humanos, mais precisamente com os animais domésticos, numa perspetiva geracional. Decorrente da expressão massiva da sociedade pelos cuidados dos animais de estimação surgiu a ideia de fazer um estudo sobre as perceções dos tutores de dois grupos etários distintos acerca dos seus animais de companhia e dos animais no geral, analisando as práticas e representações sociais que compõem estas relações atendendo a diferenças geracionais. Este tema não surgiu apenas a partir do meu interesse pessoal pelos animais, mas também pelo facto de nunca ter sido mencionado durante a minha licenciatura em Sociologia, o que me despertou alguma curiosidade.

A ideia para esta investigação emergiu de uma tentativa de entender como é que esta relação entre os seres humanos e os animais se constrói, no contexto da sociedade portuguesa atual, a partir da diluição de categorias socialmente construídas como estanques, assim como as suas representações sociais. Assim sendo, a pertinência deste trabalho reside no facto de poder contribuir para os estudos nesta área, no contexto académico português, enriquecendo não só as ciências sociais, mas a própria sociologia que tem sido lenta na aceitação e disponibilidade em investir no conhecimento das relações humano-animais. E, ainda, este trabalho torna-se interessante uma vez que nos permite conhecer um pouco mais do próprio ser humano e de como os animais podem ter impacto na teia social que até recentemente, e que continua para alguns pensadores, era pensada como totalmente dominada e apenas influenciada pelo ser humano. A presente investigação delinea-se, assim, como uma forma de dar um contributo para trazer conhecimento novo acerca da questão do lugar dos animais domésticos na sociedade dos nossos dias.

**Palavras-chave:** animais de companhia; human-animal studies; relações humano-animais; sociologia

# A sociological look at the relationship between humans and companion animals in two generations: Us, “older” and “younger”, and Them

## Abstract

The present investigation has as object of study the relationship between human beings and non-human animals, more precisely with domestic animals, in a generational perspective. As a result of society's massive expression of pet care, the idea arose to carry out a study on the perceptions of guardians from two different age groups about their companion animals and animals in general, analyzing the practices and social representations that make up these relationships catering to generational differences. This theme did not emerge only from my personal interest in animals, but also because it was never mentioned during my degree in Sociology, which brought some curiosity in me.

The idea for this investigation emerged from an attempt to understand how this relationship between humans and animals is built, in the context of current Portuguese society, from the dilution of socially constructed categories as watertight, as well as their social representations. Therefore, the pertinence of this work lies in the fact that it can contribute to studies in this area, in the Portuguese academic context, enriching not only the social sciences, but sociology itself, which has been slow to accept and be willing to invest in the knowledge of human-animal relations. Furthermore, this work becomes interesting since it allows us to know a little more about the human being and how animals can have an impact on the social web that until recently, and which continues for some thinkers, was thought of as totally dominated and only influenced by human being. The present investigation thus outlines itself as a way of contributing towards bringing new knowledge about the issue of the place of domestic animals today.

**Keywords:** companion animals; human-animal relationships; human-animal studies; sociology



# Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice de Figuras.....	ix
Introdução.....	1
Capítulo I: Visão geral sobre os animais não-humanos nas ciências sociais.....	3
1. O debate sobre animais na contemporaneidade .....	3
2. Os animais nas Ciências Sociais.....	6
2.1. Os animais na comunidade científica anglo-saxónica .....	8
2.2. <i>Human-Animal Studies</i> (HAS) .....	10
2.3. Os animais na comunidade científica francófona .....	13
3. Os animais e a sociologia .....	16
4. Interacionismo simbólico.....	26
4.1. O interacionismo simbólico e os animais.....	27
Capítulo II: Os animais e os seres humanos.....	32
1. A presença dos animais de estimação na vida dos seres humanos .....	32
1.1. De animais de companhia a membros da família .....	33
2. As representações sociais .....	43
2.1. A objetivação social da categoria do animal.....	46
3. A moralidade e o estatuto dos animais .....	47
3.1. O estatuto moral dos animais .....	47
3.1. Direitos e deveres dos animais .....	51
3.2. O estatuto jurídico dos animais em Portugal.....	55
Capítulo III: Metodologia .....	59
1. Metodologia, métodos e técnicas.....	59

1.1. A metodologia qualitativa .....	59
1.2. Técnicas de recolha de informação: entrevista, relato biográfico e fotografias .....	60
2. Apresentação, análise e interpretação dos resultados .....	65
2.1. Os dados sociodemográficos – quem são os tutores e os seus animais de companhia ...	66
2.2. As entrevistas – os relatos nas vozes dos tutores .....	67
2.3. Análise das fotografias e dos textos – o sentimento que liga os humanos e os animais de companhia .....	88
Considerações finais.....	93
Referências bibliográficas .....	97
Anexos .....	100
Anexo A - Declaração de consentimento informado.....	100
Anexo B – Guião da entrevista .....	101
Anexo C – Grelha de análise das entrevistas.....	105
Anexo D – Fotografias acompanhadas dos relatos dos tutores entrevistados .....	107

## Índice de Figuras

Figura 1 – Captação de tela de um evento no Facebook a marcar o workshop Primeiros Socorros Cães & Gatos, em março de 2021 .....	38
Figura 2 – Captação de tela de uma notícia do G1, no Brasil, em 2007 .....	39
Figura 3 - Sonny captado pela sua tutora .....	90
Figura 4 - Pablo fotografado pelo seu tutor .....	90
Figura 5 - Luna (falecida) e Jardel, à esquerda, e Ruca, à direita, fotografados pelo seu tutor .....	91
Figura 6 - Zizou e Luna fotografados pela sua tutora .....	91

## Introdução

Os animais têm tido um papel preponderante na sobrevivência do ser humano, dos primórdios da humanidade até aos dias de hoje, em vários setores da sociedade, desde transporte, alimentação, vestuário, trabalho, entre outros. Mas este trabalho será mais centrado no papel dos animais de companhia. É importante deixar claro que as relações entre humanos e animais de companhia são historicamente situadas e variam consoante as estruturas e contextos sociais.

É discutido como alguns possam ver os seus animais de companhia como membros da família, descartando a denominação de ‘animal de estimação’, que tem sido paulatinamente abandonada, para dar lugar a uma designação de proximidade e conforto: o termo ‘companhia’. Esta relação tem-se intensificado com o passar das décadas: a imagem de um cão, na casota, no exterior da casa, preso por uma corda, ou o gato que come os restos dos ‘donos’ tem-se dissipado à medida que cada vez mais animais, predominantemente cães e gatos, começam a ter espaço no seio das famílias, partilhando o mesmo espaço, a mesma sala, o mesmo sofá e/ou até a mesma cama (Santos & Mestrinho, 2018; Pinto, 2016); os restos alimentares dos humanos já não são os aconselháveis para as suas dietas por poderem causar infinitas reações nos animais e, por isso, dedica-se mais tempo a procurar a melhor ração; o animal começa a ser encarado (quase) como um filho, enchendo as casas com brinquedos e bonecos dedicados a ele, assim como roupas e acessórios.

Os tutores – como veremos – garantem que tudo isto é para o bem-estar e conforto dos seus animais, mas a que se deve tudo isto? Como poderá a ciência justificar tais comportamentos? Qual o papel da sociologia aqui e como pode ajudar a entender o papel dos animais na vida dos indivíduos? A valorização do papel dos animais de companhia tem sido debatida não só pela opinião pública influenciada pelo ativismo em prol do movimento dos direitos dos animais e do bem-estar animal, mas também tem começado a ser pauta das ciências da vida e, lentamente, começa a fazer parte das agendas das ciências sociais, principalmente da sociologia.

Assim sendo, este trabalho surge na tentativa de conhecer melhor esta realidade através das perceções dos tutores acerca dos seus animais de companhia e de como eles próprios revêm o seu papel de tutores e humanos, atendendo ao seu perfil geracional, bem como entender qual a responsabilidade da sociologia em conhecer a área dos animais e como pode ser mais ativa no estudo das relações humano-animais. Existem abordagens que centram as suas análises nos aspetos negativos da relação entre os seres humanos e os animais, porém não será o caso deste estudo, que seguirá por uma vertente mais otimista das relações humano-animais.

O objetivo principal desta investigação é o de compreender a relação dos seres humanos com os animais de companhia em contexto doméstico. Para isto é necessário compreender o contributo das ciências sociais, em particular na sociologia, no campo dos estudos das relações entre os humanos e os animais nas comunidades científicas, bem como entender as representações sociais que os tutores têm dos seus animais de companhia e dos animais no geral. Tentaremos também identificar as práticas sociais no quotidiano relacional entre os humanos e os animais de companhia e explorar as eventuais diferenças nas relações atendendo ao perfil geracional.

De forma a responder a estes objetivos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que dão mais flexibilidade no decurso da entrevista, permitindo a introdução de novas perguntas que possam não ter sido pensadas na fase de elaboração do guião e que aparecem por força da relação de comunicação com as pessoas entrevistadas. Estas entrevistas foram realizadas a 15 pessoas separadas por dois grupos em função das idades, sendo atribuídas 8 pessoas ao grupo dos mais jovens, de idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, e 7 pessoas ao grupo dos mais velhos, com 55 anos ou mais. Acompanhando as entrevistas, pediu-se a redação de um texto (relato biográfico) acerca do animal de companhia e, ainda, a escolha de uma (ou mais) fotografia(s) (registos em fotografia à escolha do entrevistado, ou do animal e/ou da pessoa). Por fim, as informações recolhidas na ida ao terreno foram tratadas numa cuidadosa análise de conteúdo cujos resultados são apresentados neste trabalho.

# Capítulo I: Visão geral sobre os animais não-humanos nas ciências sociais

## 1. O debate sobre animais na contemporaneidade

A presença do animal na vida quotidiana do ser humano não é recente, uma vez que quase desde o início que os animais fazem parte da sua vida, assumindo papéis ligados ao transporte, alimentação e comida (McClaskey, 2019, p.335). Porém, na contemporaneidade, os animais têm visto o seu papel tornar-se mais relevante por parte dos seres humanos. É importante ressaltar o facto deste fenómeno ser mais acentuado nos países mais ricos, nomeadamente os da sociedade ocidental. Só recentemente os valores incutidos nesses países referentes ao tratamento com os animais, particularmente as questões do bem-estar e de proteção, têm sido transmitidos para os países mais pobres, mas num processo mais lento, através do voluntariado de veterinários (Hoag, 2014).

Denote-se ainda uma importante questão a ter em conta: nem todos os animais são vistos como merecedores de devida atenção por parte dos indivíduos, sendo enquadrados pelas representações sociais hegemónicas que ainda vigoram atualmente. Há uma categorização dos animais, facilmente identificável como sendo semelhante à dos seres humanos, pois, também quanto ao lugar dos animais, na nossa sociedade, há diferenciação e desigualdade. Assim como afirma Massimo Filippi (2019) na sua explicação sobre o mecanismo do especismo, “quanto maior é a distância do que é próprio do homem, mais baixa é a posição que se irá ocupar na «escala dos seres»”<sup>1</sup> (p.86), que vai influenciar na forma como o ser humano os vai tratar. Este princípio insere-se dentro do que é chamado de “norma sacrificial”, onde é eliminado todo aquele que não se insere dentro do que é considerado como próprio da espécie humana, que não diz respeito a características biológicas, mas a características construídas socialmente baseadas num sistema hierarquizante, que divide, categoriza e exclui aqueles que não se integram dentro do conceito do que é ser homem (Filippi, 2019). O autor prossegue reiterando que “o principal serviço prestado por esta intersecção sacrificial é o de separar de modo supostamente natural os corpos que devem ser defendidos, protegidos e sacralizados, dos corpos que podem ser gozados e mortos impunemente” (Filippi, 2019, p.14). Assim como os seres humanos, os animais acabam por “sofrer” com as desigualdades que sentem comparativamente com a sua categoria. Segundo Sue Donaldson e Will Kymlicka (como citado em Neves & Araújo), podem ser considerados três tipos distintos de relações dos seres humanos com os animais não-humanos que refletem essas desigualdades: (1) os “animais

---

<sup>1</sup> Massimo Filippi (2019) explica os mecanismos usados pela máquina especista para assim os movimentos do antiespecismo conseguirem ter meios de identificar e, assim, combater o especismo. Estes mecanismos são “1) a definição do que é «próprio da espécie do homem» (definição fixada *a priori*, que a máquina deve devolver inalterada, mas com a «certificação de naturalidade»); 2) a medição da distância entre a espécie-*standard* de referência e todas as outras espécies animais; 3) a distribuição hierárquica das espécies segundo uma ordem inversamente proporcional à referida distância (quanto maior é a distância do que é próprio do homem, mais baixa é a posição que se irá ocupar na «escala dos seres»).” (Filippi, 2019, p.86).

domésticos” – reconhecidos como “concidadãos”; (2) os animais selvagens – constituindo “comunidades autônomas”; (3) os “animais liminares” – com estatuto de “residentes”<sup>2</sup> (Neves & Araújo, 2018, p.19; Shapiro, 2020, p.810).

Embora esta dissertação se debruce sobre a relação dos seres humanos com os animais domésticos, e, portanto, em relação de concidadania, é importante não se cair numa imagem falaciosa em que tudo parece perfeito. A exploração e abandono dos animais são dois problemas sociais bastante debatidos nos dias de hoje. O abandono dos animais de companhia continua a ser uma realidade, mesmo com todas as tentativas de canis municipais e de várias associações de defesa e proteção dos animais serem bastante proativos no seu combate, o número de animais de companhia abandonados pelos seus “donos” continua com número elevados. Antes da pandemia, os números já eram bastante altos, segundo um membro da direção da ANVETEM (Associação Nacional de Médicos Veterinários dos Municípios) (cit. por Veterinária Atual, 2019), “valor que atingiu cerca de 41 mil animais em 2017 e 36 mil em 2018”, em 2019, poderia chegar perto dos 50 mil animais. No início da pandemia, o aumento de adoções foi de tal forma que as associações e centros de recolha começaram a ter esperança no salvamento dos animais em sua posse: em 2020, foram adotados cerca de 78% dos gatos e 15% dos cães e, em 2021, “de janeiro a março foram adotados 59.194 cães e 36.899 gatos”. Porém, com o alívio das restrições, o abandono voltou a bater recordes, entre 2020 e 2021. O abandono aumentou mais de 30%, segundo o relatório do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, cerca de 43.600 animais (cães e gatos), foram abandonados, uma média de 119 animais abandonados por dia (Simões, 2022)<sup>3</sup>.

No que diz respeito à exploração de animais, esta é ainda uma dura realidade dos dias de hoje, acompanhada dos inúmeros relatos da falta de condições existentes, não só para os animais de companhia, mas mais evidente quando falamos de outros animais, em particular os animais usados na agropecuária, como tem sido noticiado pelos meios de comunicação (Moutinho, 2019) e servido de inspiração para documentários, que relatam a exploração animal e o seu impacto ambiental<sup>4</sup>. Contudo, não é esse o caminho que será traçado no presente trabalho, embora, quem sabe, possa vir a ser mote para outras investigações mais adiante.

Retomando a questão da aproximação dos animais domésticos ao ser humano, atualmente em algumas sociedades, sobretudo em contextos urbanos, tem-se verificado uma crescente

---

<sup>2</sup> “Anderson and Kymlicka distinguish kinds of animals based on political categories: domesticated animals as citizen members of mixed-species communities; free living or wild animals as members of other sovereignties; liminal animals as denizens but not citizens.” (Shapiro, 2020, p.810)

<sup>3</sup> Estes valores não contam com os registados em associações, nem com os animais que não estão registados no SIAC (Sistema de Informação de Animais de Companhia).

<sup>4</sup> Exemplos de documentários como *Cowspiracy – O Segredo da Sustentabilidade* (2014), *Dominion* (2018) e *Seaspiracy: Mar Vermelho* (2021).

antropomorfização dos animais com os contornos de uma ética animal: estes passam a ter regalias que nunca tiveram até agora e que, principalmente, eram exclusivas dos seres humanos. Assim, conceitos como “bem-estar”, “ética” e “direitos” começam a ser aplicados também aos animais ou, pelo menos, a certas espécies de animais, e mediante determinados contextos relacionais, tal como apontado anteriormente.

Os animais domésticos passam a ser vistos como membros das famílias, surgindo o conceito de família “multiespécies” (Grauerholz et al., 2020; Neves & Araújo, 2018; Moreira, 2018), e a serem tratados de uma forma quase humana, o que leva a uma mudança conceptual no plano das representações sociais – os animais domésticos passam a animais familiares (Santos & Mestrinho, 2018). Esta consideração por parte dos humanos pelos seus animais domésticos ao usar o termo “família” surgiu no pós-guerra. O cão, exemplo dado por Santos e Mestrinho (2018) para ilustrar esta realidade, começa a fazer parte do seio familiar, assumindo o seu lugar ao lado do “dono”: vive dentro da mesma casa, deixando o exterior, a casota e a corrente, o que ainda é uma realidade, principalmente em zonas rurais no caso português. A este afastamento do “especismo”<sup>5</sup> (Barreto, 2019; Neves e Araújo, 2018) associa-se também o facto de os animais começarem a ser vistos como “sencientes” (Neves e Araújo, 2018; Lourenço, 2018), ou seja, seres capazes de sentir, conscientes do mundo, o que resulta numa distinção pouco nítida entre os humanos e os animais.

O tema das relações entre os seres humanos e animais não-humanos é bastante atual em países como Reino Unido, França e Estados Unidos da América, quer no espaço público, quer no domínio das políticas públicas. Podemos, inclusivamente, dizer que hoje cada vez mais os animais se estão a tornar numa “questão social”. Começa a ser cada vez mais um problema social devido, não só, a práticas relacionadas com o maltrato dos animais (o que tem sido frequentemente debatido, nomeadamente nos *mass media* e nas redes sociais), mas também às práticas de experimentação científica, ao tráfico de animais, à proteção de espécies em extinção, entre outros.

Esta questão acabou por atrair a atenção das ciências sociais de modo a perceber e explicar os fenómenos em torno desta temática. Uma parte dos animais, nomeadamente os animais domésticos, começam a ser vistos como seres do ponto de vista dos cuidados de existência. Este facto deve-se a um conjunto de dinâmicas que acontecem nos nossos dias, designadamente: no espaço público, a partir dos *mass media*, em torno dos argumentos acerca do que é ser-se animal; no espaço público mediático

---

<sup>5</sup> Este conceito foi inventado nos anos 70 do século XX, pelo psicólogo Richard Ryder (Neves e Araújo, 2018, p.11). “O especismo é uma forma de discriminação com base na pertença à espécie” (Barreto, 2019, p.98). O “especismo” surge como forma de conceituar a desigualdade entre o ser humano e o animal não-humano baseada nas relações de dominação e exercício de poder que colocam o ser humano acima de tudo, em que tudo aquilo em que o ser humano não se reveja acaba por ser dominado e explorado (Ibid, p.84).



no terreno do ativismo, das associações de defesa dos animais; na arena político-partidária (partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) e promoção de políticas de bem-estar animal no programa eleitoral do Bloco de Esquerda para as Legislativas de 2022) e no quadro jurídico (Decreto-Lei n.º 82/2019 de 27 de junho<sup>6</sup>); nas redes sociais, através de um crescente fluxo de informação sobre animais domésticos e, também, sobre animais liminares, entre outras categorias. Para culminar, do ponto de vista das ciências sociais, e acompanhando as tendências do espaço público e político, o argumento relativo ao que é ser-se animal tem vindo, também, a ser desenvolvido em comunidades científicas internacionais. Porém, os trabalhos ainda são escassos em Portugal, como adiante irei referir.

A “humanização” dos animais, em particular dos animais de companhia, resultou nesta “preocupação” pelos cuidados, alimentada, também, pelo desenvolvimento do mercado de bens e serviços voltados para o bem-estar animal, desde lojas, a bens e produtos de luxo, a hotéis, resorts e casas de repouso exclusivamente dedicados e preparados para os animais, a ações de formação de primeiros-socorros, entre muitas outras práticas expressivas dessa dinâmica económica de humanização dos animais (Pereirinha, 2017). Isto é, promoveu-se uma indústria completamente voltada para os animais, a *pet industry* (Moreira, 2018).

## 2. Os animais nas Ciências Sociais

Os estudos dos animais no campo científico das ciências sociais são ainda em número reduzido. As literaturas científicas inglesa e francesa são as que apresentam maior desenvolvimento acerca desta temática. Embora as ciências sociais estejam agora a verter as suas atenções para esta questão, as ciências da vida já têm todo um conjunto de áreas dedicadas ao estudo dos animais e, em algumas delas, sobre a influência destes no ser humano, nomeadamente nas áreas da medicina veterinária, psiquiatria, medicina, zoologia e etologia, havendo até alguns estudos acerca dos benefícios físicos e psicológicos que a presença animal suscita nos seres humanos e ainda a sua adequação para fins terapêuticos (Dransart, Gourdin & Janne, 2017; McClaskey, 2019).

No entanto, em Portugal, a abertura do campo das ciências sociais aos estudos dos animais ainda é bastante limitada. Refira-se, os estudos de Verónica Policarpo<sup>7</sup> (2018; 2020), socióloga do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, que se debruça sobre esta temática, não só através das suas

---

<sup>6</sup> Este decreto veio impor a obrigatoriedade de um microchip nos animais de companhia e, ainda, a um registo de todos esses animais (cães, gatos e furoes) no Sistema de Informação de Animais de Companhia (SIAC), que foi criado para conter as informações dos tutores e registos dos animais (Decreto-Lei n.º 82/2019 de 27 de junho). Este passou por um tempo de adaptação tendo findado recentemente, a 25 de outubro de 2022. Se não for cumprido, incorre-se numa contraordenação e a multa pode ir dos 50 aos 3.740 euros, se o dono for singular, e aos 44.890 euros se for pessoa coletiva. Na particularidade dos cães, é necessário o pagamento de uma licença anual na junta de freguesia ou câmara de municipal da área de residência. (Público, 2022, <https://www.publico.pt/2022/10/25/p3/noticia/microchip-passa-obrigatorio-caes-gatos-furoes-sao-valores-multas-2025284>).

<sup>7</sup> Esta autora é ainda coordenadora do curso de pós-graduação Animais e Sociedade, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

publicações, mas também pela sua participação em congressos. De referir também que esta autora tem ainda a seu cargo diversos projetos ligados a este tema, desde o *Hub Human-Animal Studies@ICS-ULisboa*<sup>8</sup>, um projeto apoiado pelo *Animals & Society Institute Award, USA*, passando pelo “CLAN - Amizades entre crianças e animais: desafiando as fronteiras entre humanos e não-humanos nas sociedades contemporâneas”, entre outros. Do projeto ainda fazem parte outros investigadores, como Rui Pedro Fonseca, que se tem debruçado sobre as práticas de consumos de carne, sendo autor do livro *A vaca que não ri. Animais, carne e leite bovino na cultura dominante* (2018) e *“120 out of 60”: practices and attitudes of workers towards animals in a Portuguese slaughterhouse* (2019) e Luís Cordeiro-Rodrigues, investigador ligado ao direito das minorias, liberalização e direitos dos animais e multiculturalismo, sendo autor de produções científicas como *Animals, Race and Multiculturalism* (2017) e *Multicultural Rights and Bullfighting in a Portuguese context* (2020).

Fora das ciências sociais, refira-se a presença de vários estudos no campo da filosofia, “desde a Antiguidade pré-clássica e clássica, como Pitágoras, Plutarco e Porfírio, aos iluministas Montaigne, Montesquieu, Condillac” (Neves & Araújo, 2018, p. 9). Estes filósofos defendiam uma convivência pacífica dos seres humanos com os animais, apelando ao não sofrimento destes últimos, aliando-se ao veganismo, e advogavam o seu estatuto, recusando classificá-los como coisas, defendendo-os como “seres dotados de sensibilidade” (*Ibidem*).

Partindo das conceções desses autores, e sob um ponto de vista filosófico e intelectual, os animais lentamente começaram a ser “reconhecidos como seres vivos<sup>9</sup> e não em termos de representações discursivas de 'animalidade' (Wolfe, 2003) e entraram na forma como entendemos o lugar dos humanos no mundo” (Carter & Charles, 2016, p.2). Essas mudanças começam a influenciar o pensamento “a partir do animal” (Despret, 2015, citado por Carter & Charles, 2016), desafiando-nos a desenvolver novas posições epistemológicas que nos permitem perguntar o que realmente importa para eles [os animais] (Despret, 2008; 2006), reconhecer os animais em toda a sua variedade e especificidade, e compreender a sua importância como cocriadores do mundo social. A sociologia tem sido mais lenta do que outras áreas do saber para entender o desafio conceitual imposto pelos animais

---

<sup>8</sup> “O Human-Animal Studies Hub@ICS-ULisboa (HAS Hub@ICS-ULisboa) é uma plataforma científica horizontal, flexível e interdisciplinar de pensamento livre e crítico sobre as relações entre animais humanos e não-humanos, e suas implicações sociais e éticas. Tem como missão inovar nas formas de pensar a relação entre o humano e o não-humano a partir do diálogo interdisciplinar, trazendo-as para a agenda científica portuguesa. Sedeada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, esta plataforma é constituída por investigadores de várias escolas nacionais e internacionais, e de várias áreas disciplinares: Ciências Sociais e Humanidades (Sociologia, Antropologia, História, Filosofia, Direito, Psicologia Social, Psicologia, etc.), Veterinária, Biologia, entre outras. O HAS Hub@ICS-ULisboa promove a sua missão em três eixos: investigação científica; formação; e publicação, divulgação e extensão de conhecimento à sociedade. Tem parcerias com diversos atores da sociedade civil, incluindo associações de proteção e conservação da vida animal.” (<http://humananimalstudies.net/pt/missao/>)

<sup>9</sup> Denotando o facto de que, com o capitalismo industrial, nomeadamente a indústria agropecuária, são seres vivos para serem massivamente mortos em prol das necessidades humanas.

à disciplina, embora tenha-se envolvido com as relações humano-animal como uma especialização (bastante marginal) (Carter & Charles, 2016, p.2).

## **2.1. Os animais na comunidade científica anglo-saxónica**

No contexto da comunidade científica anglo-saxónica, o primeiro nome que se associa às causas dos animais e à relação destes com os seres humanos remete-nos ao século XVIII e é o de Jeremy Bentham. Fundador do utilitarismo filosófico, Bentham defendia o “desenvolvimento de um pensamento fundamentado e sistematizado acerca da realidade animal” (Neves & Araújo, 2018, p.10). Sob influência da revolução francesa, o autor argumentava que os direitos facultados ao ser humano deveriam ser também aplicados a todos os seres, alegando que, assim como os humanos, os animais procuram uma vida de felicidade, sem qualquer tipo de sofrimento (Neves & Araújo, 2018). Com este pensamento, Bentham inicia o movimento em prol do bem-estar animal, que começa no Reino Unido, no século XVIII. Este defende a “criação de diversas instituições”, bem como a “implementação de legislação dedicada a zelar pelo bem-estar animal” (*Ibidem*).

No decorrer do XX, mais precisamente, no início dos anos 1980, surgem duas perspectivas que ilustram nitidamente a importância do debate contemporâneo sobre as questões animais e o uso dos animais não-humanos para os interesses dos seres humanos, servindo de mote para a criação de novas teorias e conceitos em torno desta questão: a perspectiva utilitarista do filósofo australiano Peter Singer, autor da obra *Animal Liberation. A New Ethics for Our Treatment of Animals*, de 1975 – obra importante para o movimento da libertação animal –, e a perspectiva precursora do abolicionismo (abolição da exploração animal) do filósofo norte-americano Tom Regan, autor da obra *The Case for Animals Rights*, de 1984, – em defesa dos “direitos dos animais” (Neves e Araújo, 2018; Michalon, 2018; Cudworth, 2016).

Atualmente, o governo britânico prepara-se para adotar um conjunto de medidas no plano jurídico onde os animais passarão a ser legalmente considerados seres sencientes (Silva, 2021).

### **2.1.1. Peter Singer versus Tom Regan**

Através da sua posição utilitarista influenciada por Bentham, Peter Singer manifesta-se contra o “especismo”, isto é, uma discriminação baseada na espécie. O autor considera-o “um preconceito que licencia práticas exploradoras e opressivas que prejudicam seres sencientes”, sendo que “devemos levar em conta os interesses dos animais não-humanos, restringir os danos aos quais os sujeitamos e

maximizar o seu bem-estar”<sup>10</sup> (Cudworth, 2016, p.246). Para Singer, “todos os seres dotados de sensibilidade, todos os animais capazes de sofrer e de sentir felicidade são merecedores de igual consideração e (...) os seus interesses devem ser igualmente acautelados” (Neves & Araújo, 2018, p.11).

A capacidade de sentir que os animais sencientes possuem – e, por isso, os torna merecedores de proteção – legítima que lhes seja atribuído um “estatuto ético”. É, por isto, necessário olhá-los sem qualquer discriminação, uma vez que, sendo capazes de sentir, de serem conscientes do mundo, a fronteira que demarca a distinção entre humanos e animais passa a ser pouco nítida. Desta forma, Singer aclama “o desnudamento humano de preconceitos em relação aos animais e o abolimento das fronteiras entre animais humanos e animais não-humanos” (Ibid, pp.11-12). Todavia, tal como salientado por Neves & Araújo (2018), a sua reflexão apresenta algumas controvérsias, tais como a conformidade no uso de animais para a alimentação, apenas caso não sofram no seu abate, e para fins de investigação científica (Ibid, p.12). Os autores justificam este posicionamento de Singer referindo “que diferentes interesses justificam diferentes modos de tratamento”, induzindo uma “hierarquia dos animais não-humanos estabelecida a partir dos seus respectivos níveis de senciência”, o que, conseqüentemente, levou a uma priorização de determinados animais não-humanos, como cães e gatos (*Ibidem*).

Por seu turno, a perspectiva de Tom Regan adota “uma abordagem baseada nos direitos para explicar a nossa relação com outras espécies, afirmando que inúmeros outros animais superiores deveriam estar livres de abusos, utilização e interferência por parte do ser humano com base em pré-concepções de que são “sujeitos de uma vida” (com interesses, desejos e o sentido próprio de evolução) e, por isso, possuem direitos” (Cudworth, 2016, p.246). Regan é defensor de uma proteção total para os animais não-humanos e, por isso, abolicionista da exploração por parte dos seres humanos. Desta forma, para Regan, a verdadeira libertação dos animais “só será efectiva quando se reconhecer e respeitar absolutamente os interesses dos animais” (Neves & Araújo, 2018, p.13). Para isto, é necessário estabelecer direitos legais para os proteger, o que é um passo fundamental e decisivo para a proteção dos direitos dos animais, evitando que continuem “dependentes das boas-vontades” e de “normativas morais, dos deveres humanos”, estabelecendo “a obrigatoriedade de respeito incondicional desses mesmos interesses” (*Ibidem*).

Tom Regan opõe-se ao argumento de Peter Singer defendendo que os animais não podem ser negligenciados e/ou sacrificados “em prol de um bem comum (mais vasto), de uma qualquer maioria (sempre humana)” (*Ibidem*). Segundo Regan, os animais são ainda “sujeitos de vida”, ou seja, são seres dotados de sensibilidade, têm desejos e preferências, são capazes de percepções e recordações, de ações

---

<sup>10</sup> As citações presentes ao longo do trabalho foram traduzidas pela autora.

intencionais tendo em conta os próprios fins, possuem sentido de bem-estar individual e, por isso, cada vida de cada um deles tem um “valor inerente” (*Ibidem*, p.13-14). Os conceitos de “sujeitos de vida” e de “valor inerente” são centrais na perspectiva de Tom Regan, uma vez que “estabelecem o direito dos animais a não serem tratados como meros meios dos fins dos outros”, assumindo “o direito à vida” e “o de serem tratados com respeito” como direitos fundamentais dos animais (*Ibidem*, p.14). O debate contemporâneo parte destas duas perspectivas que têm alimentado práticas ativistas em prol do bem-estar dos animais bem como o reconhecimento da questão animal (Neves & Araújo, 2018).

## 2.2. *Human-Animal Studies (HAS)*

Os *Human-Animal studies (HAS)* são um “campo de estudos interdisciplinar das relações humano-animal” (Shapiro, 2020, p.799), é um domínio que junta académicos das ciências da vida e das ciências sociais com interesse nas relações entre os humanos e os animais. Segundo Kenneth Shapiro (2020), os motivos para a consolidação do campo de pesquisa sobre os *Human-Animal studies (HAS)* são: o movimento pelos direitos dos animais não-humanos, pelo ambiente e a justiça social feminista; o Antropoceno e o aquecimento global; o aumento da pecuária intensiva e a diminuição mundial da vida selvagem; a mudança global para políticas de direita e dominância do neo-liberalismo; o afastamento permanente das humanidades e das ciências da vida (Shapiro, 2020, p.798). Considerando que este campo de estudos se baseia nas relações dos seres humanos com os animais, e sendo que os humanos estão constantemente a criar essas ligações/relações, o seu alcance vai aumentando consoante o número de animais existentes (Shapiro, 2020, p.800). Para além disso, existem outros dois fatores presentes na literatura das ciências sociais sobre os animais que têm auxiliado neste processo: “o estudo das relações entre espécies, quer animal-animal, quer humano-animal, e a tendência em etologia e psicologia comparativa de abordar as implicações éticas e políticas das descobertas (Shapiro, 2020, p.803).

Segundo Shapiro (2020), num contexto histórico, os HAS são bastante influenciados pelos campos científicos europeu e americano, começando por estudos relacionados com problemas do uso de animais em laboratórios, intensificado pelos movimentos em prol da proteção animal, em países como o Reino Unido e os Estados Unidos da América, no século XIX. Numa segunda fase, os estudos avançam para as relações dos humanos com os animais de companhia, motivada pela atenção voltada para este fenómeno e a sua clara popularidade (Shapiro, 2020, p.804). Na fase a seguir, surgiram estudos acerca dos animais na agricultura resultado das práticas intensivas após a Segunda Guerra Mundial e, por último, até aos dias de hoje, a importância dada às relações com a vida selvagem, influenciada pelo forte

agravamento da vida selvagem e da chamada «“sexta grande extinção”», com estudos que se debruçam sobre “as nossas relações com a vida selvagem, a estratégia de *rewilding* e o conflito entre os humanos e os animais selvagens” (Shapiro, 2020, p.805).

Segundo Taylor & Sutton (2018), os motivos que levaram ao surgimento dos *Human-Animal Studies* nos finais da década de 1970, que depois se vieram intensificar nos anos 1990<sup>11</sup>, foram: “o interesse nas terapias assistidas por animais seguindo o trabalho pioneiro de Levinson<sup>12</sup> (1978)”; o aumento do interesse pela liberdade e os direitos dos animais (muito influenciado pelo livro do filósofo australiano Peter Singer em torno da Libertação Animal (*Animal Liberation*) (1975); os desenvolvimentos em torno da ciência animal onde se demonstra e comprova a “inteligência animal, senciência, emoção e comunicação” divulgando-os para “um público interessado através de documentários de televisão”; e, ainda, os “surto alimentares nas décadas de 1980 e 1990 que aumentaram o interesse/preocupação na agricultura animal” (Taylor & Sutton, 2018, p.469). Só a partir dos finais dos anos 1990/inícios dos anos 2000 é que os *Human-Animal studies* começaram a ser considerados um campo sólido dentro da sociologia (com autores como Richard Twine, Michael Buroway, Kay Peggs, Rhoda Wilkie, Kenneth Shapiro, Keith Tester, Adrian Franklin, Nickie Charles e Bob Carter), e é a partir dessa altura que a publicação de artigos científicos começa a ser mais intensiva, estabelecendo-se profissionalmente nos círculos científicos da sociologia, como a Associação Americana de Sociologia e a Associação Britânica de Sociologia (Taylor & Sutton, 2018).

O campo dos *Human-Animal studies* é rico em “diferenças ideológicas, políticas e metodológicas” por abrangerem “uma ampla gama de posições filosóficas e ideológicas” (Taylor & Sutton, 2018, p.469). Esta variedade de conceitos e ideologias originou algumas tensões dentro do próprio campo, que, segundo Wilkie, (como citado em Taylor & Sutton, 2018) dizem respeito à “extensão em que os estudiosos de animais não-humanos devem se envolver com pesquisas do tipo emancipatório” e à “emergência do eixo *animal as such* e *animal as constructed*”, o que originou “a emergência de diferentes terminologias que denotam abordagens particulares à ‘questão do animal’, nomeadamente uma abordagem mainstream/antrozoológica e abordagens críticas/práxis” (p.470). Assim como afirma Shapiro (2020), um dos desafios é “desenvolver e aplicar métodos que lidam com o problema de extrair esses resultados complexos de nossa construção” (Shapiro, 2020, p.809). O autor salienta ainda a

---

<sup>11</sup> Até ao final dos anos, 1970 como resultado de críticas pela falta de interesse demonstrada pela sociologia em outras espécies, sendo acusada de um certo antropocentrismo, começam a surgir alguns trabalhos que inserem outros animais nas suas investigações sociológicas. Este afastamento é justificado pela tentativa de se manterem afastados da biologia e do conhecimento acerca da ordem social presente na ação social humana. É a partir dos anos 1990 que o campo dos *Human-Animal studies* (HAS) se começa a solidificar área impulsionado por revistas como *Anthrozoös and Society* e *Animals* (Taylor & Sutton, 2018, pp.468-469).

<sup>12</sup> Na obra *Pets and Personality Development* (1978), Boris M. Levinson explora o desenvolvimento dos animais de estimação na personalidade dos indivíduos, principalmente durante a infância e a velhice. (Levinson, B. M. (1978). *Pets and Personality Development*. *Psychological Reports*, 42 (3), 1031-1038. Acedido em fevereiro, 1, 2022, em <https://doi.org/10.2466/pr0.1978.42.3c.1031>.)

importância de separar dois conceitos fundamentais neste campo: “*animal as such*” e o “*animal as constructed*”, uma vez que estes facilmente se fundem quando olhamos as relações entre os seres humanos e os animais. Shapiro (2020, p.809) esclarece o conceito de “*animal as such*” como sendo o resultado do processo de desconstrução que fazemos e da avaliação dos impactos de “arranjos institucionais” que envolvem os animais, como a manipulação genética, as formas linguísticas e as representações visuais, enquanto o conceito de “*animal as constructed*” diz respeito à forma como nós, seres humanos, vemos os animais baseados normas humanas. Outro problema apontado por Shapiro (2020) é a falta de coesão entre os investigadores de diferentes áreas de investigação, nomeadamente entre os cientistas sociais quantitativos e os cientistas naturais, no que diz respeito à densidade conceitual do discurso, que reitera as diferenças entre as duas áreas.

Para os autores Taylor & Sutton (2018), no que diz respeito à abordagem “mainstream/antozoológica” anteriormente citada, esta aplica-se através de um “enquadramento científico, quase positivista, das relações humanas com as outras espécies”, muitas vezes assumindo uma tradição antropocêntrica, por exemplo, ao avaliar “a utilidade de terapias assistidas por animais para grupos específicos de humanos” (Taylor & Sutton, 2018, p.470). Quanto às abordagens “críticas/*praxis*”, estas concentram-se “quase exclusivamente nas relações de poder assimétricas entre as espécies”, manifestando-se “na ideia de erudição ativista e dedicados a entender, a fim de parar, os mecanismos que permitem aos humanos oprimir e abusar de outras espécies.” (Taylor & Sutton, 2018, p.470). E, ainda, a abordagem que, baseada no ecofeminismo, tem como prática o cruzamento de opressões, nomeadamente entre mulheres, animais e natureza (Taylor & Sutton, 2018).

O interesse pelos HAS, não só, da comunidade científica como também da comunidade no geral, tem aumentado. A influência dos HAS tem estado, não só, em laboratórios e gabinetes de pesquisa e investigação, como também tem tido palco em publicações em jornais convencionais, em antologias, monografias, em academias, nomeadamente através de cursos, desde mestrados a doutorais, centros de pesquisa e, inclusive, tem tido relevância pública através de podcasts, política, conferências, entre outros (Shapiro, 2020, p.812).

Shapiro (2020) identifica quatro movimentos que caracterizam este campo de estudos atualmente: (1) “Elevate animal being”; (2) “Lower” human being”; (3) “Blur the distinction”; (4) “Beg the question” (pp. 816-818). O primeiro movimento diz respeito à elevação do animal ao mesmo nível do ser humano através das capacidades e habilidades que outrora seriam exclusivas do ser humano e que hoje são também encontradas nos animais, ao que o autor dá o exemplo da comunicação complexa e da empatia. O segundo movimento consiste, então, na despromoção de características que eram

assumidas como sendo exclusivas do ser humano e, ainda, atribuindo certos comportamentos a questões ligadas ao instinto e ao irracional (adjetivos usados massivamente para justificar os comportamentos dos animais não-humanos). Quanto ao terceiro movimento, “Blur the distinction”, este vem negar as fronteiras rígidas entre os animais e humanos, ou seja, assim como o autor exemplifica, os seres humanos são portadores de infindáveis animais e micro-organismos a viver nos seus corpos, assim como também o Homo sapiens tinha na sua herança genética características, genes, de outra espécie humana. Isto é salientado para demonstrar como não há uma linha inquebrável que acentue uma diferença entre as espécies, resultando numa “noção de hibridismo”. Por último, Shapiro (2020), baseando-se em Levinas (1969), salienta a importância de questionar as relações, uma vez que, nenhuma das relações, quer humano-humano, quer humano-animal, é possível se conhecer na sua totalidade e, por isso, não nos é permitido afirmar a existência de uma diferença efetiva entre os humanos e os animais.

Atualmente, como resultado de contributos de várias áreas para enriquecer os HAS, originou-se uma ramificação do próprio campo de estudos que assume uma tendência crescente para o futuro próximo. A interdisciplinaridade do campo de estudos permite uma maior atratividade aos académicos que potencia uma maior oferta de programas curriculares dentro da própria temática e pode começar a dar mais respostas e, consecutivamente, fazer surgir mais perguntas sobre o meio que nos envolve e os sujeitos com quem interagimos no nosso quotidiano.

### **2.3. Os animais na comunidade científica francófona**

No que diz respeito à comunidade científica francófona, as teorias em volta das relações dos seres humanos com os animais não-humanos estão ainda pouco desenvolvidas no âmbito das ciências sociais, tendo começado por volta dos anos 1970 (Michalon, 2018). Os primeiros estudos tiveram como influências pequenos trabalhos isolados que foram publicados em algumas áreas: primeiro, na antropologia, os estudos começaram por volta dos anos 1960, com os trabalhos de André-Georges Haudricourt, desenvolvendo-se legitimamente a partir daí; em seguida, na história com os trabalhos de Robert Delort, nos anos 1980; segue-se a geografia, no final dos anos 1990; e só a partir de 2010 é que na sociologia se dá a “constituição de um campo específico de pesquisa em torno das relações dos animais”, com autores como Bruno Latour e Michel Callon, incluindo o próprio Michalon (Michalon, 2018, p.2).

Michalon (2016) analisa quatro formas de estudar e compreender a ligação da sociologia aos animais: (1) uma sociologia dos animais; (2) uma sociologia através dos animais; (3) uma sociologia



para animais; (4) uma sociologia com animais. Sobre a primeira, o autor afirma que a antiguidade dos estudos das sociedades animais é da responsabilidade da etologia cujos estudiosos usaram alguns conceitos menos comuns na sociologia, como “hierarquia” e outros mais familiares da sociologia, como o conceito de “cultura” e, ainda, levanta questões acerca de um conflito entre os quadros teóricos e metodológicos das ciências sociais e das ciências naturais. Na sociologia através dos animais, Michalon (2016) aponta a existência de estudos sociológicos que têm constatado como os animais são importantes enquanto “suportes materiais e simbólicos das sociedades humanas [e] revelando o funcionamento destes [e ainda como] vetores do poder social e político dos homens” (Michalon, 2016, p.3). Esta sociologia não levanta qualquer convivência ou relação entre humanos e animais e apenas replica a sociologia dos humanos nos animais. Na sociologia para animais, esta surge através dos movimentos em prol dos direitos dos animais e defende uma perspectiva menos antropocêntrica que não prejudique os interesses dos animais, quer política, quer cientificamente e tem como objetivo “analisar as relações entre os animais e as sociedades humanas, com vista à sua mudança, em fazê-las evoluir é a este título sintomático desta vontade de repensar as relações antrozoológicas a partir dos animais e dos seus interesses e pontos de vista” (Michalon, 2016, p.3). Há uma maior defesa da causa animal e a consideração pelos animais, não só na sociologia, mas também nas ciências sociais, não está só presente de um ponto de vista epistemológico, mas também político através da reivindicação de “uma forma de igualdade – mesmo de equivalência ou indiferenciação – axiológica entre os humanos e os animais.” (Michalon, 2016, p.3). Por último, a quarta sociologia, a sociologia com animais, diz respeito a “comunidades híbridas constituídas pelo conjunto de relações que os humanos estabelecem com os animais”, ou seja, defende as relações entre humanos e animais analisadas de um ponto de vista conjunto, onde ambos partilham interações e significados, onde todos são vistos como parte integrante de um todo sem olhar através de uma perspectiva antropocêntrica, ou pela causa animal, mas para uma perspectiva onde todos coabitem de forma mais favorável para todos (Michalon, 2016, p.3-4).

Os *Animal Studies* tiveram a sua influência na academia francófona através dos trabalhos de Bruno Latour e Michel Callon, em sociologia, e de Philippe Descola e Tim Ingold, na antropologia, que se debruçaram sobre a necessidade de o investigador atender à agência nos animais não-humanos. Embora não se consiga precisar ao certo o início do termo, Michalon (2016) aponta o surgimento desta comunidade para o início dos anos 2000, que reúne académicos das ciências da natureza e das humanas e sociais com interesse nas relações entre os humanos e os animais e “afirma uma forma de compromisso com a melhoria das condições dos animais” acolhendo associações de bem-estar animal e ativistas pró-animais (Michalon, 2018, p.3). No entanto, para alguns, os inícios da comunidade são

atribuídos às publicações de Peter Singer e de Tom Regan, abordadas anteriormente, e, para outros, o seu início deve-se à influência de um campo de pesquisa anterior, o das “Interações Humano-Animal”.

Nos anos 70, surgiram trabalhos sobre os efeitos benéficos da interação com animais na saúde humana, que reuniram veterinários, fabricantes de alimentos para animais e associações de proteção dos animais. Estes grupos de atores, todos interessados em promover uma imagem positiva dos animais e da sua empresa, encorajam e financiam estudos que dão corpo à ideia de que um bom tratamento dos animais tem efeitos significativos na saúde, psicológicos e sociais. Como resultado destes esforços, a revista *Anthrozoös* tornou-se o principal meio de publicação destas investigações. (Michalon, 2018, p.3)

Após acolher os primeiros trabalhos acerca desta temática, a partir dos anos 1990, a revista *Anthrozoös* muda para “*Human-Animal Studies*”. Quanto à *Society & Animals*, esta vem colocar o termo em voga e é através desta nova revista que se vai “criticar a postura de neutralidade científica” que assola o campo dos *Human-Animal Interactions*, o que acaba por levar ao seu abandono.

O campo intelectual francês, por seu turno, tem tido alguma dificuldade em aceitar e interiorizar as teorias anglo-saxónicas sobre as relações com animais, influenciadas por Peter Singer, e associadas aos movimentos em prol dos animais. As reflexões de Peter Singer sobre o antiespecismo e a libertação animal só começaram a ter visibilidade, no contexto francês, alguns anos depois da publicação da obra de Singer que abordava esta temática (Michalon, 2018, p.3). O antropólogo Jean-Pierre Digard é dos autores que mais se destaca por ser um forte crítico da introdução destas teorias no seio da comunidade científica francesa (Michalon, 2018).

Contudo, a barreira que separava a posição ideológica predominantemente francesa da anglo-saxónica começou a cair assim que, em 2009, a revista *Critique* publicou um número especial: *Libérer les animaux?*. Esta atitude por parte dos investigadores francófonos revelou a perplexidade e o interesse com que aquelas teorias eram recebidas em França (Ibidem). O primeiro passo para a aceitação académica das teorias antiespecistas deu-se com a publicação de um trabalho sobre a ética animal, prefaciado por Singer, na editora *Presses Universitaires de France* (Ibid, p.5).

Digard (como citado em Michalon, 2018) é um crítico fervoroso da proximidade entre alguns filósofos e os movimentos de proteção animal, acusando-os de serem um “*lobbying* ativo por parte dos países anglo-saxónicos de forma a imporem uma visão antiespecista da questão animal” (Ibidem). Este autor é membro fundador da associação *ProNatura France*, que tem como objetivo o “combate às representações “filosóficas” veiculadas pela ecologia extrema, como é o caso das teorias de “libertação animal”” (Ibidem). O autor acusa-os de usarem experiências pessoais, ou “situações típicas”, porém fictícias, como argumentos, e contesta “a legitimidade dos filósofos para reivindicar governar uma realidade na qual eles têm apenas conhecimento abstrato, fragmentário ou mesmo nulo” (Ibid, pp. 5-6).

Uma outra crítica feita a esta abordagem parte da socióloga Jocelyne Porcher, que acusa os filósofos animalistas de “um “analfabetismo”, uma vez que falam de relações entre os humanos e os animais sem as demonstrarem com trabalhos de terreno e sem conhecerem as “feras” em questão (Michalon, 2018). Para a autora, a influência das teorias animalistas não passa de uma cientificidade nociva, uma vez que “lançaria um véu sobre uma área inteira de realidade desconhecida” (Ibid, p.6).

O facto de as críticas em torno das questões ligadas à liberalização dos animais conterem posicionamentos sem carácter científico tem contribuído para a constituição de “questões éticas e políticas como pontos de passagem obrigatórios para qualquer reflexão relativa às relações humano/animal e a estabelecer uma linha de demarcação relativamente à qual cada cientista deveria previamente posicionar-se primeiro” (Ibid, p.7). Desta forma, na comunidade científica francesa, diferentemente da comunidade científica anglo-saxónica, fortemente politizada, “os apelos à integração dos ‘animais nas ciências sociais’ foram formulados em grande parte de um modo epistemológico: tratava-se sobretudo de destacar toda uma parte obscura da dinâmica social, as das relações que os humanos têm com os animais” (Ibidem).

Pelo exposto, dentro das quatro formas da sociologia compreender os animais defendidas por Michalón (2016), este trabalho insere-se na sociologia com os animais, uma vez que se pretende perceber as relações dos seres humanos com os animais numa perspetiva de partilha de significados e interações.

### 3. Os animais e a sociologia

*A sociologia (...) tem uma longa tradição de pesquisa cujo objetivo tem sido ajudar na quebra de barreiras de raça, sexo e classe social. Esses estudos [da mente animal] pedem à sociologia que volte mais uma vez a sua atenção para a questão da injustiça e da desigualdade e ajude a fornecer a base de conhecimento que minará o especismo. (Alger & Alger, 1997, p.80)*

Segundo Taylor & Sutton (2018), a entrada dos estudos dos animais na sociologia deu-se nos finais da década de 1970, debaixo de várias críticas acerca do seu desinteresse por este campo, associado ao seu contínuo esforço de distanciamento da biologia de modo a legitimar-se como ciência social; e a redução do objeto de estudo da sociologia ao campo da ação exclusivamente humana,

reduccionismo este firmado numa visão antropocêntrica do mundo que tem sido dominante nas outras ciências sociais também (Taylor & Sutton, 2018, p.468). Um dos primeiros pontapés de saída para o início dos estudos sociológicos dos animais deu-se no contexto académico norte americano, com a chamada de atenção de Clifton Bryant (como citado em Taylor & Sutton, 2018), no encontro anual da Sociedade Sociológica do Sul (*Southern Sociological Society*) de 1979, onde denota a falta de consideração dos sociólogos em reconhecer a influência dos animais no comportamento social do ser humano.

Mas é só a partir de 1997 que se assiste a um aumento de artigos publicados acerca desta temática (entre 10 e 11 artigos por ano), sendo que, grande parte deles, são artigos em que o foco não incide sobre a opressão sobre os animais não-humanos e têm um carácter antropocêntrico (Taylor & Sutton, 2018). Segundo os mesmos autores, no início dos anos 2000, mais precisamente, após-2005, não obstante um acréscimo do número de artigos concentrados nos animais, continuaram a predominar aqueles de tendência antropocêntrica. Os artigos que dizem respeito aos animais de companhia e aos animais em geral “foram sendo publicados de forma mais consistente ao longo do tempo”, com atenção voltada para um tipo de animal em particular e sob uma “abordagem predominantemente antropocêntrica” (Taylor & Sutton, 2018, pp.475-476).

A sociologia continua fortemente antropocêntrica e especista, sendo, por isso, necessária uma abertura a outras visões, uma vez que a ideia dos seres humanos se diferenciarem dos outros seres, muito impulsionada por questões como a cultura e a linguagem, já foi contestada (Grauerholz et al., 2020)<sup>13</sup>. Segundo Irvine (como citado em Grauerholz et al., 2020), “os seres não-humanos estão tão imbricados no tecido da sociedade que é difícil imaginar a vida sem eles” (p.121). York e Mancus (citados por Grauerholz et al., 2020) concordam também que os seres não-humanos fazem parte da história humana e, por isso, precisam de ser incluídos nas análises sociológicas, uma vez que, ignorar estas conexões acaba por “deixar grandes lacunas na compreensão sociológica e nas teorias da sociedade humana” (p.121). Para Carter & Charles (2016), grande parte do “vocabulário concetual das ciências sociais é configurado em torno de pressupostos sobre o ser humano”, o que acaba por levar à exclusão dos animais não-humanos das suas conceções (p.9). Em suma, e como os autores sugerem: a teoria social tem sido “antropo-normativa”.

---

<sup>13</sup> Grauerholz et al. em *Teaching about animals: incorporating nonhuman animals into sociology classrooms* (2020) defendem a importância de incluir os *Human-Animal studies* no currículo de estudos dos estudantes de Sociologia apresentando diversas estratégias pedagógicas e avaliam as percepções dos estudantes através de exames e trabalhos de final de semestre. Este artigo ajuda, não só, a compreender mais precisamente a sociedade, como a que é moldada pelos animais não-humanos, mas também os conceitos sociológicos convencionais que, por norma, não estão relacionados com os animais. Com esta publicação de 2020, estes autores norte-americanos afirmam que os estudos sobre os animais continuam a ser pouco incorporados nos cursos de sociologia e referem a importância de mudar os programas de forma a abordá-los com o mesmo interesse que são abordados outros temas dentro da sociologia.

A sociologia, desde as suas origens, no século XIX, distanciou-se bastante das ciências naturais ao ter excluído os animais não-humanos do seu campo teórico, não só a nível de interesse, mas também dos conceitos centrais (Carter & Charles, 2016). Segundo Carter & Charles (2016),

As ideias sobre o que significa ser humano, sobre o que é a sociedade, sobre quais os limites do social, e sobre a sustentabilidade da vida num planeta partilhado com outras espécies mudam quando deixam de presumir o excepcionalismo humano. Ao colocar certas noções do humano no centro do empreendimento sociológico, a sociologia tornou outros animais invisíveis, empobreceu o seu vocabulário conceptual e silenciou a sua capacidade de falar sobre as crises globais da era antropocénica. (Carter & Charles, 2016, p.14)

Em muitas áreas da vida social, os seres não-humanos assumem um papel importante na vida dos seres humanos, tais como na alimentação, na família, na moda, no entretenimento, na economia, no ambiente, nos *media*, na medicina, entre outras (Grauerholz et al., 2020). Os autores dos *Human-Animal studies* defendem a existência de ligações entre os animais e outros temas de domínio da sociologia, tais como: na “violência doméstica”; na “socialização infantil” (os animais de companhia têm um papel importante na socialização das crianças<sup>14</sup>) (Grauerholz et al., 2020; Policarpo, Monteiro, Truninger, Almeida & Rodrigues, 2018); na “saúde e medicina”, na “pobreza e sem-abrigo”, na “linguagem e cultura”; no “crime e desvio”; nos “desastres e resiliência”; na “formação de família e interações” (mudanças na definição/composição das famílias, parentalidade e comunidades<sup>15</sup>); na “interação simbólica e desenvolvimento do ‘self’”; na “ecologia, energia, ambiente” (racismo ambiental); no aumento populacional; nos “sistemas alimentares” (por exemplo, McDonaldização); na marginalização (nomeadamente quanto à forma como os *media* os expõe os animais); na opressão<sup>16</sup> (assim como o racismo, a homofobia, o machismo, entre outros, o mesmo acontece com os animais: o especismo); no consumo; nos movimentos sociais (desde o veganismo, ou “estruturas, enquadramento e trabalho de fronteira, organizações de movimentos sociais, ativismo ou papel dos movimentos sociais na formulação da legislação e práticas corporativas”) (Grauerholz et al., 2020, pp.130-134).

Como podemos ver, a presença dos animais não-humanos parece estar bem consolidada em todas as áreas e problemas sociais comumente atribuídos ao ser humano. De certa forma, parece haver uma conexão entre eles, sendo, por isso, necessário fazer sobressair esta ligação de modo a “perceber a sociedade humana no seu todo” (Grauerholz et al., 2020, p.121).

---

<sup>14</sup> Há estudos que comprovam que as crianças com deficiências geralmente estabelecem fortes ligações com os animais de companhia que as ajudam a aprender ‘social skills’ e no desenvolvimento cognitivo, social e físico (Grauerholz et al., 2020).

<sup>15</sup> O conceito de família tem vindo a mudar ao longo das décadas. Assim como casais sem filhos, casais homossexuais e coabitação passaram a fazer parte da definição de ‘família’, os animais acabaram por entrar para esta definição também através do conceito de ‘famílias multiespécie’. Desta forma, os animais passaram a ser uma alternativa para muitos casais, que começou a afetar as decisões das famílias de terem filhos.

<sup>16</sup> Há uma ideologia dominante que justifica a posição das vítimas no lugar que lhes é confinado. Isto acontece devido a essa ideologia dominante de que os seres humanos são o ser superior e os animais o inferior e daí a sua constante exploração (Grauerholz et al., 2020).

Os primeiros estudos sociológicos no campo das relações entre os seres humanos e os animais não-humanos dentro da comunidade científica anglo-saxónica têm por base, por um lado, uma perspetiva crítica, como o feminismo, o marxismo e os estudos raciais críticos, e, por outro, perspetivas menos críticas como a do interacionismo simbólico (que será abordado mais à frente). Esta diversificação de abordagens foi importante de forma a contribuir para “animalizar a sociologia e problematizar o seu legado de exclusividade humana” (Cudworth, 2016, p.242). À medida que os estudos humano-animais se vão multiplicando são várias as orientações que se vão formando em volta desta temática, o que acaba por provocar alguma tensão dentro do campo teórico. As críticas feitas ao facto de a sociologia nem sempre ter abrangido o mundo dos objetos, dos seres não-humanos e de tudo o que constitui a vida dos seres humanos impulsionaram a sua abertura a novas áreas, como é o caso dos estudos dos animais, e ainda em áreas ligadas ao estudo de ciência e tecnologia, da alimentação ou da família, que despertaram na sociologia o olhar para a questão animal como temática de interesse. Desta forma, o conceito de animalidade acaba por se juntar aos conceitos tradicionais explorados no domínio da sociologia, como os de género, raça e classe (Cudworth, 2016).

Os posicionamentos epistemológicos dentro da sociologia dos animais são variados. Segundo o autor Burowoy (como citado em Cudworth, 2016), é no âmbito da sociologia crítica que se chama a atenção para as “omissões do mainstream disciplinar e identificam novos assuntos e objetos para estudo” (p.243). Neste sentido, para Twine (como citado em Cudworth, 2016), interpretando as palavras de Burowoy, os estudos sociológicos dos animais passam a ser considerados como parte da sociologia crítica.

Do ponto de vista de Wilkie (2015, como citado em Cudworth, 2016, p.244), os ensaios académicos associados ao estudo dos humanos-animais são vistos como “academicamente contaminados” para a academia mainstream e podem levar a uma descredibilização profissional. Para determinadas vertentes de investigação, é importante conceber uma relação com o ativismo, enquanto para outras, o fundamental é estabelecer um “compromisso normativo com a sociologia emancipatória” (*Ibidem*). Neste sentido, no início dos anos 2000, surgem os Estudos críticos dos animais (*Critical Animal Studies – CAS*). Estes diferem dos estudos convencionais, uma vez que se centram em políticas de libertação animal, que são “críticas das qualidades interseccionadas e co-constituídas de opressão” e “promove uma “política de aliança inter-espécie”” (*Ibidem*). Estas abordagens críticas tentam “abrir terrenos para a intervenção e assumir o compromisso em revelar e mudar o sofrimento de muitos animais não-humanos” (*Ibidem*). Enquanto os *CAS* dizem respeito a uma vertente emancipatória, os estudos convencionais dos animais são mais reformistas e não emancipatórios. Decorrente destas

variações de posicionamento, surgem, ainda, os estudos radicais dos animais (*Radical Animal Studies – RAS*) como modo de os radicais se diferenciarem dos críticos dos animais (*Ibidem*).

Uma outra vertente dentro do campo dos estudos dos animais que não se enquadra em nenhuma das linhas posicionais atrás mencionadas é a dos estudos feministas dos animais (*Feminist Animal Studies – NA*). O *NA* surge como um “campo mais amplo do ecofeminismo” e tem “preocupação com a interseccionalidade que levou ao desenvolvimento do *CAS*” (*Ibid*, p.244). Embora tenha uma inclinação política, o *NA* é “ecclético, e nem sempre congruente com o ativismo de libertação de esquerda de muitos estudos do *CAS*” (*Ibidem*). Embora existam diferentes abordagens que tentam explicar “como as coisas são”, a pergunta que fica por responder é a “[d]o que deve ser feito” (*Ibidem*).

Cudworth (2016), numa das suas presenças em palestras, assistiu a um trabalho acerca da história dos elefantes e apareceram imagens desses animais mortos em caças ilegais. A autora reparou na falta de uma abordagem crítica presente nesse trabalho: não havia menção acerca da caça a estes animais, nem sequer fazia referência ao impacto do género, da classe e do imperialismo que existem por trás deste tipo de práticas, nem de como esta prática é feita por desporto e entretenimento. Isto fez a autora aperceber-se que estava presente um trabalho que correspondia ao campo da sociologia não-crítica dos animais. Para a autora, a ideia de trazer os animais para o campo da sociologia é para nos ajudar a perceber como o processo de mudança histórico formula as relações entre os humanos e os animais. “Relatos históricos usaram a modernidade como uma estrutura para teorizar as relações humanas com animais não-humanos, mapeando as mudanças de atitudes em relação aos animais que acompanham as dramáticas mudanças de transição na modernidade europeia, de relações de dependência, contingência e antropocentrismo de inspiração religiosa para aquelas de distância, sentimentalismo e ambivalência em tempos mais seculares.” (Cudworth, 2016, p.245).

Dar importância aos animais na sociologia passa também por “reconhecer” que toda a conceptualização das sociedades “como estruturas de relações ou interação social deve incluir referências aos animais não-humanos como ocupantes de posições sociais e como termos nas relações sociais” (Carter & Charles, 2016, p.7). As “relações sociais são estruturadas” e “os animais são incorporados” nessas relações “na base da diferença e na desigualdade” (*Ibid*, p.14).

Tester (1991), como citado em Cudworth, 2016), autor da sociologia dos direitos dos animais, aborda a “imposição de relações sociais através da regulação de relações humanas com outros animais” (p.245). Influenciado pela sociologia de Norbert Elias, o autor defende que “o desenvolvimento da legislação contra a crueldade animal faz parte do “processo civilizacional” para a disciplina da classe trabalhadora” (*Ibidem*). O autor argumenta que a forma como pensamos os animais não nos diz sobre

a condição ontológica dos animais, mas sim, sobre nós mesmos, por isso, os direitos dos animais passam mais pela dimensão moral de como deve ser um indivíduo que vive uma vida social. Para Tester (1991, como citado em Cudworth, 2016), o direito dos animais em nada diz respeito à preocupação com o sofrimento que o ser humano pode causar nos animais, mas sim “com os humanos a fazerem-se sentir ‘bem’ como agentes morais defendendo aqueles que não podem argumentar por si mesmos” (p.245).

Para Franklin (1999, como citado em Cudworth, 2016), o que se tem visto é uma mudança qualitativa significativa nas relações entre as espécies que se deve ao facto de a barreira existente entre os humanos e as restantes espécies ter sido posta em causa devido à “pós-modernização” (p. 245). Na modernidade, os humanos eram os seres racionais, aqueles que conseguiam melhorar-se a si mesmos, intensificando fronteiras entre os humanos e os animais, que passaram a ser vistos como recursos para o aperfeiçoamento humano, sendo, por isso, o consumo da carne e o uso dos animais em pesquisas científicas práticas bastante comuns (Cudworth, 2016). À medida que nos aproximamos da pós-modernidade, começamos a olhar o mundo de outra forma, percecionando a nossa pertença ao mundo natural como sendo algo destrutivo para o mesmo. Esta mudança de visão levou ao surgimento da ideia de que os animais e a vida do planeta estariam em perigo, sendo da nossa responsabilidade mudar o rumo das coisas. Desta forma, os animais passam a ser associados ao sentimento de risco relacionado quer com os cuidados alimentares quer com a preservação da vida animal. O risco é também sentido pelas pessoas no que respeita a inseguranças várias, aos níveis familiar, social, económico, etc., o que constitui fator de aproximação aos animais como “fonte de estabilidade e transmissão de sentimento de pertença nas suas vidas” (Ibid, p.245).

Não obstante o facto de os animais serem “co-constitutivos dos arranjos sociais humanos” e a reconhecida importância da mudança nas relações humanos-animais ao longo do tempo, esta visão afasta-se de uma sociologia crítica, uma vez que não contempla as relações de poder (Ibid, p.246). Tendo em conta este afastamento da problemática do poder, outras abordagens mais críticas começaram a analisar as relações humano-animal, com “enfoque no poder e na identificação com os animais não-humanos [vistos] como vítimas de formas de dominação humana sistémica por meio das quais eles são oprimidos e explorados” (Cudworth, 2016, p.246; Carter & Charles, 2016).

Como o *Journal for Critical Animal Studies* advoga, aquando da sua fundação, em 2009, “o que distingue as abordagens críticas é que eles criticam ativamente as abordagens tradicionais do *HAS*<sup>7</sup> e assumem um ponto de vista ‘por’ animais não-humanos” (Cudworth, 2016, p.246). O desenvolvimento

---

<sup>7</sup> *Human-Animal Studies*



das abordagens críticas nos estudos dos animais tem várias influências filosóficas dos movimentos contemporâneos na defesa dos animais. O debate entre Peter Singer e Tom Regan, abordado anteriormente, continua a influenciar a polarização “[n]o debate entre os interesses dos animais vs os direitos dos animais” (*Ibidem*). Cudworth e Hobden, num artigo de 2015 intitulado “*Liberation for straw dogs? Old materialism, new materialism and the challenge of na emancipatory posthumanism*”, propõem a defesa de “um pós-humanismo crítico que seja para tudo o que vive e com o propósito de eliminar múltiplas formas de opressão” (*Ibid*, p.247).

No caso de autores abolicionistas, esses defendem que a domesticação dos animais deve deixar de existir, uma vez que foram “criados num estado de dependência e indignidade e sem qualquer nicho ecológico viável” (Cudworth, 2016, p.248). Uns rebatem dizendo que “os humanos sempre fizeram parte de relações co-constitutivas com outras espécies”, e, por isso, “a domesticação não pode ser vista como um estado original de “queda””; outros ainda referem que a domesticação dos animais deve envolver um processo de conhecimento através deles e apreciação dos seus modos de vida, e não ser encarado como sendo algo “inautêntico” (*Ibidem*). A liberdade e emancipação para os animais tida em conta pelas correntes feministas passa por um “re-situar os humanos como sujeitos incorporados e incorporados ecologicamente de comunidades interespecies” (*Ibidem*). Cudworth considera que: “As relações humanas com outras espécies são constituídas pelas e por meio de instituições e processos sociais” que devem ser conceptualizados “como conjuntos de relações de poder e dominação, que são consequências da prática normativa. Estes interrelacionam-se para formar um sistema social de dominação humana que designo por “antropo-desigualdade”. Além disso, as relações de espécie são intrinsecamente co-constituídas por outros tipos de formas complexas de dominação (como o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo) e assumem formações espacializadas e históricas específicas.” (Cudworth, 2016, p.249).

As diferenças e as semelhanças nas relações entre os humanos e os animais não-humanos têm de ser consideradas no desenvolvimento de uma “de uma abordagem do direito culturalmente sensível, interseccional e diferenciada por espécies” (*Ibidem*). Aceitar que “os seres humanos também são animais” tem sido difícil para a “diplomacia interdisciplinar entre as ciências naturais e as ciências sociais. Um reconhecimento mais completo do que os humanos e os outros animais têm em comum, que a vida social e a cultura não são exclusivamente humanas, é parte do desafio animal à sociologia” (Carter & Charles, 2016, p.14). As abordagens críticas acordam entre si ao defenderem que a “humanidade” está “inserida em redes de relações de dependência com o mundo da vida não humana e a fragilidade da vida corporificada, tanto humana quanto não humana” (Cudworth, 2016, p.250).

Uma sociologia que analise de forma assertiva e pertinente a “dominação sistêmica” precisa de atender a todos os tipos de dominação e “graus de exploração e opressão”, incluindo toda a questão dos animais (Cudworth, 2016, p.252). Para Grauerholz et al. (2020, p.134),

O nosso campo [sociologia] defende amplamente o especismo ao não explorar criticamente como as necessidades e os desejos dos humanos geralmente dependem da exploração e do sofrimento de outros animais. Da mesma forma, desconsideramos a sobreposição significativa entre as ideologias subjacentes aos maus-tratos de NHAs e de grupos humanos específicos, passados e presentes.

Para a sociologia é importante atentar em “(...) considerar as diferentes nuances nas relações humanas com diferentes tipos de animais em diferentes contextos sociais” (Cudworth, 2016, p.252). Desta forma, Cudworth (2016) considera que a relação dos humanos com os animais não-humanos deve ser entendida como algo sistemático devido às suas múltiplas e interligadas formas, e, embora haja ligações entre relações benignas e relações abusivas, as diferenças precisam de ser conceptualizadas. A autora refere ainda a relação entre os humanos e os animais domésticos como sendo um exemplo de como devem ser e podem ser as relações com os animais, considerando essa relação como uma “pequena abertura para um mundo de coabitações de espécies potencialmente frutíferas” (p.253). Embora, no exemplo dos cães, a relação seja de mercantilização, vistos como propriedade, há um forte aspeto positivo nesta relação entre os humanos e os animais não-humanos, se considerarmos os “os vínculos claros entre a manutenção de animais não-humanos como companheiros em casa” (*Ibidem*).

A sociologia tem trabalhado nos *Human-Animal studies* dentro de campos específicos de interação como casa, alimentação e ruralidade. No entanto, é necessário expandir o raio de pesquisa destes estudos para domínios como o trabalho e o processo do trabalho, a globalização; e todo o debate em torno da teoria social dever ser mais do que humana (Cudworth, 2016, p.253). Esta abertura da sociologia deve passar por uma “reforma progressiva como um ponto de partida em termos de envolvimento com a política por meio da intervenção política” impulsionada pelos estudos críticos, podendo levar a “um trabalho mais transformador e crítico com organizações de movimentos sociais e engajamento público” (*Ibid*, p.253). “Além disso, a expansão contínua dos estudos com animais está a mudar (lentamente) as agendas académicas, por exemplo, por meio da integração de abordagens críticas aos estudos com animais, enfatizando a importância da análise interseccional” (*Ibidem*).

É mais proveitoso para a sociologia desviar o foco de análise da comparação entre os animais não-humanos e os humanos, apontando as suas divergências e diferenças para uma análise onde ambos se interligam e influenciam mutuamente (Carter & Charles, 2016). É urgente haver uma “reconceptualização da sociedade que reconheça os animais como tal” e não apenas como “parte da

natureza que não preocupa os sociólogos” (Carter & Charles, 2016, p.1). É importante que a sociologia comece a perceber “os animais como agentes nas relações com os humanos, sendo essas frequentemente associadas à dominação e à exploração” (*Ibidem*).

Entender este tipo de relações através de uma análise crítica e sociológica poderá ser um meio para “a teorização das espécies em termos de dominação humana, exploração e opressão, enquanto permanecemos sensíveis às diferenças no tipo e grau de práticas humanas” (Cudworth, 2016, p.253). Para chegar à abordagem sociológica crítica das espécies é necessário que esta seja “uma sociologia engajada, uma chamada para a ação que fundamenta as suas tentativas para teorizar, documentar e explicar o mundo no contexto das dificuldades/lutas políticas para o alterar [ao mundo]” (*Ibidem*). A sociologia precisa ainda de refletir sobre o facto de a “interceção da desigualdade e da diferença significa[r] que as populações, comunidades e indivíduos humanos são colocados de forma diferente para responder às escolhas de como interagem com a multiplicidade de espécies não humanas de “animais”” (*Ibidem*). Assim como afirmam Carter & Charles (2016),

os sociólogos precisam de re-concetar a ‘sociedade’; rever as noções de agência, subjetividade e reflexividade; e rejeitar o especismo e o antropocentrismo em que se baseia a sociologia. Finalmente, afirmamos que continuar a direccionar o olhar sociológico apenas para os humanos limita significativamente a imaginação sociológica e corre o risco de tornar-la irrelevante na era do Antropoceno. (Carter & Charles, 2016, p.2)

O facto de a sociologia ainda não ter dedicado particular atenção a este tema pode residir nos seguintes fatores: (1) a centralidade de Mead em excluir completamente os animais não-humanos da conceptualização do interacionismo simbólico (que será abordado mais à frente); (2) a exceção humana, atribuída ao ser humano pelas ciências sociais, assente nos seguintes argumentos: a “espécie humana está isenta de restrições naturais (principalmente por causa de suas realizações científicas e tecnológicas); a espécie humana é evolutivamente única (pela sua capacidade de linguagem, de construção de significado e desenvolvimento cultural que emergem disso)”; (3) a contradição entre “o humano” e “o animal” como dado adquirido; (4) “a sociologia também resiste a considerar os animais como um grupo oprimido por desvalorizar a noção de opressão” (Carter & Charles, 2016, p.3).

A sociologia tem vários motivos para considerar o estudo dos animais nas suas análises, tais como o facto de que “os animais estão envolvidos em relações sociais”, o facto de que os animais têm sido “uma parte integrante das economias políticas das sociedades humanas”, as quais não se teriam desenvolvido do modo como se desenvolveram se não fosse o seu “papel crucial” (*Ibid*, p.8).

Por tudo isto, a sociologia tem em mãos a oportunidade de “desenvolver uma ontologia social capaz de abranger humanos e outros animais, permitindo-nos entender as formas complexas de seu

enredamento” e o desafio de saber como fazê-lo (*Ibidem*). Para Carter & Charles (2016), a maneira ideal para fazê-lo passa por “uma reconfiguração de algumas ideias-chave da sociologia”, nomeadamente quanto a dois conceitos em específico: “sociedade e agência” (p.8). A definição conceitual de ‘sociedade’ é vasta e com várias teorias de vários autores, porém, e, segundo estes autores, assim como o restante vocabulário conceitual das ciências sociais, as definições de sociedade apenas adotam uma perspectiva antropocêntrica. Significa isto que há uma exclusão evidente de todos os restantes seres não-humanos e animais que têm uma influência distinta no sistema social. Numa palavra, a sociologia tem produzido uma “(...) social theory is anthropo-normative.” (p.9). Quanto ao conceito de “agência”, este tem levantado várias questões no seio da comunidade científica com académicos a defenderem que os animais possuem agência. Este conceito diz respeito à capacidade de os indivíduos agirem de forma relativamente independente assim como de realizarem escolhas de forma autónoma e “(...) está associado a enunciados profundamente enraizados sobre auto-consciência, autotransformação individual e ‘sujeito emancipado’” (Carter & Charles, 2016, p.9).

Alguns teóricos mais antigos, como referem Carter & Charles (2016), atribuíram significado às coisas apenas quando são usadas em ações humanas, o que pode ser aplicado na própria significação dos animais não-humanos, uma vez que, em sociologia, os animais apenas recebiam alguma relevância pelas influências que poderiam ter no mundo social e cultural humano (Carter & Charles, 2016, p.10). Os autores referenciam o filósofo A.N. Whitehead e a sua teoria de que a agência depende da postura face ao objeto e ao sujeito, ou seja, “noções como razão, consciência e ação são frequentemente tratadas como se fossem objetos do mundo; nós nos tornamos humanos através da posse deles.” (Carter & Charles, 2016, p.10). Assim, para o filósofo, o que define a agência é a experiência dos sujeitos, que em nada especifica que seja apenas humana, o que acaba por incluir os animais não-humanos, uma vez que a agência resulta de processos relacionais e dinâmicos da forma como os sujeitos se envolvem com o mundo, independentemente de serem coisas humanas ou não humanas. Já para Ahearn (2001, como citado em Carter & Charles, 2016), é preciso ir mais além e “considerar a natureza social da agência, o que Ahearn chama de “capacidade de agir socioculturalmente mediada”, ou seja, propõe uma distinção entre ação e agência, que os autores sugerem ser “a base para o desenvolvimento de uma noção de agência que acomode o não-humano de uma maneira totalmente sociológica e que reconheça que os humanos não podem ser entendidos separados de outros animais (ou coisas)” (Carter & Charles, 2016, p.10).

Em suma, a sociologia tem todos os recursos e condições para, “com a sua capacidade de analisar a complexidade das dinâmicas estruturais e interpessoais do poder”, “conceitualizar os

mecanismos que servem para manter os animais numa posição subordinada na sociedade, mas também para contribuir efetivamente para os futuros movimentos sociais com o objetivo de acabar com eles” (Taylor & Sutton, 2018, p.480). Ao não o fazer, continua submetida a “uma normalização de relacionamentos assimétricos que são fundamentalmente problemáticos” (*Ibidem*), quer para a valorização do animal enquanto ser merecedor do bem-estar e catalisador das relações sociais entre e com os seres humanos, quer para a própria sociologia enquanto ciência social.

O presente trabalho enquadra-se dentro de uma perspetiva analítica dos *Human-Animals studies* e tem como objetivo contribuir para o debate das relações entre humanos e animais dentro da comunidade científica portuguesa no âmbito da sociologia.

#### 4. Interacionismo simbólico

*O interacionismo simbólico é uma perspetiva em sociologia em que os seres humanos são vistos como construtores ativos do mundo social. Embora existam normas e outros constrangimentos externos, estes não determinam quais as linhas de ação que os atores humanos irão selecionar. Pelo contrário, quando os atores recebem um estímulo social, avaliam-no em termos dos seus próprios objetivos e experiência prévia, bem como em termos das normas. (Alger & Alger, 1997, p.68)*

O interacionismo simbólico surgiu a partir das conceções filosóficas de John Dewey e da psicologia social de George Herbert Mead, adaptadas por Herbert Blumer e aplicadas ao estudo do comportamento humano coletivo, tendo sido a sua obra *Mind, Self & Society* (1934) considerada a fundadora desta corrente. Do ponto de vista de Dewey, para melhor se compreender o ser humano, é importante haver um ajustamento entre si e o seu ambiente, uma vez que é em relação ao seu ambiente que os seres humanos são mais bem compreendidos (Hamlin, 2001, p.1). Influenciado por esta conceção, Mead denomina a sua abordagem de “behaviourismo social”, argumentando que “vê o *self* como um emergente da interação social entre os humanos onde o indivíduo toma o papel do “outro” e internaliza as atitudes que vai percebendo nos outros reais e imaginários” (Hamlin, 2001, p.1). Desta forma, é “continuamente refletindo sobre nós mesmos, como os outros nos veem, que nos tornamos competentes na produção e exibição de símbolos sociais” (Hamlin, 2001, p.1). Já na visão de Blumer,

esta corrente do interacionismo simbólico é uma abordagem prática para o estudo científico da vida do ser humano em grupo e da conduta humana.

Blumer assenta o interacionismo simbólico em três premissas: a primeira diz respeito ao facto de o ser humano agir em relação a outros indivíduos ou a coisas através dos significados que lhes atribui; quanto à segunda, esses significados são adquiridos na interação social do indivíduo com o outro; e terceira e última, os significados são manipulados mediante um processo interpretativo (Hamlin, 2001; Ritzer, 2009).

O interacionismo simbólico defendido por Arnold Arluke e Clinton R. Sanders a partir dos anos 1990, ressalva a “necessidade de reconhecer uma forma de agir com os outros animais” (Guillo, 2015, p.139). Embora haja quem argumente que os animais possam ser incapazes de usar símbolos partilhados com os humanos e de se envolverem em comportamentos que manifestem um “espírito”, estes autores defendem que este tipo de argumento é cético e “tem necessariamente limites no quadro do interacionismo simbólico”, uma vez que consiste em “decidir *a priori* sobre a posse, ou não, por um ser, de faculdades, (...) antes de o ter estudado nas interações sociais suscetíveis de as manifestar” (Guillo, 2015, p.139). No entanto, uma das “ideias principais do interacionismo simbólico é precisamente a de conceber o espírito (a mente) e as faculdades como propriedades que emergem e existem apenas nas interações” (Guillo, 2015, p.139).

Desta feita, tendo em conta que não há provas da existência de um espírito nos seres humanos e que a existência de estados mentais é construída a partir das interações uns com os outros, não pode ser negada a importância do interacionismo nos animais, uma vez que os seres humanos atribuem faculdades mentais aos animais através das suas interações com eles, quase como assumindo neles a presença de um espírito, sendo, por isso, importante esta contribuição para o estudo dos animais (Guillo, 2015). Esta noção vem contrariar o pensamento da etologia behaviorista.

#### **4.1. O interacionismo simbólico e os animais**

A atenção dada ao estudo das relações com os animais por parte da sociologia deve-se, em parte, ao êxodo rural através do processo de industrialização e urbanização, influenciado pelas revoluções industrial e francesa, que obrigou a um afastamento entre os indivíduos e os animais, à exceção dos de estimação (Alger & Alger, 1997). Isto ajudou a que as pessoas comesçassem a deixar de olhar os animais como meros “recursos a serem explorados para o benefício humano” (Alger & Alger, 1997, p.65-66). Os animais, nomeadamente os de estimação, começaram a ser vistos como parte da família, o que levou por parte das pessoas a uma projeção dos seus sentimentos nos animais, como tendo semelhanças com

humanos, nomeadamente quanto a sentimentos como o amor e a afeição (Alger & Alger, 1997; Santos & Mestrinho, 2018; Grauerholz et al., 2020).

Segundo Alger e Alger (1997), um outro campo onde as barreiras entre humanos e animais têm sido quebradas é o da pesquisa científica sobre o comportamento animal, liderada por investigações realizadas por Donald Griffin. As pesquisas em torno dos animais, que não os de companhia, suscitaram interesse por parte dos cientistas, e vieram abalar as estruturas dos paradigmas tradicionais da psicologia behaviourista quanto ao aumento de complexidade do comportamento animal em áreas como construções de abrigo, o cuidado com os mais novos, comunicação e navegação, entre outras. Estas áreas vieram revelar processos complexos que ocorrem nos cérebros dos animais e ainda um paralelismo com as experiências mentais dos humanos.

Griffin (1992, como citado em Alger & Alger, 1997) é um autor que estudou o comportamento de comunicação em alguns animais, nomeadamente as “waggle dances” das abelhas e o ensino da língua gestual em chimpanzés e gorilas. Com as suas pesquisas, o autor concluiu que a comunicação simbólica entre os animais é maior do que se previra até ao momento e “o aumento do conhecimento da versatilidade da comunicação animal faz a distinção entre a comunicação animal e a linguagem humana ter um critério menos crítico da singularidade humana” (p.66). Desta forma, as interações dos animais começam a ser percebidas como mais complexas do que aquilo que se tinha descoberto até ao momento, e as ciências sociais estão agora a dar-lhes mais atenção.

Um outro estudo, impulsionado por Barber (1993, como citado em Alger & Alger, 1997) sob influência de Griffin, e que está relacionado com o comportamento das aves, denota as capacidades desses animais terem pensamentos e sentimentos simples, são atentos, inteligentes, conscientes, emocionais e individualistas, exatamente como os seres humanos. Para Barber, o motivo pelo qual os cientistas possam ter falhado anteriormente em perceber estas noções pode dever-se tanto à forte dominância de um paradigma “behaviorista-reducionista-positivista” como ao receio que pudessem sentir de serem acusados de “antropomórficos” (Alger & Alger, 1997, p.67).

George Herbert Mead, na década de 1930, excluiu os animais, da possibilidade de estabelecerem entre si situações de comunicação, em que se emitem e interpretam significados, enquadradas por um universo simbólico humano (Alger & Alger, 1997; Carter & Charles, 2016). Neste sentido, apenas os seres humanos, seriam, para Mead, dotados de um self ou “consciência reflexiva”, conceito que exprime precisamente a capacidade reflexiva e comunicativa que seria atributo exclusivo dos seres humanos. Contudo, Alger & Alger, já nos anos 1990, apresentam interpretações teóricas alternativas a esta visão antropocêntrica do conceito de Mead, bem como demonstram, através da

pesquisa empírica de Sanders (1993), a interação simbólica entre humanos e cães, ao salientarem que os donos dos animais percebem a sua relação com eles como uma interação significativa e empática. Os próprios autores, num estudo empírico que realizam sobre interação entre os gatos e os seus donos, demonstram também a ligação que os une e como estes são empáticos e recíprocos na sua relação com os donos (Alger & Alger, 1997).

Ao longo do seu trabalho, Mead sempre deixou claro o facto de o interacionismo simbólico não poder ser aplicado aos animais (Alger & Alger, 1997; Carter & Charles, 2016; Taylor & Sutton, 2018). Segundo ele, os animais não possuem o mecanismo da linguagem e, por isso, não possuem personalidade e não são responsáveis pela situação social em que se encontram, como é o caso dos seres humanos. Assim, os animais não são portadores de personalidade, sendo os seres humanos que lhes atribuem, defendendo que os animais não têm direitos e, por isso, os seres humanos têm permissão para pôr fim às suas vidas (Alger & Alger, 1997, p.68). Como não possuem o 'me' (ou elemento reflexivo do eu) na sua experiência que se dá pela resposta do 'I' (elemento reativo) o animal não possui futuro, não é consciente do tempo, não tem memórias. Ainda para Mead, embora os animais comuniquem entre si por gestos, não os controlam e, neste sentido, os comportamentos entre os animais não são geradores de efeitos, mas sim, manifestações de instinto (Alger & Alger, 1997). Esse controlo, exclusivo dos seres humanos, "implica consciência das consequências dos próprios gestos em resposta a outros" (Alger & Alger, 1997, p.68). A interação simbólica só se dá quando há um controlo consistente das ações e dos seus contextos, o que quer dizer reflexividade (ou controlo consciente da ação) (Alger & Alger, 1997).

Mead argumentou que a interação simbólica surgiu naturalmente, por meio do processo de avaliação, para lidar com situações de frustração e conflito sobre cursos concorrentes de ação habitual. A interação simbólica requer, na sua essência, uma consciência de si mesmo, uma conversação internalizada e uma avaliação de cursos de ação concorrentes com base em significados compartilhados derivados de assumir o papel do outro. Por implicação, tal interação teria de envolver tanto uma memória de interações passadas quanto projeções para o futuro. (Alger & Alger, 1997, p.69)

Para Mead, este processo só ocorre através da linguagem humana, o que acaba por excluir todos os animais não-humanos; e ainda, a consciência do *self* é amplamente um processo cognitivo (Alger & Alger, 1997; Taylor & Sutton, 2018).

A vertente menos restrita da compreensão do *self* associada à "emergência de uma realidade partilhada baseada numa forte ligação emocional", que vem contrastar com a opinião de Mead quanto ao *self* ser um processo cognitivo, é o que permite aplicar a perspetiva do interacionismo simbólico ao estudo dos animais, levantando a questão acerca dos animais se envolverem ou não numa interação simbólica (Alger & Alger, 1997, p.70).



No contexto desta discussão, surgem os trabalhos de Collins (1989, como citado em Alger & Alger, 1997), que defende uma “dimensão emocional do conceito do desempenho de papéis” (p.70). O autor aponta dois tipos de interação simbólica diferenciada quanto aos seus objetivos: a interação simbólica direcionada para os objetivos práticos e para os objetivos sociais. Quanto à interação simbólica direcionada para os objetivos práticos, esta diz respeito aos objetivos concebidos pela nossa relação com a natureza e atenta aos problemas de sobrevivência, conforto e outros problemas utilitaristas associados à vivência (Alger & Alger, 1997, p.70). Quanto à interação simbólica direcionada para os objetivos sociais, esta é gerada pelas nossas relações com grupos sociais, focada em símbolos de solidariedade, e o que o autor designa de “rituais naturais de interação” (Alger & Alger, 1997, p.70). Isto acontece quando os indivíduos, numa mesma situação, prestam atenção a um mesmo objeto ou ação, conscientes de que cada um mantém esse foco e partilham a mesma emoção. Esta relação acaba por se tornar simbólica independentemente do que quer que esteja a ser presenciado pelos dois indivíduos durante o “ritual de interação”. Usando estes símbolos, os indivíduos acabam por se sentir como membros de um grupo e, embora sejam rituais de interação baseados em conversação, o autor defende que não é necessário haver diálogo ou qualquer outro uso de linguagem (Alger & Alger, 1997, p.70).

Estas abordagens desenvolvidas no quadro do interacionismo simbólico permitem, assim, equacionar a vida dos animais e das suas relações com os outros, o que não era possível a partir unicamente da perspectiva de Mead (Alger & Alger, 1997, p. 70-71).

A questão de saber se os animais têm um senso de identidade, ou uma personalidade, precisa de ser levantada novamente. Temos de perguntar se os animais escolhem entre cursos de ação concorrentes e, em caso afirmativo, como é que fazem essas escolhas. Através de quais mecanismos assumem o papel do outro? O apego emocional, o cheiro e/ou o pensamento relacional estão envolvidos? Em que tipos de interações simbólicas os animais se envolvem? Temos de levantar questões sobre a possibilidade de significados compartilhados e um senso de passado e futuro. (Alger & Alger, 1997, p. 70-71)

De forma a entendermos e aplicarmos a perspectiva do interacionismo simbólico na interação entre humanos e não-humanos e/ou até no comportamento animal, é necessário ajustar as questões. É preciso uma “reformulação do interacionismo simbólico” que não resida na perspectiva de Mead, a qual requer a habilidade do uso da linguagem para ocorrer interação simbólica (Alger & Alger, 1997, p.71).

Sanders (1993, como citado em Alger & Alger, 1997, p.71), no seu estudo sobre cães e os seus tutores, afirma que “assim como os cuidadores dos deficientes constroem uma identidade ‘humana’ para as pessoas deficientes, os donos dos cães constroem uma identidade ‘como humana’ para os seus animais de estimação”. O autor baseou-se no estudo de Bogdan e Taylor (1989), onde identificaram quatro dimensões do processo de construção da humanidade:

(1) atribuir o pensamento ao outro: isto é, 'ver o outro como capaz de raciocinar, compreender e lembrar', (2) ver a individualidade no outro; isto é, definir os outros como 'indivíduos distintos, únicos, com características particulares e características específicas que os diferenciam dos outros', (3) ver o outro como recíproco; isto é, 'como devolvendo algo importante' ao relacionamento, e (4) definir um lugar social para o outro; isto é, como definindo uma parte para eles 'nos rituais e rotinas da unidade social. (Alger & Alger, 1997, p.71)

Sanders (1993, como citado em Alger & Alger, 1997) descobriu que os cuidadores dos cães usam estas mesmas categorias de evidência da interação simbólica, vendo-os “como um ator social autêntico, recíproco e empático” (p.72). E ainda, que os cães se envolvem totalmente com os seus cuidadores nas suas rotinas e ajustam o seu comportamento consoante a situação física e social que enfrentam (Alger & Alger, 1997). Para o autor, a “conexão emocional” é o que faz com que a interação simbólica seja possível, diferentemente do que é defendido por Collins (1989) para o qual o que a torna possível são os “rituais naturais de interação” (Alger & Alger, 1997, p.72).

No seguimento dos contributos de Sanders, Alger & Alger (1997, p.72), argumentam que, embora, no caso dos gatos, estes sejam frequentemente vistos como mais independentes e “indiferentes aos desejos e necessidades dos humanos” comparativamente com os cães, isso não significa a ausência de interação simbólica, uma vez que “diferentes espécies manifestam a sua capacidade de interação simbólica sob diferentes condições e circunstâncias, dependendo da natureza particular de seu relacionamento com os humanos”. Situações onde é perceptível que o animal tome decisões entre alternativas é uma forma clara da “conceção do interacionismo simbólico do pensamento”, uma vez que implica “uma conversa interna sobre consequências futuras” (Alger & Alger, 1997, p.74).

Na investigação desenvolvida por Alger e Alger (1997) sobre a interação humanos-felinos, os donos dos gatos consideraram-nos como “indivíduos únicos com personalidades distintas” conseguindo atribuir e distinguir características que, em primeira mão, seriam atribuídas a humanos, tais como “temperamento, comportamento, jovialidade, loquacidade e inteligência” (p.75); os autores evidenciaram um “senso de compromisso e permanência familiar” por parte dos donos e, transversal aos donos de cães e gatos, bem como uma constante “partilha de rotinas familiares” (p.77). Assim como os cães, estudados por Sanders (1993), os gatos estudados por Alger e Alger (1997) demonstram fortes habilidades cognitivas, incluindo a capacidade de definir situações (físicas e sociais) e selecionar cursos de ação com base nas suas avaliações. Em suma, descobrimos com os autores que os gatos rotineiramente se envolvem em interações simbólicas. Essas características de cães e gatos foram obscurecidas para os sociólogos pela insistência de Mead na centralidade da linguagem para a ocorrência de interação simbólica (p.79).

A tentativa por parte de Alger e Alger (1997), seguindo os passos de “Sanders (1993) e Sanders e Arluke (1993)”, em “estender a teoria do interacionismo simbólico à relação humanos-animais” permite considerar “a possibilidade da emergência de interação simbólica através de habilidades não-verbais, cognitivas de observação e apego emocional” (p.79). Ainda, seguindo o contributo destes autores, somos levados a reconhecer que “a mentalidade dos gatos, conforme revelada pelos seus donos, abrange os objetivos práticos e sociais da interação simbólica. Objetivos práticos podem envolver uma visão bastante “literal” das coisas de outra perspectiva e/ou podem depender mais diretamente de uma compreensão da intenção e das emoções do outro.” (Alger & Alger, 1997, p.79). Desta forma, pode-se afirmar que “(...) longe de ser um atributo humano, a interação simbólica é uma habilidade amplamente distribuída em todo o reino animal, permitindo que os animais sobrevivam de forma mais eficaz em uma grande variedade de ambientes.” (Alger & Alger, 1997, p.80).

O papel da sociologia fica mais relevante aqui, neste contexto, onde há uma confirmação da ocorrência de interação simbólica nos animais, não havendo assim qualquer motivo que leve a sociologia a afastar-se do estudo das relações entre humanos e animais e, ainda, incluir estudos em torno das relações dos animais entre si (Alger & Alger, 1997). Assim sendo, as descobertas em torno destas questões da interação permitem quebrar “algumas fronteiras tradicionais entre a sociologia, a psicologia e a biologia” (Alger & Alger, 1997, p.80).

## **Capítulo II: Os animais e os seres humanos**

### **1. A presença dos animais de estimação na vida dos seres humanos**

Os animais sempre assumiram um papel preponderante na vida do ser humano. Como referenciado anteriormente, os animais sempre desempenharam diversos papéis ao longo da vida do ser humano, desde alimentação ao transporte. Os animais como companhia começaram a ter cada vez mais importância, principalmente após o ano de 1945, pelo fim da IIª Guerra Mundial, que levou a transformações a nível económico, político, cultural e social que duram até aos dias de hoje (Santos & Mestrinho, 2018).

No presente capítulo, é abordado o papel dos animais de companhia na vida dos seres humanos, mais especificamente o passar de ‘meros’ animais de estimação a membros da família e os seus benefícios desta relação no sentido mútuo, as representações sociais associadas a esta relação e a questão da moral e os estatutos dos animais, em específico, os de companhia.

É de ressaltar o facto deste trabalho mencionar as partes positivas da relação entre o ser humano e os animais de companhia, mas sem nunca esquecer a dualidade desta relação e dos seus efeitos nocivos para o animal, mais especificamente as relações de dominação exercida pelos humanos sobre animais.

### 1.1. De animais de companhia a membros da família

*A posse de animais de companhia pela nobreza e outros estratos da sociedade dominante tem um longo historial, remontando, pelo menos, ao Antigo Egipto. (...) a posse de animais de companhia apenas foi aceite na Europa, de forma generalizada, no final do século XVII, e apenas se tornou comum entre os membros da classe média no final do século XVIII.*  
(Silva, 2018, p.126)

A presença de animais de companhia na vida dos seres humanos parece algo atual, mas já era comum noutras sociedades, embora tenha-se intensificado nas sociedades ocidentais no pós-guerra. Segundo Silva (2018, p.126), “O culto dos animais domésticos na sua forma actual é, provavelmente, uma invenção da Inglaterra vitoriana”, uma vez que esses animais “eram vistos como uma ligação ao mundo natural, que, face aos progressos da ciência e da tecnologia, já não era perspectivado como uma ameaça.”. Segundo Moreira (2018), fontes históricas comprovam que a noção de animal de companhia, assim como a conhecemos, não vem apenas do século XIX, mas já há registos do século XVI, onde é revelada a presença de cães e gatos em “conventos, mosteiros, nas cortes, sendo companhia particularmente apreciada por figuras das letras e das artes” (p.185). A partir do século XX, este fenómeno acentua-se à medida que os centros urbanos ganham cada vez mais importância através dos processos de concentração demográfica (Moreira, 2018).

No caso dos cães, há relatos, nomeadamente através de fotografias datadas de 1893, referidos por Santos & Mestrinho (2018), onde é mencionada a presença do cão como animal doméstico, incluído no dia a dia doméstico, sendo encarado como uma normalidade, como parte da rotina, como “elemento natural” (pp.211-212). Esta realidade torna-se mais evidente nas zonas rurais, onde a imagem do cão está bastante presente. Embora doméstico e, por isso, o seu lugar ser dentro do limite do espaço da casa, o cão fica no exterior da habitação, isto é, num quintal ou pátio, com uma casota e, por norma, preso por uma corrente. Neste ponto, as preocupações dos donos não passam do cumprimento da lei, nomeadamente quanto à vacinação e à aquisição da licença camarária para cães. Os cuidados

alimentares não são tidos em conta, sendo refeição para estes animais os restos de almoço e jantar dos seus donos (Santos & Mestrinho, 2018).

Como referido anteriormente, o pós-guerra vem assinalar mudanças nos domínios político, económico, social e cultural a nível mundial. Aqui inclui-se a forma como vemos os animais, no geral, e, mais pormenorizadamente, os animais de companhia. Como Santos & Mestrinho (2018) referem, “É o tempo em que o cão deixa de ser cão. É também o tempo em que, ou o cão está em vias de se tornar humano (*antropomorfização*), ou o humano de se tornar cão (*zoomorfização*).” (p.216). A partir deste ponto de viragem da sociedade, o cão passa a membro da família, largando as casotas e as correntes, assumindo o seu lugar no interior da habitação, passando a assumir o nosso lado no sofá, na cama e, em muitos casos, até à mesa; “Para alguns, poucos ainda, um filho, que eventualmente perderam ou que nunca chegaram a ter.” (Santos & Mestrinho, 2018, p.216). Os autores afirmam ainda um pormenor interessante comparativamente à fotografia de 1893 que apresentam, nela o animal está sentado ao lado da sua dona, no chão, enquanto que nos dias de hoje, através desta mudança de comportamentos e atitudes face aos animais, o cão, na fotografia, passa a assumir o lugar imediatamente ao lado do dono, “(...) ele agora passa a estar ao nível do seu «dono», sendo colocado ao colo ou então, no caso de cães de grande porte, o próprio «dono» baixa-se, agacha-se, desce ao nível dele.” (Santos & Mestrinho, 2018, p.218).

Há uma mudança na forma como designamos estes animais, passando de ‘animais de estimação’ para ‘animais de companhia’. Nesta segunda designação, está subjacente uma interdependência, a relação não corresponde apenas ao animal que depende do ser humano, como também a uma dependência emocional que surge por parte do ser humano com o animal. A própria palavra ‘donos’ começa a ser questionada, sendo recentemente adotado o termo ‘tutor’ ou ‘cuidador’ para designar formalmente a pessoa responsável pelo animal de companhia (Santos & Mestrinho, 2018). Segundo um estudo realizado nos Estados Unidos, referido por Mestrinho & Santos (2018), podem considerar-se “três categorias relacionais entre as pessoas e os seus animais: donos (*owners*), tutores (*guardians*) e donos-tutores (*owner-guardians*):

Embora esta categorização seja evidentemente artificial, ela expõe a existência de uma continuidade, e não de uma ruptura, na forma como representamos e valorizamos os nossos animais de companhia, com implicações reais e muito concretas no modo como exercemos o nosso poder, mais ou menos responsável, em relação aos cuidados de saúde que lhes são prestados. (Mestrinho & Santos, 2018, p. 298)

O cão passa a ter direito a tratamentos considerados especiais comparativamente com os relatos de tempos anteriores e começa a viver rodeado de bens e serviços que, outrora pensados exclusivamente

para os seres humanos, atualmente começa a ser cada vez mais comum serem pensados para os animais de companhia, não só para os cães, mas para os gatos também.

Talvez estejamos já num tempo marcado por uma espécie de *hiperfamiliaridade* em que um cão é mais, muito mais do que um membro da família, e com o qual estabelecemos uma relação marcada por um excesso de afectos. Sinal assintomático de um individualismo cada vez mais generalizado e cada vez mais hiperbolizado, ao cão vai ser-lhe exigida, uma vez mais, uma nova função, não mais do domínio operativo, quer dizer, do trabalho, como no passado, mas agora no domínio dos afectos. (Santos & Mestrinho, 2018, p.220)

O cão, e/ou gato, em certos momentos, passa a ser o elemento substituto de presença humana. O animal de companhia passa a assumir um papel importante no combate à solidão, uma vez que, “Perante a dissolução de laços sociais e afectivos, perante o «vazio relacional», perante a perda do «outro» humano, enfim, perante a solidão, os animais de companhia (mas não exclusivamente), e em particular o cão, preenchem esse vazio.” (Santos & Mestrinho, 2018, p.220).

Segundo os autores, embora pareça ter atingido o seu auge, esta valorização do animal de companhia está longe de atingir o seu exponencial, encontrando-se apenas a meio de um longo caminho. Isto levanta “problemas de convivência e tensões paradoxais”, onde, por um lado, existem aqueles que acham que os animais de companhia não passam de meros animais, remetendo-os ao seu lugar inferior aos seres humanos, à sua condição de animal que vive em função do ser humano, nomeadamente facultando uma série de serviços que vão de encontro às necessidades do ser humano; por outro lado, existem aqueles que consideram o seu animal de companhia um membro da família e, por isso, merecem ser tratados como tal, “uma quase-pessoa com plenos direitos sociais e jurídicos” (Santos & Mestrinho, 2018, p.221).

Segundo um estudo realizado pela GfK Portugal (como citado em Moreira, 2018, pp.185-186), que é uma empresa de estudos de mercado, em 2015<sup>18</sup>, “Em 10% dos lares portugueses coabitam cães e gatos e estima-se que ‘cerca de dois milhões de lares portugueses (54%) possuem pelo menos um animal de estimação’. O número cresceu comparativamente a 2011, em que a penetração de animais nos lares se situava nos 45%. O ano de 2013 já tinha registado um aumento de 5% em comparação com os dois anos anteriores.” (Pinto, 2016). Este fenómeno é mundial, estando Portugal em 12º lugar do ranking de países com mais animais de estimação, onde os EUA assumem o 1º lugar e, países europeus como a Rússia, França, Itália, Alemanha e Inglaterra, vêm logo a seguir, posicionando-se à frente de Portugal<sup>19</sup>. Pinto (2016) refere ainda que “As razões que o justificam prendem-se com a alteração dos

---

<sup>18</sup> Os dados são de 2015, como usados pela autora Moreira (2018), uma vez que não há dados mais recentes.

<sup>19</sup> “As tendências apontadas verificam-se em toda a Europa e, bem assim, na América do Norte. Actualmente, cifra-se que em toda a União Europeia, povoada por 500 milhões de cidadãos, existem 200 milhões de animais utilizados como companhia, número que sobe para 470 milhões nos Estados Unidos da América, suplantando largamente o número de cidadãos aí residentes (316 milhões).” (Moreira, 2018, p.186)

núcleos familiares e a constatação de que os animais de companhia contribuem para o bem-estar físico e psicológico dos donos.”. Ainda neste estudo, num total de 6,7 milhões de animais de estimação, a maioria dos portugueses apresenta tendência para optar por escolher ter um cão ao invés do gato, 38% e 20% respetivamente. Os restantes 9% e 4% dizem respeito aos peixes e a outros animais, respetivamente.

Até ao momento da redação deste trabalho<sup>20</sup>, estavam sinalizados no Sistema de Informação de Animais de Companhia (SIAC) cerca de 3.085.945 animais de companhia, sendo 2.566.665 cães, 517.406 gatos e 1.874 furões. Citando o estudo da GfK, Pinto (2016) menciona que “Os animais estão cada vez mais a serem tratados como membros da família e muitas vezes até como pessoas. As pessoas cada vez mais atribuem aos animais sentimentos e características dos seres humanos e muitas vezes são tratados como filhos”. Há, inclusive, “mais cães e gatos do que crianças nas famílias portuguesas”.

Ainda neste estudo realizado da GfK Portugal, e interpretado por Moreira (2018), os laços entre as pessoas e os animais de estimação estreitaram ainda mais ao longo do tempo, nomeadamente desde 2011 até 2015, que é o ano dos resultados deste estudo. Neste período, aqueles que consideram os animais como ‘membros da família’ aumentou em cerca de 10%, um crescimento bastante expressivo, diminuiu o número daqueles que os consideram como mera ‘companhia’, representando 10% da amostra, entre 25% e 29% consideram-nos como amigos e outros 10% como os filhos. “O exposto evidencia uma profunda mutação dos papéis sociais geradora de uma nova realidade sociológica, a «família multiespécie», qualitativamente bem diversa do utilitarista, redutor, conceito jurídico de *animais de companhia*.” (Moreira, 2018, p.186).

Esta conceção de animal de companhia veio desbotar as longas e fortes barreiras estabelecidas entre os humanos e os restantes animais, barreiras estas definidas pelo próprio ser humano que se vê como “uma figura única, dotada de características especiais, enquanto todos os outros animais, a despeito das inúmeras diferenças que apresentam entre si, são elencados sob a mesma designação: bichos” (Abonizio & Baptistella 2016, p.2). Desta forma, a “nova” noção de animal de companhia vem colocar em perspetiva este pensamento “ao revelar, no convívio com os seus tutores habilidades cognitivas e qualidades morais que, teoricamente, seriam exclusivas da humanidade” (Abonizio & Baptistella 2016, p.2). Destarte, “O animal amado surge como um elemento de resistência e, muitas vezes, de subversão, à lógica de que o homem está em um patamar mais elevado em relação ao restante da natureza – especialmente quando levamos em conta o comportamento predatório do ser humano em relação às demais espécies.” (Abonizio & Baptistella 2016, p.2). O próprio conceito de ‘pet’, ou animal

---

<sup>20</sup> Consultado a 1 de novembro de 2022.

de companhia, é uma manifestação da sua condição e papel que assume face à relação que é estabelecida com o ser humano, a qual pode ser alterada ao longo da vida do animal, isto é, por exemplo, se for abandonado, a sua condição muda de animal doméstico para um “problema de saúde pública” e vice-versa (Abonizio & Baptistella 2016, p.3).

#### 1.1.1. *A pet industry: o amor e o negócio*

As questões impostas socialmente em torno do consumo visam caracterizar o tipo de relação que se estabelece entre o tutor e o animal de estimação. Após milénios de confraternização entre os seres humanos e os animais, e através do processo de domesticação, o tipo de relação que se estabelece entre as pessoas e os animais de estimação baseia-se no afeto (Abonizio & Baptistella 2016).

Em função desta valorização da relação entre os humanos e os animais de companhia, o mercado começou a virar-se para esta relação. Também a nível de cuidados médico-veterinários houve uma transformação nas últimas décadas, aumentando a qualidade e expectativa de vida dos animais de companhia. “A medicina veterinária ganhou especializações, com profissionais habilitados para tratar problemas específicos e hoje se apropria de equipamentos de uso humano, como aparelhos de Raio-X e tomógrafos.” (Abonizio & Baptistella 2016, p.3).

Há uma tentativa de modular as características dos animais, tornando-os mais humanos possíveis, assim como Abonizio & Baptistella (2016) afirmam e evidenciam, este “É um traço especista do relacionamento que revela a permanência da crença de que o ser humano é superior a outras formas de vida, ainda que seja igualmente comum ouvir frases que advogam a supremacia do animal que não teria valores considerados negativos, como maldade, inveja ou interesse, além de manifestações do tipo: ‘Prefiro bicho a gente’” (p.4).

Este tratamento especial da parte dos tutores, quase como se os animais fossem um “ente querido”, é apropriado pelo mercado que investe cada vez mais em bens e serviços dedicados aos animais de companhia. Juntando a isto, o papel do consumo tem sido paulatinamente mais estudado, uma vez que tem sido cada vez mais necessário explicar e perceber os fenómenos em volta do consumo. Para Campbell (como citado em Abonizio & Baptistella, 2016), o consumo assume um papel preponderante para o conhecimento do ser humano, que “ocupa um lugar central na vida”, não se tratando apenas de saber porque consumimos, mas também com questões mais profundas como a própria noção da existência (p.6)

É a partir destas conceções que os autores Abonizio & Baptistella (2016) enveredam no caminho do conhecimento da relação do consumo com a aproximação dos seres humanos com os animais de



companhia. Desta forma, os autores afirmam que “O consumo é então pensado, não como manifestação da emoção destinada ao bicho de estimação, mas como um dos elementos que atuam na formação do afeto, tanto do indivíduo para com seu animal, quanto, do ponto de vista social, no sentimento devotado aos pets na cultura contemporânea e na legitimação desse sentimento para si mesmo e para aqueles com quem se interatua.” (Abonizio & Baptistella 2016, p.6).

Assumir o papel de “dono/mãe/pai” de um animal de companhia vai muito mais além do que apenas ter o animal ao seu cuidado, passa também por ter acesso a determinados bens e serviços que o elevam a esse papel e, ainda, tempo para disponibilizar para o animal. É desta forma que o animal passa de um status de mero animal de companhia para membro da família. “É uma relação de mão dupla, em que o amor vai sendo construído com atos bilaterais. No entanto, em praticamente todos os casos, são os humanos que oferecem a contrapartida material da relação (...) As coisas compradas para o pet não apenas representam o amor a ele destinado, mas constroem a relação afetiva que se vê objetificada.” (Abonizio & Baptistella 2016, p.14-15).

Decorrente disto e como se tem vindo a afirmar, há todo um negócio organizado em volta do bem-estar animal. Desde bens a serviços, cães e gatos veem-se rodeados de coisas que os seus tutores lhes tentam arranjar para garantir o seu bem-estar. Os bens e serviços vão desde cursos de primeiros socorros para cães e gatos (imagem 1) a casas de repouso para cães idosos (imagem 2).

Figura 1 – Captação de tela de um evento no Facebook a marcar o workshop Primeiros Socorros Cães & Gatos, em março de 2021



Figura 2 – Captação de tela de uma notícia do G1, no Brasil, em 2007



Fonte: Exemplo de uma notícia do jornal brasileiro G1, de 2007. Captado de *Japão inaugura asilo para cachorro*, In G1, 2007.<sup>21</sup>

Assim como descrevem Santos & Mestrinho (2018), há todo um negócio em volta dos bens e serviços para animais de companhia, nomeadamente o cão que “Tem acesso a um amplo conjunto de cuidados de saúde, de acessórios de moda, de tratamentos de beleza e de actividades de lazer e bem-estar” (Santos & Mestrinho, 2018, p.218). Soma-se os cuidados de alimentação, como

(...) dietas mais adequadas à sua condição física e nutricional, mas também palatáveis. Beneficia ainda de uma variedade de alimentos gourmet, guloseimas e dietas biológicas e, mais recentemente, vegetarianas. Lojas especializadas disponibilizam gamas de artigos de marca comercial, de grife, ou de designer, incluindo coleiras e trelas, brinquedos, camas, mantas, impermeáveis, casacos, camisolas, coletes, sacos de transporte, champôs, condicionadores, perfumes, jóias, pentes e escovas, corta-unhas, toalhitas, resguardos, cuecas e fraldas, pensos higiénicos, disfarces, escovas de dentes, toalhas de praia, roupões para depois do banho, entre muitos outros. (Santos & Mestrinho, 2018, p.218)

A valorização das relações entre os animais de companhia e os seres humanos foi acompanhada pelo surgimento de bens e serviços adequados aos animais aos quais os tutores recorrem frequentemente na busca de garantir o bem-estar aos seus animais. Estas relações começaram a ser analisadas do ponto de vista científico na perspectiva de perceber quais os benefícios a retirar, quer para os seres humanos, quer para os próprios animais de companhia, provenientes destas relações, o que irá ser abordado no ponto a seguir.

<sup>21</sup> Retirado de [https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL53086-5602\\_00-JAPAO+INAUGURA+ASILO+PARA+CACHORRO.html](https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL53086-5602_00-JAPAO+INAUGURA+ASILO+PARA+CACHORRO.html).

### 1.1.2. Os benefícios das relações humano-animais

Ter um animal de companhia, para muitos, é ter um ombro amigo, mesmo que não falem a mesma língua, os gestos e emoções são uma língua universal e, por isso, muitos se apoiam neles para terem uma companhia e cuidarem um do outro.

Posto isto, estudos realizados (McClaskey, 2019; Dransart, Gourdin & Janne, 2020) garantem que há benefícios para a saúde, quer física, quer psicológica, dos seres humanos na relação com os animais de companhia. Algumas expressões e conceitos foram surgindo ao longo do tempo, nomeadamente 'zoonosis' e 'zooeyia'. O primeiro diz respeito "às infeções ou doenças que podem ser transmitidas dos animais para os seres humanos sob condições naturais" (McClaskey, 2019, p.335). O segundo é um termo oposto ao primeiro e diz respeito aos benefícios na interação entre humanos e animais. Neste trabalho são abordadas as vantagens e benefícios de ter um animal de companhia e, por isso, vai ser dado um enfoque àquilo que é chamado de "zooeyia".

Quanto aos benefícios na saúde física, nomeadamente a níveis fisiológicos – é comprovado que pessoas que possuem animais de estimação fazem menos visitas ao médico do que aqueles que não têm –; cardiovasculares clínicos – a presença de um animal de estimação em pessoas com arritmias cardíacas nutre efeitos positivos num espaço de um ano, garantindo a sobrevivência, reduz a frequência das arritmias e pode, inclusive, reduzir a morte repentina –; os benefícios cardiovasculares em ter um animal de estimação são documentados tanto acerca do stress mental, como no plano físico; quanto à atividade física, particularmente tendo um cão, há evidências de um impacto do animal no sistema endócrino e imunológico do indivíduo (Dransart, Gourdin & Janne, 2020).

No que diz respeito aos benefícios na saúde psíquica: sente-se impactos a nível do stress, da ansiedade e da depressão, há estudos que comprovam os benefícios dos animais nestes três aspetos e podem sentir-se em diversas situações. No apoio social, os indivíduos que possuem animais de estimação sentem-se menos ansiosos e mais confiantes em si mesmos, há um sentimento de bem-estar, uma melhor gerência das emoções negativas e maior probabilidade de conviver com outras pessoas, desenvolvendo assim novas amizades, combatendo o sentimento de solidão – (Dransart, Gourdin & Janne, 2020).

Estes benefícios manifestam-se tanto a nível individual como comunitário. A nível individual, há um aumento da atividade física, abandono do vício de fumar, controlo da hipertensão, redução da ansiedade e tratamento da doença do stress pós-traumático. A nível comunitário, há uma facilidade na interação social, promoção do sentimento de segurança, maior comunicação entre vizinhos e donos de outros animais e ainda uma diminuição das despesas ligadas à saúde (McClaskey, 2019).

Um estudo realizado por Powell et al. (2018, cit. por McClaskey, 2019) a possíveis adotantes de cães revelou um aumento da atividade física, da felicidade e companheirismo (p.336). Ainda neste estudo, os participantes revelaram que estavam cientes das responsabilidades em ter um cão e tinham conhecimento da diminuição antecipada de sintomas de stress e solidão. O estudo destes fenómenos da ligação entre humanos e animais tem suscitado outros novos estudos, principalmente com a ideia de os animais começarem a ser considerados como terapêuticos. Desta forma muitos investigadores denotaram os benefícios do contacto com os animais em qualquer idade e a nível físico, social e emocional.

Boris Levinson (cit. por McClaskey, 2019) foi o primeiro a usar o termo '*pet therapy*' e dos primeiros a analisar profissionalmente os benefícios dos animais de companhia. O autor analisou a relação dos animais com as crianças e observou que a presença de um cão durante uma terapia beneficiava as sessões, concluindo que "os animais de companhia podem ter uma influência importante no desenvolvimento das crianças" (McClaskey, 2019, p.337). Neste sentido, seguiram-se vários outros autores que centraram as suas pesquisas nas crianças. Um deles foi Melson (1988, cit. por McClaskey, 2019), que centrou o seu estudo nas crianças da idade pré-escolar até à pré-adolescência e constatou que os animais de companhia são um "aspecto relativamente importante na socialização" das crianças (McClaskey, 2019, p.337).

Os sentidos das investigações variam: uns investigadores exploram se a presença de um animal faz diferença na vida dos seres humanos, outros analisam a força da ligação humano-animal, enquanto outros, ainda, se centram na análise do possível significado que pode ter o envolvimento entre uma criança e um animal (McClaskey, 2019, p.337). O autor Poresky (1996, cit. por McClaskey, 2019) identificou correlações positivas entre a competência social, o ambiente doméstico, a empatia nas crianças e a força da ligação com o animal de companhia. Purewal et al (2017, cit. por McClaskey, 2019) analisou os animais de companhia e o desenvolvimento das crianças/adolescentes na literatura e constatou a significativa importância dos animais nesta fase e como estes conseguem ajudar na saúde mental, mais especificamente na autoestima. McClaskey (2019), por seu turno, estudou a "correlação entre o retorno positivo dos animais de companhia e o autoconceito" em 114 crianças em idade escolar. Os dados revelaram que "se a criança tivesse mais responsabilidade sobre o animal, a pontuação na componente do comportamento e nas componentes intelectuais de autoconceito eram significativamente elevadas. Se a criança se pontuasse de forma elevada na proximidade emocional ao animal, a pontuação do autoconceito da aparência física era significativamente maior" (McClaskey, 2019, p.338).

Há vários motivos para a presença de animais nas famílias, mas, segundo Cain (1991, cit. por McClaskey, 2019), o prazer e o companheirismo são os principais motivos. Alguns autores descobriram que os donos de animais consideram o seu animal como membro da família, algo que será explorado mais à frente neste trabalho.

Outros estudos foram feitos incluindo os adultos e os mais idosos. Segundo Carmack (1998, cit. por McClaskey, 2019), no estudo que fez aos pacientes de doenças ortopédicas, descobriu que os animais de companhia forneceram ajuda, afeição, conforto, segurança, sentido de propósito e autovalorização e, ainda, ajudaram na diminuição de sentimentos de stress (McClaskey, 2019, p.339). Outro autor, While (2017, cit. por McClaskey, 2019) identificou que os maiores benefícios dos animais de companhia nos mais idosos foram o sentimento de propósito, o sentido de companheirismo e, ainda, os animais fornecem amor e afeição diariamente, oportunidade de contactos sociais e interações e conforto nos momentos de perda (McClaskey, 2019, p.339).

O impacto dos animais domésticos na saúde física também foi objeto de pesquisa. Šoltésová e Skyba (2015, cit. por McClaskey, 2019) constataram que “o modelo bio-psico-social tem sido aplicado como forma de explicar que os animais fornecem apoio social” e, por isso, podem também nutrir efeitos nos processos psicológicos (McClaskey, 2019, p.339). Os autores continuam afirmando que quando um animal faz parte do dia-a-dia de um ser humano, há uma possibilidade de a interação entre estes ter efeitos a nível do funcionamento psicológico ou biológico, psicossocial e aspetos espirituais. Outros estudos, nomeadamente dos autores Unväs-Moberg, Handlin e Petersson (2011, cit. por McClaskey, 2019), comprovaram que a ligação humano-animal e a sua influência nas hormonas podem ter repercussões aos níveis fisiológico e emocional. Neste sentido, os autores identificaram que a produção de oxitocina aumenta conforme a ligação com o animal. A produção desta hormona leva a uma redução da ansiedade, da perceção da dor e da agitação (McClaskey, 2019, p.339).

Os autores Friedmann, Katcher, Lynch e Thomas (1980, cit. por McClaskey, 2019) são habitualmente citados aquando da análise dos benefícios físicos na posse de um animal de companhia. Estes observaram efeitos no isolamento social e no apoio social num estudo realizado com pessoas hospitalizadas diagnosticadas com enfarte no miocárdio ou dores no peito. Constataram que dos 58% dos pacientes que tinham um ou mais animais, 6% morreu passado um ano, ao passo que dos 39% que não possuíam animais de estimação, 28% morreu (McClaskey, 2019, p.340).

Outros estudos foram feitos com o objetivo de conhecer o impacto dos animais de companhia em momentos de stress. Segundo McClaskey (2019), Carmack (1991) salientou um estudo feito por uma organização de São Francisco, a *Pets Are Wonderful Support (PAWS)*, onde identificaram a

importância dos animais de companhia nas pessoas com HIV. Neste estudo, Carmack (2019, como citado em McClaskey, 2019, p.341) apercebeu-se, baseado na resposta das pessoas, que a qualidade de vida melhorava para aqueles que detinham um animal de companhia.

McClaskey (2019) aponta outros estudos que foram feitos no âmbito de pesquisas em torno do uso de animais nas terapias nos hospitais (Šoltésová e Skyba, 2015); em visitas dos animais aos pacientes em hospitais (Sable, 1995); andar a cavalo (Hester, 2017); a importância dos animais na vida das crianças e em como as influenciam positivamente no seu dia a dia; animais com crianças com doenças crónicas (McClaskey, 2019); e comprovam-se os benefícios, físicos e psicológicos, ajudando na distração, na diminuição da dor e ansiedade e providenciando prazer (Urbanski & Lazenby, 2012).

Para McClaskey (2019), “Animais de companhia, ou *pets*, podem ser fontes essenciais de amor incondicional e aceitação ou aspetos significativos do sistema de apoio para algumas crianças, adultos ou idosos e, conseqüentemente, podem ter impacto na qualidade de vida, saúde e bem-estar.” (McClaskey, 2019, p.347).

## 2. As representações sociais

*Goffman (1999) afirma que todos fazemos uma representação social de nós mesmos para os outros: geralmente existem fachadas pré-estabelecidas para os papéis sociais. As pessoas selecionam o modo como vão se comportar a fim de se encaixarem naquele papel. (Abonizio & Baptistella 2016, p.8)*

Nós somos aquilo que vamos adquirindo através dos nossos contactos, das nossas vivências, daquilo que já existe. A realidade da vida quotidiana é assim apreendida por nós através do meio em que estamos inseridos e é absorvida de forma natural sem ser questionada, uma vez que já existia antes do eu existir.

A realidade da vida quotidiana aparece já objectivada, isto é, constituída por uma ordem de objectos que já tinham sido designados *como* objectos antes da minha entrada em cena. (...) A realidade da vida quotidiana está organizada em torno do «aqui» do meu corpo e do «agora» do meu presente. Este «aqui e agora» é o foco da minha atenção à realidade da vida quotidiana. (Berger & Luckmann, 2010, pp.33-34)

Um dos elementos fundamentais da realidade social é a interação com os outros. Em contacto com o outro trocamos significados de forma constante e ininterrupta que nos ajudam a perceber o mundo. Através desta interação social, vamos organizando o nosso cérebro numa espécie de ‘caixas’

mentais onde armazenamos a informação, que, muitas vezes, pode acabar enviesada, fazendo-nos cair em estereótipos e ideias pré-concebidas pois, “A realidade da vida quotidiana contem esquemas tipificadores em termos dos quais apreendemos os outros e «lidamos» com eles nos encontros face a face. (...) Todas estas tipificações afectam de maneira continua a minha interacção com o outro” (Berger & Luckmann, 2010, p.42). Trata-se de um processo recíproco entre os intervenientes, no qual, “(...) a maior parte das vezes, os meus encontros com outros no dia a dia, são típicos em duplo sentido: apreendo o outro *como um tipo*, e interajo com ele numa situação, ela própria, *típica*.” (Berger & Luckmann, 2010, p.43). Estes processos quotidianos de interação não deixam, pois, de ter uma dimensão estrutural:

A realidade social da vida quotidiana é, portanto, apreendida num contínuo de tipificações que, de modo progressivo, se vão tornando anónimas à medida que se distanciam do «aqui e agora» da situação frente a frente. Num pólo do contínuo estão aqueles com os quais, com frequência e intensidade, entro em acção recíproca, em situações frente a frente: o meu «círculo interior», por assim dizer. No outro pólo estão abstrações, anónimas por completo, que pela sua própria natureza nunca se poderão encontrar numa interacção frente a frente. A estrutura social é o somatório dessas tipificações e dos recorrentes padrões de interacção estabelecidos pelo seu intermédio. Enquanto tal, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida quotidiana. (Berger & Luckmann, 2010, p.45).

O contacto com outro é fruto de sinais que interpretamos e assumimos baseados em significados distintos que poderemos, ou não, conhecer. “Os sinais e os sistemas de sinais são objectivações, no sentido de serem de modo objectivo acessíveis para além da expressão de intenções subjectivas «aqui e agora». Este «desligamento» das expressões imediatas da subjectividade também se aplica aos sinais que requerem a presença intermediante do corpo.” (Berger & Luckmann, 2010, p.47). A linguagem verbal tem sido entendida como o mais importante sistema de sinais da sociedade humana, e considerada o que nos distingue dos animais não-humanos por alguns pensadores, por exemplo, Mead, que foi explorado no capítulo do Interacionismo Simbólico (Berger & Luckmann, 2010, p.48). A vida quotidiana é essencialmente movida e exercida pela linguagem verbal, é através dela que conseguimos comunicar com o outro, partilhar experiências e conhecimentos com o outro. “A vida do dia a dia é sobretudo vida com a linguagem e por meio da linguagem que partilho com os meus semelhantes. A compreensão da linguagem é, por isso, essencial para a compreensão da realidade quotidiana.” (Berger & Luckmann, 2010, p.48). Aliás, a nossa linguagem consegue ser mais complexa e formar uma quantidade infinita de frases que são resultado de sons e gestos e que contêm significados diferentes, o que nos distingue de outros animais. Esta é um marco no processo de evolução do Homo Sapiens, a partir do momento em que surgiu a linguagem, o ser humano distancia-se do animal não-humano no processo evolutivo da espécie (Harari, 2018).

Assim sendo, a linguagem torna-se “(...) o repositório objectivo de vastas acumulações de significados e experiências, que pode então preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes.” (Berger & Luckmann, 2010, pp.48-49). A sua especificidade faz da linguagem um sistema de sinais que a distingue de qualquer outro sistema de sinais (Berger & Luckmann, 2010, p.49).

A linguagem tem origem, e encontra a sua referência primária, na vida quotidiana, referindo-se sobretudo à realidade que experimento com a consciência em pleno estado de vigília, que é dominada por motivos pragmáticos (isto é, o aglomerado de significados referentes, de maneira directa, a acções presentes ou futuras) e que partilho com outros de uma maneira que se assume como. (Berger & Luckmann, 2010, p.49)

Berger & Luckmann (2010, p.59) afirmam a diferença entre os ambientes dos animais não-humanos e dos seres humanos, dando o exemplo de cães e cavalos e de como, individualmente, mantêm “uma relação em grande parte fixa com o seu ambiente, do qual participam com todos os outros membros da respectiva espécie”, explicando essa fixação pelo ambiente restrito das suas relações a características biológicas. Deste ponto de vista, “todos os animais não humanos, enquanto espécies e enquanto indivíduos, vivem em mundos fechados, cujas estruturas são predeterminadas pelo equipamento biológico das diversas espécies animais”, ao contrário do ser humano que tem uma aptidão para se adaptar a qualquer ambiente (p.59-60).

Mas o facto de ter continuado a viver uma existência nómada num lugar e voltar-se para a agricultura noutra, não pode ser explicado em termos de processos biológicos. Isto não significa, claro está, que não haja limitações determinadas pela biologia para as relações do homem com o seu ambiente. O seu equipamento sensorial e motor, específico da espécie, impõe limitações óbvias à sua gama de possibilidades. A peculiaridade da constituição biológica do homem assenta antes na sua componente instintiva. (Berger & Luckmann, 2010, p.60)

Este facto não deriva apenas da sua condição biológica, mas também sob influência de condições sociais e culturais do ambiente em que está inserido, que é sempre influenciado pelo outro, uma vez que não existe o ser humano indivíduo, sozinho, este é sempre tido em conta em conjunto e sob constante resultado “das suas formações socioculturais e psicológicas” (Berger & Luckmann, 2010, p.63). Este processo biológico no ser humano acaba por ser camuflado dada a sua característica mutante de se adaptar em qualquer meio circundante (Berger & Luckmann, 2010). “Embora seja possível dizer que o homem tem uma natureza, é mais significativo dizer que o homem constrói a sua própria natureza, ou, mais simples ainda, que o homem se produz a si mesmo.” (Berger & Luckmann, 2010, p.61).



## 2.1. A objetivação social da categoria do animal

Como tem vindo a ser referido, o ser humano influencia e é influenciado pelo ambiente em que vive. Apesar de ser uma espécie de animal, o ser humano evoluiu ao ponto de não ser possível viver isolado, dependente de si mesmo, não sendo sequer possível existir como humano e em sociedade de outra forma. A vida em sociedade forma-se, assim, da interação, da linguagem, das condições socioculturais, enfim, dos símbolos compartilhados de forma constante entre os indivíduos e os seus meios sociais.

Assim como os animais não-humanos, os seres humanos são animais de hábitos e de rotinas. Estes são criados através de padrões, ou seja, ações que se vão repetindo quase de forma ininterrupta criando assim uma norma. “As acções tornadas hábitos conservam, sem dúvida, o seu pleno carácter significativo para o indivíduo e, com os significados em questão a integrarem-se como rotinas no seu património geral de conhecimentos, constituem-se como certas e sempre disponíveis para o seus projectos de futuro.” (Berger & Luckmann, 2010, p.65). Esta padronização ajuda a nível psicológico na limitação de opções no nosso dia a dia. Esta “habituação fornece a direcção e a especialização da actividade que faltam no equipamento biológico do ser humano, aliviando assim a acumulação de tensões resultantes de impulsos não dirigidos (Berger & Luckmann, 2010, p.65).

A construção do mundo real deve-se a estes padrões e a todo o universo de significações da nossa linguagem e ações. Este conhecimento é passado de geração em geração e resulta no aparecimento das instituições que nada mais são do que a tentativa de manter uma coesão social através de uma conduta socialmente imposta que garante a ordem. “É importante ter em mente que a objectividade do mundo institucional, por mais tangível que apareça ao indivíduo, é uma objectividade produzida e construída pelo homem. (...) *A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objectiva. O Homem é um produto social.*” (Berger & Luckmann, 2010, p.72).

A forma com tratamos os animais tem vindo a sofrer alterações ao longo dos tempos, estas transformações resultam neste processo de que até aqui temos vindo a falar, nomeadamente a forma como o ser humano constrói a sociedade, os papéis que assume e os que atribui aos animais não humanos.

Os papéis são tipos de actores num tal contexto [de um património objetivado de conhecimento, comum a uma colectividade de actores]. (...) As instituições incorporam-se na experiência do indivíduo através dos papéis. (...) Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar esses papéis, o mesmo mundo torna-se real para ele, de modo subjetivo. (...) As origens dos papéis encontram-se no mesmo processo fundamental de formação de hábitos e objectivação que as origens das instituições. (Berger & Luckmann, 2010, p.84)

Refletindo acerca da teoria dos papéis na questão animal, é possível afirmar que o animal assumiu um papel de mero servente do ser humano. Como tem vindo a ser mostrado, o animal foi usado pelo ser humano em todas as suas esferas sociais, desde alimentação, a lazer, transporte, vestuário, companhia, entre outras. As discussões acesas acerca dos direitos dos animais vêm demarcar esta tentativa de mudança desse papel de servente para outro que dê ênfase ao animal como ser merecedor de direitos e que deve ser muito mais valorizado do que aquilo que tem vindo a ser ao longo dos tempos. Os animais passam a ser vistos como merecedores de direitos, como seres que sentem dor, felicidade, ansiedade e entusiasmo e é a partir daí que há um corte entre o papel de mero servente para o ser humano e o que agora é visto como terem direito ao seu próprio espaço. É evidente que isto levanta outras questões mais profundas ligadas à contínua desigualdade dentro do tratamento das diversas espécies de animais e ao uso que fazemos dos animais mesmo pensando que estamos a dar-lhes o que achamos ser o melhor para eles, mas isto terá de ser abordado noutra investigação. É o seu papel como animal de companhia que mais nos interessa para o presente trabalho, nomeadamente quanto a cães e gatos.

Na sociedade contemporânea, os animais de companhia, vulgo cães e gatos, têm alterado o seu lugar simbólico para quase filhos dos humanos. O caminho até aqui percorrido é resultado de um longo processo simbólico que transformou a nossa visão acerca destes animais, influenciado por transformações socioculturais e económicas que se intensificaram a partir da Segunda Guerra Mundial, como anteriormente já referido. A categoria animal, mesmo que abstrata, resulta assim numa objetivação social, há uma naturalização da sua existência e dos seus comportamentos, ganha um outro significado: deixa de ser o mero animal, hipoteticamente, inferior ao ser humano, e sofre uma exaltação à categoria de animal de companhia, onde assume um papel de companheiro fiel e, em diversas situações, “o animal pode desempenhar um papel substitutivo de um filho, com a vantagem de raramente a autoridade familiar ser posta em causa, no que respeita quer em à pontualidade das refeições quer à obediência”. (Pais 2006, como citado em Abonizio & Baptistella, 2016, p.9).

### **3. A moralidade e o estatuto dos animais**

#### **3.1. O estatuto moral dos animais**

*Para admitirmos a existência de um agente moral, havemos de reconhecer, no mínimo, que existe a possibilidade de uma conduta reprovável face a um código partilhado, e que essa possibilidade é transcendida pela deliberação do agente de*

*adoptar uma conduta aprovável, normativamente conforme, e logo confirmadora e reforçadora de um tal código de conduta.*  
(Araújo, 2018, p.59)

Muito se tem debatido acerca do estatuto moral dos animais<sup>22</sup>, muitos são aqueles que defendem uma posição segundo a qual o animal não-humano detém uma moralidade que não pode ser ignorada pelo ser humano (Araújo, 2018). Muitos são os teóricos que se têm reunido para debater e desvendar as capacidades cognitivas dos animais. Posto isso, muitas ideias tradicionais associadas aos animais têm sido refutadas à medida que as investigações têm provado, não só, a sua capacidade de se organizarem em sociedades, entendendo as suas relações sociais (Araújo, 2018), mas, também, o reconhecimento da senciência animal, que não deve ser ignorada pela ordem moral (Real, 2018). É de salientar o facto desta moralidade não ser reconhecida em todas as espécies de animais, nem todos os animais deterem valor moral, ou os seus direitos e deveres serem equitativamente valorizados pelo homem, uma vez que o reconhecimento dessa moralidade pode ser apenas direcionado para um indivíduo e não para a espécie no geral (Saraiva, 2018).

Esta perspetiva tem vindo a ser bastante defendida à medida que visões científicas de espectro evolucionista têm dado particular atenção e notoriedade para estas questões de forma a “estabelecer, de modo seguro, a realidade do estatuto moral dos não-humanos, no sentido de desvendar a profundidade e a riqueza das vidas cognitivas e emocionais de várias espécies não-humanas” (Araújo, 2018, p.54). Estes estudos permitem olhar para os animais não-humanos como seres com “personalidades únicas” e entender “o modo como alguns desses indivíduos, quando gregários, estruturam, por um misto de necessidade e de deliberação (como os humanos), as suas relações sociais” (Araújo, 2018, p.54), o que leva a que o ser humano comece a abandonar o seu posto de “«superioridade»” permitindo uma “abertura empática e uma maior predisposição para o respeito” (Araújo, 2018, p.55).

Os animais não-humanos conseguem organizar-se e viver em comunidade, assim como os seres humanos, e esta perceção não é algo recente, sendo, todavia, o seu reconhecimento algo tardio. Alguns animais, nomeadamente os “animais gregários”, conseguem “chegar a situações de equilíbrio colectivo,

---

<sup>22</sup> É importante ressaltar o facto de haver uma dualidade na atribuição do direito moral aos animais não-humanos. Isto é, embora no geral se discuta sobre o seu estatuto, é importante deixar claro que nem todos os animais são abrangidos por esta proteção, nomeadamente aos animais da agropecuária. O processo de domesticação explica-nos o motivo da diferença de estatuto, importância ou até afeição pelos diferentes animais não-humanos. Assim como afirma Real (2018), “*Os dilemas morais subjacentes à domesticação animal multiplicam-se quando entramos nos domínios da pecuária, da sua utilização para alimentação, como força de trabalho ou com interesse para o vestuário e o calçado, uma vez que os animais surgem aqui como um recurso, do qual se retira a máxima vantagem ou benefício (...). A percepção humana dos animais domesticados com interesse na pecuária é diferente da dos animais domesticados para efeitos de companhia.*” (Real, 2018, p.168).

através de redes de relações e de hierarquias mais ou menos complexas”, outros detêm uma “liberdade individual de atuação que justifica a existência de prémios e de castigos colectivos” e, ainda, tomam atitudes, tais como “mentem, seduzem, ajudam, confiam, retaliam, perdoam, fingem, escondem, temem” (Araújo, 2018, pp.55-56). Desta forma, é perceptível que os animais dispõem de “sistemas nervosos e de anatomias similares, nada impede que outros animais produzam fisicamente, e bioquimicamente, emoções, pensamentos, consciência” (Araújo, 2018, p.57). Assim sendo, “nada permite que só a espécie humana tenha acesso a um estatuto moral centrado nessa consciência – nem sequer que haja «graus» de consciência correspondentes a «graus» de moralidade” (Araújo, 2018, p.57). Este facto afasta a teoria de Charles Darwin que defende que o ser humano consegue “pacificar a coexistência por «desarmamento multilateral»” ao contrário dos animais que necessitam de manter uma luta pela sobrevivência, movidos pela força, pela destruição, pela luta, pela violência, “pela «lei da selva»” (Araújo, 2018, p.57).

Araújo (2018) expõe que existe moralidade quando existem comportamentos que permitem fazer uma distinção entre aqueles que seguem um determinado caminho e os que seguem um caminho diferente (p.60). Isto é,

É porque há, entre os animais agrários, aqueles que, em determinadas circunstâncias, seguem a via anti-social e agressiva que é notável que haja outros indivíduos que, nas mesmas circunstâncias, seguem a via irénica, harmonizadora, pró-social. Não há unissonos ou mimetismos – há deliberação num espaço de possibilidades, e é essa intencionalidade que confere mérito ou demérito à resposta do animal. (Araújo, 2018, p.60)

O autor dá o exemplo dos ratos a quem são apresentadas duas opções: um chocolate e um outro rato, preso. Os ratos escolhem, por norma, salvar o rato em primeiro lugar e só depois ir ao chocolate, mesmo o rato sendo desconhecido e sabendo que têm de partilhar o chocolate com o companheiro de espécie (p.60). Um outro exemplo de moralidade que acontece na 'vida selvagem' é o de alguns animais serem obrigados a afastar-se, recorrendo a uma vida solitária, afastados do grupo, quando colocam em causa a estabilidade do grupo social ao provocar intrigas e desequilíbrios no funcionamento das relações sociais do grupo.

Este último exemplo permite-nos assim confirmar as palavras de Araújo (2018), ao afirmar a existência de códigos de conduta dentro das sociedades dos animais. Por assim dizer, existe uma aculturação nos animais onde os mais jovens são educados e os adultos "mantêm uma pressão «conformadora»<sup>23</sup> (...) significa isso que existe (...) um código de conduta objectivo, percebido pelos membros do grupo como condição de inclusão ou de ostracismo, gerador de expressões de culpa, de

---

<sup>23</sup> À exceção dos animais “alfas” (Araújo, 2018, p.61).

gratificação e de dissimulação" (Araújo, 2018, p.61). É ainda importante ressaltar que estas atitudes, estas normas, dentro destes grupos não são entendidas num espectro de uma mera "interpretação antropomorfizadora empreendida pelo observador humano das interações dentro desses grupos de animais" (Araújo, 2018, p.61). De tal forma, se não houvesse moralidade nos animais, não existia a decisão, ou não teriam estas atitudes e comportamentos, como por exemplo, escolherem (ou serem obrigados a escolher) uma vida solitária, muitas vezes por consequência de comportamentos que colocassem em causa a harmonia do grupo.

Desta forma, é possível afirmar-se que os animais sabem o que devem ou não saber ou fazer para se manterem incluídos no grupo, há animais "que atuam dentro de baias centrípetas pró-sociais da sua gregaridade, com acatamento e com transgressão de prescrições e proibições, geradores de prémios e castigos, de benefícios e danos, indutores de equilíbrios, desequilíbrios e reequilíbrios no grupo em que se integram" (Araújo, 2018, p.65). Sabemos que existem consequências para os maus comportamentos, consequências essas que envolvem o colocar de parte o animal, sendo afastado dos grupos ao qual pertenciam. É possível identificarmos exemplos de violência e crueldade, opressão, destruição, transgressão de normas e quebras de empatia, não só nas várias espécies de animais não-humanos, como, também, na dos humanos (Araújo, 2018). Assim, o autor afirma que

(...) (1) há condutas boas e más entre os não-humanos, comportamentos que eles mesmos sabem avaliar para retirarem consequências pragmáticas, reacções concretas, sejam elas individuais ou colectivas; (2) é possível passar de uma má para uma boa conduta, por aculturação, por aprendizagem, por sedimentação de carácter – como o ilustram os ratos e os morcegos, cuja propensão altruísta aumenta muito se tiverem eles próprios sido ajudados, no passado, por membros dos seus grupos. (Araújo, 2018, p.62)

Há uma resistência antropocêntrica em permitir o uso destes termos, como moralidade, quando referidos aos animais, por um lado, influenciado por estereótipos, por outro por receio de extinguirmos as incessantes "tradições de abuso e de indiferença" (Araújo, 2018, p.64) que, por norma, tendem a caracterizar as relações entre os animais não-humanos e os seres humanos. Há uma tentativa de desvalorizar a condição moral de certos comportamentos nos animais, tais como, menciona Araújo (2018), "o afecto maternal, a protecção aloparental, o sacrifício altruísta". Estes comportamentos são considerados valores de nível superior da conduta moral (Araújo, 2018, p.65), como uma força inabalável, cujos animais não-humanos são excluídos de os sentirem, por irem além "do consentimento, da liberdade, da deliberação" (*Ibidem*, p.66). Esta resistência em aceitar a presença destes valores nos animais pode também continuar a estar associada a uma tentativa de que a "animalidade" nos seres

humanos seja erradicada, uma conceção puramente humana baseada "no novo código kantiano"<sup>24</sup> (p.66).

Em suma, os estudos dos *Animal Studies* têm vindo a comprovar este “papel socializador” nos animais através de “princípios de confiança, de cooperação e de justiça (...) [usando] os comportamentos dos não-humanos como exemplos edificantes para a moralidade humana” (Araújo, 2018, p.58).

### 3.1. Direitos e deveres dos animais

*Neste sentido, o processo de familiarização dos cães, ao promovê-los à condição de quase-pessoas, não apenas reconhece que eles são sujeitos de direitos, não apenas reconhece que eles são sujeitos de obrigações, jurídicas e morais, para com eles, mas reconhece também que eles são, ou melhor, que eles se tornaram «sujeitos éticos». (Santos & Mestrinho, 2018, p.223)*

Como tem sido falado ao longo deste trabalho, o mundo tem assistido a manifestações, palestras, reuniões, de grupos de pessoas a pensadores e cientistas que defendem uma posição firme das empresas e dos Estados em relação ao bem-estar dos animais, nomeadamente em prol da eliminação do sofrimento dos animais. O facto de serem merecedores de direitos ou não tem sido bastante debatido, principalmente influenciado por movimentos em prol dos direitos dos animais que exigem uma revigoração das normas legais no que toca a questões dos animais. Várias têm sido as perspectivas em torno desta questão, porém, todas elas levantam dificuldades, como apresenta Galvão (2018), “Por um lado, a perspectiva de que só os seres humanos têm direitos (embora os interesses dos animais sejam importantes) carece de uma justificação apropriada. Por outro lado, a perspectiva de que os animais também têm direitos, ainda que superficialmente menos arbitrária, tem implicações práticas tão radicais, que poucos estarão dispostos a aceitá-las.” (p.337).

Porém, este debate tem também dado cada vez mais a oportunidade de se olhar para os animais de um outro prisma, nomeadamente no que toca aos seus direitos e à sua individualidade, questionando e exigindo respostas, colocando em perspectiva e análise a dominação humana sobre as coisas e seres ao tentar-se uma posição na balança mais ao lado dos animais e menos acima destes. Para Real (2018),

---

<sup>24</sup> Em resumo, o código kantiano baseia-se na moralidade derivada unicamente pela razão e da sua capacidade de criar as próprias regras da sua conduta social. Este código divide os humanos dos restantes seres não-humanos na medida em que distingue os humanos como seres racionais que agem em prol do dever, enquanto os animais (natureza) agem pelas causas.

A idealização ou o reconhecimento de que os animais não-humanos podem ser titulares de direitos tem desconstruído a pretensa ideia de exclusividade do ser humano enquanto ente jurídico ou sujeito moral. (...) A capacidade de sofrimento que os animais partilham com o ser humano (e até de alguns animais em exteriorizar esse sofrimento) tem sido um dos fundamentos para o reconhecimento da consideração ética que lhes é devida e de um interesse legítimo tutelado ao não-sofrimento." (Real, 2018, p.157)

No entanto, falar do bem-estar é a mesma coisa que falar em direito dos animais? Robert Garner (2008), em *The Politics of Animal Rights*, aborda as diferenças entre o bem-estar animal e os direitos dos animais do ponto de vista filosófico e explica como isso interfere nas políticas de proteção animal, no Reino Unido. Neste artigo, o autor afirma que o facto de os animais terem sido considerados seres sencientes ajudou no avanço de leis em torno da proteção do bem-estar animal (Garner, 2008).

As questões ligadas ao bem-estar animal não evitam o pensamento da superioridade moral do ser humano comparativamente com os animais. Isto é, em termos morais, o facto de os animais adquirirem algum valor moral não eliminou o posicionamento de uma moralidade superior do ser humano, uma vez que, embora o sofrimento causado nos animais possa ser controlado por influência do facto de serem seres sencientes, isso não se aplica quando esse sofrimento é em prol das necessidades humanas (Garner, 2008, p.111). Os desafios do bem-estar animal baseiam-se em duas vertentes: por um lado, "magoar animais só se torna moralmente significativo se tiver impactos negativos nos interesses de outros humanos, nomeadamente aqueles que os possuam" – princípio basilar na lei do bem-estar animal no Reino Unido e no mundo –; por outro lado, haver quem não considere os animais como "moralmente importantes o suficiente" – este facto tem tido relevância ao longo dos últimos 40 anos na filosofia moral e em termos políticos práticos (Garner, 2008, p.112).

Desta forma, a posição do bem-estar animal não permite um maior status moral ao animal, ou seja, e como afirmado anteriormente, o ser humano continua numa posição moralmente superior. Esta posição distingue-se do movimento pelos direitos dos animais, cujos apoiantes defendem que tanto os humanos como os animais merecem ser protegidos pelos mesmos direitos. No entanto, alguns filósofos deste movimento defendem que, embora os animais tenham (ou devam ter) direito ao bem-estar assim como os seres humanos, não precisam, contudo, de ter direitos iguais aos humanos, uma vez mantida a visão de que os humanos e os animais não são iguais. Tom Regan e outros defendem, porém, que as capacidades cognitivas dos animais são suficientes para lhes serem atribuídos direitos e proteção legal. Para esta vanguarda filosófica, não faz sentido algum olharmos o sofrimento dos animais como custo-benefício, como defende Peter Singer, ao aceitar o uso de animais em investigações científicas em prol de um bem comum (Garner, 2008, p.121).

O movimento de proteção animal tem tido bastante influência através da literatura académica que tem servido de base para a defesa dos direitos dos animais por parte dos ativistas. Este movimento pode ser dividido em duas correntes: aqueles que defendem "a minimização do sofrimento animal (bem-estar animal)"; e aqueles que "procuram a abolição da exploração animal", exploração esta que afeta o direito dos animais (Garner, 2008, p.113). Esta corrente abolicionista é caracterizada pelo radicalismo, algo que contraria o processo histórico do movimento, que começou no século XIX, no Reino Unido. O surgimento de grupos diferentemente posicionados dentro do movimento de proteção animal começou a intensificar-se só no século XX, principalmente a partir dos anos 1960, influenciado pela “emergência dos direitos dos animais”. O facto de se assumir uma posição abolicionista colocava em causa o próprio movimento, uma vez que este podia não estar preparado para estabelecer um diálogo com o Governo, “com o risco de comprometer[em] os seus fins abolicionistas” (Garner, 2008, p.114). Isto acaba por mudar a partir dos anos 1980, quando estes grupos começaram a preparar-se melhor de forma a estabelecer uma comunicação mais clara com as entidades governamentais e, assim, deixarem clara a sua posição, quer perante os políticos, quer perante a opinião pública (Garner, 2008). Posto isto, a radicalização permitiu estabelecer uma base sólida no movimento de proteção animal, incentivando a formação de grupos, sendo, todavia, que alguns têm ligações ténues com organizações nacionais britânicas (Garner, 2008).

O bem-estar animal tem as suas fraquezas, sendo uma delas a justificação dada pelos defensores da “superioridade humana”, que afirmam que o ser humano tem um conjunto de características mentais, como a autonomia, a linguagem e a memória, que, num todo, constituem o ser humano (Garner, 2008). Segundo este pensamento,

Os humanos são pessoas e os animais, embora sencientes, não são. As pessoas, diz-se, podem ser prejudicadas de maneiras muito mais fundamentais do que as não-pessoas, e têm vidas que valem qualitativamente mais a pena. Como resultado, é moralmente permissível sacrificar os interesses que os animais têm em não sofrer a fim de defender os interesses mais profundos dos humanos. (Garner, 2008, p.115)

Este conceito de personalidade enfrenta alguns argumentos que o tentam refutar, tais como Garner (2008, p.115) apresenta: (1) alguns animais possuem personalidade; (2) nem todos os humanos serem pessoas – o autor dá o exemplo das pessoas com deficiências mentais que são exploradas pela sociedade por terem essa condição –; (3) o facto de os animais serem sencientes já deveria ser considerado um fator determinante para elevar o status moral dos animais para além do que a ética do bem-estar animal atualmente o permite.

Podemos concordar prontamente que os animais não possuem direito à vida ou direito à liberdade, mas a mesma desigualdade não se aplica à questão da senciência. Em alguns casos,



pelo menos, a dor sofrida pelos animais é pelo menos tão grande quanto a dor sofrida pelos humanos, e isso também pode se aplicar a outras formas de sofrimento, como medo ou tédio. De facto, é possível vislumbrar situações em que o sofrimento de um animal seria maior do que o de um humano em situação semelhante. (Garner, 2008, p.115)

Aceitar esta posição do direito dos animais ou até mesmo o direito ao não sofrimento desses animais, implica mudanças à escala global e na estrutura de funcionamento da sociedade, tendo consequências, tais como o fim do uso de animais para procedimentos científicos e até mesmo o fim da pecuária. Adotar estes “objetivos abolicionistas” é considerado “politicamente irrealista” (Garner, 2008, p.116). O mundo está bastante dependente do uso de animais no dia a dia do ser humano. As empresas ligadas à exploração dos animais em atividades como as referidas anteriormente exercem uma forte influência política e não só, mas também a forte predominância de consumidores de carne (Garner, 2008). Constata-se, assim, que “a legislação destinada a proteger os animais na Grã-Bretanha toda baseada na ética do bem-estar animal e de forma alguma baseada no princípio de que os animais têm direitos” (Garner, 2018, p.116). O autor reconhece que o bem-estar animal está sob um conjunto de adversidades das quais sobressai a falta de crítica no que toca ao status de propriedade dos animais. Este estatuto de propriedade é o obstáculo para o livre acesso de direitos para os animais, mais precisamente quanto ao “direito de estar livre da exploração, que os defensores dos direitos dos animais insistem que deveriam ter” (Garner, 2008, p.117).

A ala radical dos grupos pelo direito dos animais teve um enorme impacto na forma como a sociedade britânica começou a encarar a questão do sofrimento animal e a “acelerar” a legislação na direção da preservação do bem-estar animal. Os defensores dos direitos dos animais alegam que a atenção dada ao bem-estar animal não passa de “uma acusação vergonhosa de uma superioridade moral humana ilegítima”, isto porque este bem-estar animal só entra em vigor quando “os interesses dos seres humanos e dos animais não entram em conflito” (Garner, 2008, p.118). Isto é, o bem-estar animal só interessa quando não interfere com os interesses do ser humano, uma vez que este último beneficia da exploração dos animais. Há um debate entre o que pode ser considerado “sofrimento desnecessário” ou não.

Muitas das mudanças mencionadas acima são produtos de mudanças nas normas culturais, influenciadas por campanhas de proteção animal. O que é considerado sofrimento desnecessário também foi influenciado pelos ganhos de conhecimento. Muito mais se sabe agora sobre o conteúdo e o grau de sofrimento animal, e é cada vez mais difícil negar que os animais sofrem de várias maneiras, e não apenas dor física. Da mesma forma, o desenvolvimento de alternativas ao uso de animais na pesquisa científica é crucial para tornar o uso de animais desnecessário. O facto, também, de que a implementação de medidas de saúde pública tenha sido pelo menos tão importante quanto a pesquisa com animais no combate a doenças é outra arma de propaganda do movimento de proteção animal. (Garner, 2008, p.119)

O impulsionador do grande impacto na proteção animal no Reino Unido, e em qualquer outro país, deve-se, não propriamente ao facto do movimento da proteção de animais atentar para o que é “moralmente errado independentemente dos benefícios para os seres humanos”, mas sim em mostrar que o ato de tratar mal os animais não contém “benefícios humanos ou que os tais benefícios podem ser alcançados de outras maneiras” (Garner, 2008, p.119). Ou seja, os benefícios que os humanos julgam adquirir através da exploração dos animais não existem ou podem ser adquiridos por outras vias sem ser a da exploração.

### 3.2. O estatuto jurídico dos animais em Portugal

Em Portugal, foi a partir da publicação da lei de 2017 que a questão do direito dos animais despoletou uma discussão mais acesa sobre o assunto. Porém, a primeira lei onde os animais apareceram sob alguma proteção legal foi em 1852, onde o animal, com precisão, o animal doméstico, era considerado “propriedade móvel do ser humano” (Farias, 2018, p.71). Esta medida veio estabelecer normas de punição para aqueles que atentassem ferir e/ou matar o animal através de atos de violência por parte do ser humano. Desta forma, o legislador de 1852 foi o primeiro legislador português a apontar a natureza jurídica dos animais, diferenciando-a das restantes “propriedades móveis” com base na existência da sensibilidade no animal (Farias, 2018, p.72). O código civil de 1867 demarca a necessidade de distinguir as “disposições legais relacionadas aos animais (...) das coisas móveis”, inserindo o animal doméstico no “direito de ocupação”, porém sob o título de “coisas inanimadas”, no entanto, já se releva uma ligeira necessidade de distinção entre os animais e os objetos, do ponto de vista legal.

O legislador seguia, por essa via, a derivação etimológica e aceção mais vulgar, no sentido de que o animal seria um ser vivo, dotado de sensibilidade e de movimento voluntário, mas cujo tratamento jurídico apenas deveria ser considerado esfera da propriedade do homem, e enquanto elemento vivo da natureza susceptível de ser objecto de direitos adquiridos e exercidos pelo homem. (Farias, 2018, p.72-73)

Em 1886, a medida de punição sofre uma agravante para crime em casos de destruição ou danificação das propriedades móveis ou de quaisquer animais<sup>25</sup>, no entanto, o conteúdo desta legislação seguiu a de 1852, onde os animais ainda pertenciam à esfera da propriedade do homem, denotando-se ainda algumas incongruências quanto ao carácter jurídico dos animais domésticos (Farias, 2018). Só com a alteração do Código Civil de 1966 é que, do ponto de vista legal, os animais começaram a ser considerados como “coisa móvel”. Isto levou a uma alteração das normas anteriores no que diz respeito

---

<sup>25</sup> «A destruição ou a danificação de efeitos ou propriedades móveis, ou de quaisquer animais pertencentes a outra pessoa ou ao Estado» (artigo 478.º, cit. por Farias, 2018, p.73)

às propriedades por ocupação, passando “«os animais e/ou outras coisas móveis» [a serem] tratados de forma igualitária em normas conjuntas” (Farias, 2018, p.74). Isto leva ao surgimento do novo Código Civil de 1982, onde é referenciada uma medida específica para a proteção do animal, o que o distingue de “uma coisa” e isso acontece derivado do crime da difusão de um surto de doença nos animais. Esta medida punia com pena de prisão de 6 meses a 3 anos ou multa até 100 dias para aqueles que propagassem “*doença, praga, planta ou animal nocivo de natureza a causar dano a número considerável de animais domésticos, ou a quaisquer outros animais úteis ao homem*” (artigo 271.º, cit. por Farias, 2018, p.74). É de salientar o facto desta medida oferecer uma proteção aos animais com especificidade nos domésticos e/ou aqueles que nutram alguma “utilidade para o ser humano”.

Com a Lei n.º 90/88, de 13 de agosto entra em vigor a “primeira protecção autónoma penal específica de um animal”, uma vez que é declarada protecção, conservação e fomento do lobo-ibérico, uma espécie que entrou em risco de extinção. Esta foi a primeira medida decretada que não visa responder a quaisquer interesses do ser humano. Porém, esta medida não permite a criminalização do abate e captura do animal, enquanto criminaliza a sua “detenção, transporte, comercialização e exposição de exemplares, vivos, mortos ou naturalizados, bem como dos seus troféus e peles sem a autorização do departamento governamental responsável pelos recursos naturais” (Farias, 2018, p.75).

No panorama europeu, “os Estados-membros do Conselho da Europa aprovaram a Convenção Europeia para a Protecção dos Animais de Companhia”, em 1987, que foi legislada em Portugal em 1995 através da retificação feita em 1993. Só na legislação de 1995 é que Portugal “estabeleceu medidas gerais de protecção dos animais, sem, contudo, estabelecer consequências práticas para a violação das proibições aí estabelecidas” (Freitas, 2018, p.75). Ainda do ponto de vista internacional, a ONU, em 1978, assim como a UNESCO aprovam a “Declaração Universal dos Direitos do Animal adotada pela Liga Internacional dos Direitos do Animal e pelas Ligas Nacionais” onde defendem o “princípio da igualdade entre animais e do respectivo direito de existência (artigo 1.º), o direito do respeito pelo animal, inclusive quando morto (arts. 2.º e 13.º), o direito à longevidade natural (artigo 6.º) e, ao longo de toda a declaração, o direito ao bem-estar do animal, presente em praticamente todas as normas.” (Freitas, 2018, p.75).

Foi na revisão do Código Penal de 1995 que se denota uma evidente mudança no paradigma dos animais na jurisprudência, ao surgir “o crime de «*danos contra a natureza*»”, onde “pela primeira vez se protegia o animal de forma indistinta, enquanto elemento integrador do bem jurídico ambiente e merecedor de tutela jurídica em função do disposto no artigo 66.º da Constituição da República

Portuguesa”<sup>26</sup> (Freitas, 2018, p.76). A principal alteração que foi feita em termos de dissociar o animal de “coisa” e como independente do ser humano foi resultado da 33.ª alteração ao Código Penal, através da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto (a chamada Lei da Protecção dos Animais (Gomes, 2015), sob um novo Título VI intitulado de “«*Dos crimes contra animais de companhia*»”. Através disto surgiram “dois novos tipos de ilícito penal, o crime de abandono de maus-tratos a animal de companhia e o crime de abandono de animais de companhia, os quais, nitidamente, visam a directa protecção do bem-estar do animal de companhia.” (Freitas, 2018, p.76-77). Esta lei que visava proteger os animais proíbe exercer violência sobre os animais sem necessidade, levando Gomes (2015) a questionar-se se a criação de animais para consumo humano, a existência de zoológicos, a utilização de animais em práticas desportivas ou o aprisionamento de espécies em gaiolas e/ou aquários não seriam exemplos de violências sem necessidade (p.360).

Decorrente de motivações do ponto de vista jurídico e axiológico, foi necessário “alterar a natureza jurídica do animal, com vista a separá-lo do conceito jurídico-legal de «coisa», tendo sido feito na aprovação da Lei n.º 8/2017, de 3 de março (Freitas, 2018, p.78). Esta consciencialização da problemática em torno da qualificação do animal enquanto “coisa” levantou quatro contradições: (1) “confronto entre a protecção da sensibilidade animal e o direito de propriedade”; (2) “reconhecimento normativo, já decorrente do ordenamento convencional, penal, contra-ordenacional e administrativo existente decorrente da capacidade de sofrimento do animal”; (3) “atribuição de um valor afectivo a alguns animais, que irão além do seu valor comercial ou económico”; (4) “sensibilidade do animal: o animal será a única coisa que, embora igualmente não dotada de razão, exterioriza sentimentos, o que, só por si, justifica a sua existência enquanto *tertium genus*<sup>27,28</sup> face às pessoas e às coisas” (Farias, 2018, p.79).

Segundo Farias (2018), a atribuição de direitos aos animais poderia implicar problemas, tais como: (1) a imposição de deveres, para isto seria necessário assegurar o cumprimento das normas pelo animal tendo em conta a falta de compreensão da noção humana por parte do animal; (2) “seria forçosamente selectiva, tanto subjectiva como objectivamente, prendendo-se, na sua essência, com o seu bem-estar físico e emocional, o que redundaria num âmbito muito reduzido”; (3) “[a atribuição de] universais poderia constituir um risco de revolução civilizacional para o qual é duvidoso que estejamos preparados, seja porque isso redundaria inevitavelmente na proibição absoluta de experimentação

---

<sup>26</sup> “Artigo 1.º. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.” (Constituição da República Portuguesa, 2020)

<sup>27</sup> Nem pessoa, nem coisa.

<sup>28</sup> “A classificação como *tertium genus* deve ser encarada como uma evolução do direito, que passe a considerar o animal uma criatura, um ser vivo que deve ser protegido mais do que uma simples coisa inanimada.” (Freitas, 2018, p.82-83)

científica, no veganismo e na proibição de utilização de técnicas anticoncepcionais, que inclusive porque não podemos negar que nem todos os animais são herbívoros...” (p.80)

Do ponto de vista de Freitas (2018), há um sentimento de que muitas das mudanças feitas ao longo dos anos no Código Penal não traduziram nada mais do que apenas a mudança do termo “coisa” para “animal”. A Lei n.º 8/2017 adenda ainda “um conjunto de deveres dos proprietários de animais para com aqueles na salvaguarda do seu bem-estar”, porém não acrescenta nenhuma sanção para o caso da violação destes deveres (Freitas, 2018, p.83). Contudo, é de salientar o facto destes deveres já estarem contemplados no plano criminal e contraordenacional, com implementação de previsão punitiva, e, por isso, nada de novo trouxeram ao sistema jurídico nacional em vigor na altura (Freitas, 2018). O legislador tenta trazer do Código Penal para o Código Civil a definição e as normas morais de um animal de companhia. Ainda segundo Freitas (2018), estamos perante um quadro híbrido em termos nacionais uma vez que,

no domínio penal, os animais são, no geral, e nos termos normativos específicos, sujeitos de direitos, protegidos na sua existência e bem-estar enquanto elementos da biodiversidade e estabilidade ecológica (artigo 278.º do Código Penal) ou enquanto animais de companhia (artigos 387.º e 388.º do Código Penal) (...), em sede civil, os animais não possuem uma protecção directa, mas unicamente uma protecção reflexa da protecção devida à propriedade de um ser humano, o qual, (...) possuirá actualmente um conjunto de deveres civis para com o bem-estar animal, no âmbito do exercício do seu direito de propriedade, que apenas possuirão reflexo no domínio da punição penal e contra-ordenacional já anteriormente existente. (Freitas, 2018, pp. 86-87)

Decorrente disto, é possível afirmar-se a ausência de direitos que os animais ainda possuem aos olhos da lei portuguesa, embora, a União Europeia assumia uma posição clara a favor de medidas que beneficiem o bem-estar animal, de qualquer animal que se trate, seja animal de companhia, animal doméstico, animais usados para fins científicos, animais selvagens, animais de cativeiro, entre outros (Freitas, 2018; Gomes, 2015). O avanço do plano da protecção animal em Portugal ainda está bastante fraco comparativamente a outros países, como a Índia e a Argentina, que começam já a atribuir o estatuto de pessoas não-humanas e mamíferos superiores, isto é, “reconhecendo-os como sujeitos de direitos específicos”, como cetáceos e primatas, respetivamente (Freitas, 2018, p.88). No entanto, em Portugal, sente-se um esforço de trazer esse debate para a política, mesmo que acabe por enfrentar algumas incongruências que só serão resolvidas se o debate continuar a suscitar exigências.

## Capítulo III: Metodologia

### 1. Metodologia, métodos e técnicas

#### 1.1. A metodologia qualitativa

Para a realização desta investigação, a metodologia escolhida é a qualitativa. Esta abordagem permite dar ênfase às especificidades histórica e etnográfica de cada caso, designadamente compreender como se desenrolam os processos e captar o ponto de vista dos atores. Ao contrário da metodologia quantitativa que visa testar hipóteses, a abordagem qualitativa preocupa-se com a capacidade de gerar hipóteses conforme os dados vão sendo recolhidos e analisados (Becker, 1996), permitindo ainda a definição de questões relevantes no decurso da pesquisa. A análise indutiva agregada a esta metodologia permite transformar hipóteses e conceitos novos em teorias construídas do micro para o marco.

Uma das características principais desta metodologia é a sua análise dos fenómenos através da compreensão do contexto social, ou seja, esse contexto é estudado no seu todo bem como as relações no interior do sistema, com outros subsistemas e entre sistemas. Outra característica que ajuda a justificar a pertinência desta metodologia para a exploração deste trabalho é a capacidade de obter dados múltiplos no ambiente “natural” através de várias técnicas de recolha de informação, como entrevistas, observação, recolha documental, registos em vídeo e áudio e caderno de campo, sendo o investigador o principal “instrumento” de pesquisa, pois incorpora a descrição completa do seu papel. No caso deste trabalho, opta-se por realizar entrevistas semiestruturadas e solicitar aos entrevistados um breve relato biográfico do seu animal de companhia, bem como fotografias, como adiante se explicará. A terceira característica da metodologia qualitativa passa pelo seu interesse mais concretamente como processo em si do que com o resultado final, isto é, há uma busca do sentido através das perspetivas dos participantes que vai permitir acesso à dinâmica interna das situações, há uma maior atenção no seu significado. Isto é importante para este trabalho uma vez que através dele pretende-se, entre outros objetivos, entender, junto dos atores, as representações sociais que têm dos seus animais de companhia e dos animais no geral.

Na metodologia qualitativa, a ida ao terreno é feita ao mesmo tempo que são feitas leituras relevantes que vão ajudar a identificar o que é pertinente quer para a vertente teórica, quer para a empírica. O processo de investigação iniciou-se com um levantamento exaustivo de bibliografia de natureza científica, no campo dos estudos dos animais, e documentos, como artigos de jornais online e sites de organizações ligadas aos animais.

No que concerne às técnicas de recolha de informação, as que poderão ser usadas por meio da metodologia qualitativa e que foram usadas neste trabalho são, em síntese: os registos em fotografia, as entrevistas semiestruturadas, a recolha documental e análise documental e os relatos biográficos, que serão descritas no subcapítulo a seguir.

A recolha de dados preexistentes foi realizada e teve continuidade durante a investigação de forma a conhecer o tema dos animais e dos seres humanos noutros contextos de informação para lá do campo das ciências sociais, como em jornais online e em plataformas dedicadas à exploração de assuntos relacionados com os animais, como o site da Veterinária Atual. Tentou-se encontrar alguns dados estatísticos, porém, dada a falta de exploração do tema pela opinião pública, os números são bastante escassos. As notícias do jornal Público, encontradas durante a recolha de dados, são de carácter exploratório de forma a ter uma noção do que há na opinião pública e a ir percebendo de um modo mais impressionista a quantidade de notícias que se fazem em torno da temática dos animais. Esta pesquisa serve para uma melhor orientação do que está disponível, ou não, no contexto de Portugal, uma vez que é um tema emergente na sociedade contemporânea.

## **1.2. Técnicas de recolha de informação: entrevista, relato biográfico e fotografias**

Entrevistas semiestruturadas como técnica de recolha de informação permitem respeitar as perguntas do guião e, ainda, acrescentar outras questões que se revelem significantes para o trabalho e que possam surgir durante a conversa com o entrevistado. Através desta técnica é possível acrescentar informação que possa não ter surgido durante a preparação do guião e que possa ser relevante para o desenvolvimento do trabalho. Este método dá uma maior liberdade de resposta por parte dos entrevistados através do diálogo que se estabelece a partir da interação social entre o entrevistador e o entrevistado. Assim, como refere Quivy & Campenhoudt (2005), “os métodos de entrevista caracterizam-se por um contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores” (p.192). Por um lado, o “interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências” e, por outro lado, “através das suas perguntas abertas e das suas reacções, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objectivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade” (*Ibidem*).

A entrevista é adequada ao presente trabalho por permitir conhecer e analisar o “sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêm confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as

leituras que fazem das próprias experiências, etc.” (Ibid, p.192). Outra característica desta técnica é a de permitir analisar um problema em específico, isto é, “os dados do problema, os pontos de vista presentes, o que está em jogo, os sistemas de relações, o funcionamento de uma organização, etc.” e “a reconstituição de um processo de acção, de experiências ou de acontecimentos do passado” (Ibidem). Quanto às suas vantagens, é possível estabelecer um “grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos” e a sua “flexibilidade e a fraca directividade do dispositivo que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referência – a sua linguagem e as suas categorias mentais” (Ibid, p.194).

Esta técnica possibilita associar, no pano do tratamento da informação recolhida, um outro método, nomeadamente, o da análise de conteúdo qualitativa. As entrevistas permitem absorver o “máximo possível de elementos de informação e de reflexão, que servirão de materiais para uma análise sistemática de conteúdo que corresponda, por seu lado, às exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos” (Ibid, p.195). Com as entrevistas aos tutores dos animais de companhia pretende-se saber quem são estes animais de companhia aos olhos dos seus tutores assim como perceber o que compõe o dia a dia de um animal de companhia. Dado o seu carácter, a entrevista semiestruturada permite ao entrevistado expor a sua experiência sem nunca perder o ponto central da problemática. Posteriormente é feita uma análise de conteúdo das entrevistas, com incidência nas categorias temáticas que mais adiante se enunciam.

O tipo de análise de conteúdo usado neste trabalho, segundo a conceção de Bardin (1979, citado por Guerra, 2006), é o categorial, isto é, foi feita uma análise temática e, neste caso, descritiva. Para isso, as informações das entrevistas foram organizadas em grelhas onde se construíram categorias, dimensões e indicadores e, ainda, com uma coluna dedicada às respostas onde se inseriu excertos das entrevistas.

Para este trabalho, foram realizadas entrevistas a 15 pessoas divididas por dois grupos, o grupo dos mais novos, com 8 pessoas, e o grupo dos mais velhos, com 7, escolhidas através da amostra por bola de neve, onde os indivíduos que foram selecionados primeiramente propõem outras pessoas, dentro dos seguintes critérios: (1) idade entre 18 e 25 anos e 55 anos ou mais; (2) residirem na área metropolitana do Porto; (3) terem, pelo menos, um animal de companhia, nomeadamente cão ou gato. Os objetivos que se pretendem com as entrevistas são os seguintes: (1) identificar as representações sociais que os tutores têm dos seus animais de companhia e dos animais no geral; (2) identificar, também, as práticas sociais no quotidiano relacional entre os humanos e os animais de companhia; (3) identificar as condições objetivas de existência dos animais de companhia, atendendo aos cuidados dos



tutores (4) e, ainda, explorar as eventuais diferenças na relação entre humanos e animais de companhia atendendo ao perfil geracional dos tutores.

A entrevista foi estruturada em três partes (guião em anexo). A primeira parte é referente aos dados sociodemográficos dos tutores e dos animais de companhia onde se procurou fazer uma breve caracterização da amostra, recolhendo informação sobre: a idade, as habilitações académicas, a profissão, o agregado doméstico, assim como o tipo de habitação, o que serviu para conhecer o espaço disponível para o animal de companhia e para as suas eventuais necessidades e, também, o número e raça de animais e, ainda, perceber a relação dos entrevistados e do agregado com os seus animais.

Na segunda parte, transita-se dos dados biográficos dos tutores e animais de companhia para perguntas de problematização das representações sociais, das práticas, no plano das interações, e das condições quotidianas de existência, sem deixar de se relevar determinados termos e conceitos ligados à questão animal na atualidade, como “senciente” e “família multiespécie”. Procura-se deste modo levar o entrevistado a usar os seus conhecimentos e a expressar o seu posicionamento acerca da categoria de/do animal no geral e em particular relativamente ao ser humano e do seu lugar na sociedade. As perguntas que guiam a entrevista dividem-se por três grandes categorias temáticas de problematização das relações dos tutores com os animais de companhia, considerando-se para cada uma das categorias temáticas várias dimensões de análise. Assim, a primeira categoria temática, designada por “Relações dos tutores com os animais de companhia no geral e no particular” (os seus), compreende seis dimensões: as representações sociais sobre os animais, a perceção da subjetividade e agência dos animais e a interação com os animais, a antropomorfização dos animais associada à *pet industry*, importando perceber como se posicionam os entrevistados relativamente a esta dinâmica cultural e económica; as práticas alimentares dos tutores, regulação e direitos dos animais, importando aqui auscultar os conhecimentos e os posicionamentos dos entrevistados e ainda, o seu conhecimento (de conceitos atuais) e posicionamento sobre o tema do bem estar animal. A segunda categoria temática é designada por “Quotidiano e condições sociais dos animais de companhia” (dos tutores) e inclui três dimensões: as duas primeiras incidindo mais sobre as rotinas, designadamente, a dimensão da organização do dia a dia dos animais e a dimensão da interação com outros animais residentes na mesma habitação (se os tiverem); e a terceira, e última, dimensão incidindo sobre as condições objetivas dos animais, no que diz respeito aos cuidados de alimentação, higiene e veterinários e aquisição de brinquedos ou objetos preferidos.

A terceira parte da entrevista assume um carácter mais participativo da parte do entrevistado. É-lhe pedido para descrever a ocupação do espaço da casa e do seu exterior por parte do animal.

Idealmente seria para a investigadora fazer o mapeamento da circulação do animal pela casa e as eventuais restrições. De seguida, o entrevistado é convidado a apresentar uma ou mais fotografias do animal de companhia e a justificar a sua escolha, acompanhado de um texto sobre o mesmo. Isto, supõe-se, ajudaria conhecer as origens dessa escolha, sendo uma forma mais eficaz de chegar à percepção que os tutores têm dos seus próprios animais de companhia. Com esta terceira parte visa-se, pois, dar aos entrevistados a oportunidade de refletirem sobre os seus animais de companhia num momento mais intimista, possibilitando à investigadora uma percepção mais clara sobre a forma como os tutores veem os seus animais de companhia, partindo deles mesmos, e ao mesmo tempo constituindo um meio para tentar contornar a situação de constrangimento face-a-face da entrevista semiestruturada.

Pelo exposto, é de realçar que neste trabalho de investigação foram usados também recursos fotográficos e de relato biográfico, por meio dos quais o entrevistado pôde escrever a sua visão e dar a ver a sua percepção acerca do animal de companhia de forma individual, com o propósito, como anteriormente referido, de ter um melhor contacto com a sua vivência, e permitindo uma redução da influência externa da investigadora. Deste modo, a entrevista foi pensada para não ser apenas textual, mas ter também uma componente visual. Por outro lado, é também de salientar que se procurou levar o entrevistado a exercer a sua reflexividade sobre a questão geral da atual diluição das fronteiras entre as categorias do (animal) humano e do animal (não humano), designadamente o animal de companhia.

Quanto ao relato biográfico, através desta técnica pretende-se que o entrevistado se sinta à vontade e ajude na consciencialização dos seus saberes através da sua própria narração da sua realidade, permitindo-o escapar de possíveis tentativas de estereotipação e rótulos que poderiam surgir através de outras técnicas de investigação (Lechner, 2009). Os relatos de vida têm uma sensibilidade que outras técnicas não o permitem e que se adequa perfeitamente ao trabalho em questão. Segundo, Lechner (2009), o método biográfico:

(...) é um instrumento de conhecimento das realidades humanas baseado na experiência narrada dos sujeitos. Estes são aqui entendidos como tendo capacidades para serem autores e actores conscientes das suas próprias vidas e não meros objectos de análise científica. O conhecimento produzido com o recurso a este método não é apenas referencial (...) mas é também performativo (...), através dos relatos biográficos proferidos. (Lechner, 2009, p.6)

O relato biográfico pode ser feito através de várias formas e temporalidades, tais como “podem ser orais, escritos, visuais, de expressão corporal, artísticos, podem ser monólogos ou diálogos, podem ser pontuais, surgir no tempo de uma entrevista, ou em produções sistemáticas mais ou menos longas, ao longo de uma vida individual, ou no seio de uma família, grupo ou comunidade.” (Lechner, 2009, p.7). Esta técnica permite, assim, uma aproximação com o objeto de estudo que nenhum outro método

consegue garantir. É preciso ter-se uma relação de confiança com as pessoas para se estabelecer uma ponte entre elas e a ciência, entre “o mundo da produção científica/acadêmica e o mundo lá fora, são pontes e aproximação e sensibilização entre grupos sociais assimétricos” (Lechner, 2009, p.8). Esta técnica, movida pela consciencialização do indivíduo quanto à sua realidade, assume ainda um caráter emancipatório, onde permite uma tomada de consciência que, depois de ultrapassada a barreira dos estereótipos, permite uma autoanálise profunda à sua história e papéis sociais (Lechner, 2009). “O trabalho biográfico tem assim a especificidade de contribuir para a partilha na diferença, a coexistência pacífica, a regeneração, a reformulação de laços sociais, o desenvolvimento de competências, a «evolução» das identidades humanas.” (Lechner, 2009, p.14).

No presente trabalho, o relato biográfico foi feito através da redação de um texto, ou via oral para aqueles que não conseguiriam escrever o texto, acerca do animal de companhia. Esta técnica foi usada com o propósito de conhecer o vínculo emocional que liga os entrevistados aos seus animais de companhia, juntando-se aos restantes objetivos que tentam ser esclarecidos através da entrevista, servindo quase como um reforço e como uma outra perspectiva de chegar ao entrevistado de forma a conhecer de forma mais aprofundada a sua realidade.

Acompanhando o relato biográfico pede-se aos entrevistados que escolham uma (ou mais) fotografia(s) dos seus animais de companhia e expliquem o motivo da sua escolha. O recurso à fotografia permite-nos compreender as intenções do entrevistado e, ainda, entender com melhor evidência as representações sociais que os entrevistados têm dos seus animais de companhia replicando-as através da descrição da escolha da fotografia. Paulo Freire, como citado em Singhal et al.. (2007), no seu estudo sobre grupos marginalizados e oprimidos ressalva:

(...) a importância de criar oportunidades para as pessoas visualizarem os seus problemas sociais e usar essa visualização como base para estimular a introspeção, discussão e ação coletiva. O objetivo da visualização – por meio de desenhos, esboços e fotografias – era envolver os participantes na sua própria aprendizagem, combinando ação e reflexão (...). (Singhal et al., 2007, pp.212-213)

O uso da fotografia como técnica de investigação, nomeadamente enquanto um meio de investigação participativa, proporciona uma introspeção, um autoconhecimento, por parte dos participantes, permite-lhes ainda contar dar a ver fragmentos da sua história. A fotografia ajuda na consciencialização da própria situação social da comunidade e dos próprios indivíduos (Singhal et al., 2007). Pela fotografia, pretende-se entender um pouco como os tutores veem os seus animais de companhia através da forma como interagem entre si e de que modo as suas representações sociais nos dizem sobre essa relação. Segundo Singhal et al., (2007),

A comunicação participativa é definida como um processo dinâmico, interacional e transformador de diálogo entre pessoas, grupos e instituições que permite que as pessoas, individual e coletivamente, realizem todo o seu potencial e se engajem no seu próprio bem-estar. (...) A comunicação participativa significa trabalhar com e pelas pessoas, em vez de trabalhar sobre ou para as pessoas. (Singhal et al., 2007, p.213)

Sociólogos e antropólogos começaram a recorrer à fotografia como forma de documentar as realidades sociais, usando comunidades locais como “objeto” de estudo (Singhal et al., 2007, p.216). Esta técnica permite que as pessoas se sintam encorajadas em contar a sua realidade através do seu próprio olhar através da captura de fotografias e ajuda as pessoas e a própria comunidade a “refletir, discutir e analisar as questões que os confrontam” (Singhal et al., 2007, p.217). Com recurso à fotografia, o investigador “pode obter *insights* sobre as experiências vividas pelas pessoas, que antes eram negligenciadas, rejeitadas ou silenciadas. A narrativa da fotografia torna-se um local participativo para uma narrativa mais ampla, de discussão comunitária e ação” (Singhal et al., 2007, p.217). Os autores acreditam ainda que o recurso a conteúdos visuais permite aos participantes uma melhor perceção da sua realidade e ainda fazer perceber ao investigador como é que é a realidade para os participantes, mais propriamente percebendo como é que os participantes veem e percebem o mundo (Singhal et al., 2007, p.225).

## **2. Apresentação, análise e interpretação dos resultados**

Como abordado anteriormente, foram entrevistadas 15 pessoas e divididas em dois grupos, um grupo com pessoas de idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, os mais jovens, e o segundo grupo com idades superiores a 55 anos, os mais velhos, sendo que o primeiro grupo com 8 pessoas e o segundo com 7. Com base no género, cada grupo tem 4 indivíduos do género feminino e 4 do género masculino, à exceção do grupo dos mais velhos, onde têm 3 indivíduos do género masculino. A forma de seleção das pessoas para serem entrevistadas aconteceu através da amostra por bola de neve, onde são escolhidas determinadas pessoas com base em critérios de seleção que, por conhecimentos delas, facultaram à investigadora o contacto de outras pessoas para as entrevistar e assim sucessivamente. O critério de seleção baseou-se em três princípios: terem, pelo menos, um animal de companhia, cão ou gato, corresponderem à idade dentro daqueles dois grupos já referidos e terem residência na Área Metropolitana do Porto. O grupo dos mais jovens foi relativamente mais fácil de formar, uma vez que a rede de contactos é bem mais próxima da investigadora e as disponibilidades são mais facilitadas, no entanto com o grupo dos mais velhos foi necessário despende de mais tempo, uma vez que nem todos os que foram abordados quiseram participar e outros não tinham animais de companhia. Outra

dificuldade sentida foi no balanço de pessoas do mesmo género, uma vez que procurar indivíduos do género masculino que tivessem animais de companhia revelou-se uma tarefa bastante exaustiva para ambos os grupos.

O local das entrevistas foi variando consoante a disponibilidade de cada entrevistado, mas o idealmente pensado seria a casa de cada entrevistado de forma a obter-se uma noção do espaço para o animal de companhia. No entanto, houve algumas entrevistas que tiveram de ser ajustadas para a disponibilidade do entrevistado, tendo sido 3 por Zoom, 2 na pastelaria/padaria Barbosa, em Olival, e uma foi num campo agrícola onde o entrevistado estava a trabalhar, em Pedroso. Isto condicionou até certo ponto, na medida em que conhecer o espaço onde os animais estavam foi ligeiramente dificultado e apenas fornecido por aquilo que rendia da entrevista e não pela técnica da observação. Outra adenda a ser feita é para o facto de, embora ter sido pedido a todos uma fotografia dos animais de companhia e um texto sobre eles, nem todos também o fizeram. O grupo dos mais velhos é onde se nota essa falha, com 3 pessoas que não apresentaram nenhuma foto. No total, 6 pessoas não apresentaram um texto escrito sobre os seus animais, mas escolheram fazê-lo de forma oral: 5 do grupo dos mais velhos e 1 dos mais jovens. Por fim, anteriormente, era mencionada a tentativa de uma cartografia do espaço das casas das pessoas como forma de conhecermos por onde os animais andavam e o que faziam, porém, a informação retida em terreno não foi a suficiente para a reunir no mapeamento do espaço, uma vez que os animais em 14 das 15 entrevistas andavam por toda a casa de forma inconstante e, por isso, o efeito que o mapeamento poderia dar ao presente trabalho não seria conseguido. A exceção deve-se a um senhor entrevistado que é caçador amador e os seus animais ficam numas jaulas no exterior da casa e não têm acesso ao interior. Quando perguntado o espaço que teriam as jaulas que serviam de abrigo para os seus 6 cães de raça *Podengo*, o senhor responde: “São jaulas grandes que cabia p’raí uma dúzia de cães, mas estão lá, normalmente estão dois, três em cada jaula”.

## **2.1. Os dados sociodemográficos – quem são os tutores e os seus animais de companhia**

Quanto ao agregado doméstico, no grupo dos jovens, apenas uma das jovens vive sozinha com a sua gata, os restantes vivem com os pais (com um ou com os dois) e com irmãos, caso os tenham. No caso do grupo dos mais velhos, os indivíduos vivem com os seus cônjuges e/ou com filhos, à exceção da professora de História que vive com o seu pai e do caçador que vive com a sua esposa e com a sua cunhada. No que toca ao tipo de habitação, o objetivo era perceber o espaço que os animais tinham ao seu dispor. É de ressaltar a possível diferença entre um animal que viva num apartamento sem acesso ao exterior e um animal que tenha acesso a um jardim, a um pátio, que conviva com outros animais

para além da sua casa. A maioria dos entrevistados vive em apartamentos com acessos ao exterior apenas através de varandas, embora, em alguns casos, o acesso aos animais a essas varandas seja vedado devido à grande probabilidade de ocorrência de acidentes. Apenas um dos entrevistados que vive numa moradia é que mantém os seus cães numa jaula, pormenor já abordado anteriormente.

Quanto às espécies de animais dos entrevistados, a maioria tem ao seu cuidado gatos, cerca de 9 dos 15 entrevistados, sendo que desses 9, 2 têm também um cão. O número de animais de companhia por entrevistado não ultrapassa os 6, enquanto cerca de 8 pessoas têm apenas um animal de companhia. No que diz respeito à raça dos animais, à exceção de 7 cães (sendo que 6 são do caçador onde uma cadela é de raça *Labrador* e os restantes são de raça *Podengo*, os restantes animais não têm uma raça definida (SRD – Sem Raça Definida), quer os gatos, quer os cães. As idades dos animais também variam entre os 3 meses, o felino da professora de História, a Leo (diminutivo de Leopoldina), e os 12 anos, um dos gatos de um senhor de 74 anos, o Ruca, e o Simba, cão de uma jovem de 25 anos.

## **2.2. As entrevistas – os relatos nas vozes dos tutores**

Como referido anteriormente, a entrevista está dividida em três partes, sendo neste subcapítulo analisadas as categorias temáticas da segunda parte, nomeadamente as “Relações dos tutores com os animais de companhia no geral e no particular” e o “Quotidiano e condições sociais dos animais de companhia” e suas respetivas dimensões. No que diz respeito à análise da terceira parte da entrevista, esta terá lugar mais à frente no presente trabalho.

### **2.2.1 Relações dos tutores com os animais de companhia no geral e no particular**

#### **Práticas alimentares dos tutores**

Dentro das práticas alimentares dos entrevistados, apenas uma pessoa revelou ter hábitos alimentares vegetarianos recorrentes, enquanto outra refere que tinha sido vegetariana durante um ano e outra entrevistada afirmou incluir refeições vegetarianas em grande parte da sua alimentação. Os motivos que levaram estas entrevistadas, do grupo dos mais jovens, a adotarem estes comportamentos, não só em termos de alimentação, mas também quanto ao uso de produtos testados em animais e produtos de animais, passavam não só pela questão do sofrimento animal, mas também em termos de poluição e o excessivo uso de recursos dentro da indústria da agropecuária. Assim como afirma a entrevistada:

Eu tento ser vegetariana, nem sempre consigo, mas identifico-me mesmo com a parte mais identitária de não comprar produtos testados em animais, não comprar nada que seja de pele, ou que tenha pele na sua utilização. Acho que p'raí 90% da minha dieta é vegetariana, mas de vez em quando, acontecem uns lapsos. Eu carne já não consigo comer sequer, fico mesmo maldisposta. Os derivados ainda fazem parte do meu dia a dia (...)

E ainda:

É complicado. Eu acho que faz sentido, pelas várias questões que nós sabemos, não é, não só pela crueldade animal, mas pela grande poluição, gasto de recursos que está associado à indústria pecuária e tudo o que tenha a ver com a carne, acho que faz sentido. Eu imaginava-me a deixar, honestamente, até porque não ligo muito a carne, não tenho o objetivo, não está tipo “quero deixar de”, porque eu em casa já como...já é mesmo raro comer, sei que isso ainda não é o ideal, mas lá está não te posso dizer que “ai quero deixar e ‘tou a tentar deixar”, não, vou comendo, não muito. (...)

Acrescentando ainda o depoimento de outra entrevistada que possui hábitos alimentares vegetarianos e/ou vegans:

Eu, atualmente, devido a alguns problemas emocionais deixei, mas eu durante quase um ano era vegan, sim, e senti-me muito melhor fisicamente e psicologicamente. (...) Questões animais. Acho que... E mesmo por questões de saúde, acabei por me sentir muito melhor, não foi por causa disso. (...) Eu parei e posso explicar porquê. Quando eu comecei a trabalhar na Salsa era-me bastante difícil cozinhar, ter tempo para isso e...e pronto, acabei por... por isso e por outras questões, deixar que cozinhassem para mim então... (...) Completamente, sim. Eu já não bebo leite, nem como derivados. Neste momento, é só frango. Poucas vezes, mas acontece. (...)

É de salientar que as três pessoas que revelaram ter proximidade com hábitos vegetarianos pertencem ao grupo dos mais jovens, enquanto nenhum do grupo dos mais velhos mostrou interesse em abandonar os seus hábitos alimentares. Os entrevistados, numa resposta generalizada, afirmaram concordar com quem tenha essa opção de vida, no entanto não conseguem deixar de comer carne e seus derivados, seja por gosto pela carne, seja por hábito. Quando questionados acerca dos sentimentos dos animais, enquanto uns denotam haver diferenças entre os animais de companhia e os da agropecuária, outros referiam que todas as espécies tinham sentimentos iguais, mas na hora aquando da pergunta acerca dos hábitos alimentares e do porquê desses hábitos, notava-se uma certa consciência da ambiguidade nas respostas, uma vez que, embora reconheçam a dor e sofrimento nos animais da agropecuária para o consumo humano, esses mesmos animais fazem parte das suas refeições. Uma das entrevistadas afirmou isso mesmo:

(...) Mas, lá está, eu como pouca, faz-me impressão, é aquela coisa super contraditória da minha parte, não consigo comer coelho, porque acho os coelhos fofinhos, mas depois, às vezes, como vaca e não consigo imaginar as vacas fofinhas, né, eu sei que isso é mesmo contraditório da minha parte, mas realmente não dá propriamente...não tenho propriamente objetivo de deixar de o fazer.

Ainda dentro do tópicos das práticas alimentares, é de salientar que a maioria das respostas dos entrevistados quanto à existência de todo um mercado voltado para as dietas vegetarianas e vegans diz-se não se importar com a existência de restaurantes e de bens vegetarianos e/ou vegan. Com a exceção dos homens do grupo dos 55 anos ou mais, os entrevistados concordaram na liberdade de cada um para realizar as escolhas que assim achasse corretas para si mesmo achando que o mercado deveria responder a essas escolhas com uma maior oferta. Para o caçador, a ideia de haver pessoas que cortem a carne e/ou derivados das suas dietas alimentares é uma ideia que discorda totalmente, afirmando que:

Acho muito mal. Porque se toda a vida desde o início do mundo que o homem sempre matou a espécie dos animais para se alimentar, porque é que nós temos de acabar com isso? Eu acho muito mal.

Assim como para outro entrevistado, que diz:

Bem, é assim...em relação às outras pessoas, não tenho nada contra se as pessoas são vegetarianas. O que eu acho é que está provado cientificamente que o homem evoluiu a nível de algumas capacidades pelo facto de ter começado a comer carne. Se fôssemos só vegetarianos, não tínhamos evoluído da mesma maneira, mas isso, é assim, é para o bom e para o mau. (...) não sou adepto daquela malta que só come carne, isso não... É como lhe dizia, um pouco de carne, mas variedade. E há muitas propriedades, proteínas vegetais, que nos são muito úteis e que precisamos, portanto, acho que é um exagero. Mas também só comer vegetais também não sou adepto.

E ainda outro homem do grupo dos 55 anos ou mais que afirma:

Vejo que há muita gente agora a virar para esse lado, para o vegetariano, eu conheço bem pessoas que...se isso lhe faz bem ou não, sei que muita gente está a virar para isso. Para mim, isso não me diz nada. Acho bem que tem de...que come disso e claro que se for a um restaurante também tem o direito de escolher aquilo que quer, isso acho bem isso, embora eu não queira isso, mas acho bem.

### **Regulação e direitos dos animais de companhia**

Quanto à opinião dos entrevistados acerca da medida que obriga a identificação dos animais de companhia através de um microchip e do seu registo na plataforma SIAC (Sistema de Informação de Animais de Companhia) e, ainda, a regularização de vacinas nesses mesmos animais, a resposta é unânime: todos os entrevistados concordam com esta medida. A resposta é efusiva, concordam com a identificação dos animais, dando exemplos de como isso é importante para casos de perdas e acidentes, e, ainda, com o processo de vacinação, que defendem ser importante para o controlo de doenças que podem aparecer neles e proliferar, quer para outros animais, quer para os humanos. Um inconveniente que alguns levantaram foi em relação aos custos que podem advir desta obrigação, o que levanta



questões relativamente aos que não têm suporte financeiro para seguirem dentro da lei. Alguns dos entrevistados, inclusive, acrescentaram ideias para melhorar este sistema, como é o caso da tutora do Sonny, do Simba e da Luna, que sugere:

(...) Acho que o chip... aliás eu até...eu... relativamente ao chip, é interessante que eles tenham chip, mas imagina, eu perco o meu cão, alguém o encontra, ele sabe que pertence àquela pessoa, mas eu não o consigo localizar. (...) Eu acho que os chips deviam ter um localizador. Depois, há outro problema. Eu não sei, de momento, quanto é que está a percentagem de pobreza em Portugal, sinceramente, não tenho seguido, mas há muitas pessoas que não conseguem pagar e apesar de não ser assim tão caro para uma pessoa que trabalha e tem...tem alguma estabilidade financeira, mas realmente, uma família com uma completa instabilidade financeira, alguém que não tenha trabalho, como é que vai sustentar os animais?

E da professora de Francês que afirma:

Eu acho que a situação dos chips que é importante, no sentido, que dizer, claro que vais me dizer, se as pessoas recolherem animais da rua e depois tiverem que pagar a...tem de haver aqui algumas ajudas, mas eu penso que as associações também se prontificam a ajudar nesse tipo de circunstâncias, nomeadamente de castrações, pelo menos, pelo que percebo das associações que sigo de animais de rua, que normalmente ajudam e para entregar os animais, é que fazem questão que os animais estejam desparasitados, que tenham chip, estejam castrados e isso tudo. Portanto, acho que é importante até para....em situações em que eles desapareçam e possam identificar quem são os donos ou se forem abandonados também se poderem identificar quem são os donos e não 'tou a dizer entregar um gato...ele pode ter fugido, não é, às vezes acontece, mas se for abandonado também identificar se a pessoa percebeu porque é que anda o animal assim, não é, para depois de futuro não se irem entregar os animais a pessoas que depois não os cuidam nem os tratam bem deles...

E do tutor do Kenny:

Não tenho crítica nenhuma. Concordo perfeitamente, porque, assim como nós, cada animal tem de ter a sua identificação, como um cartão de cidadão, no caso dos animais é um passaporte, o meu cão tem. As vacinas estou completamente de acordo porque nós também temos de as tomar para evitar doenças e transmissões de doenças a outras pessoas. A nível de ideias, acho que uma ajuda do governo na nossa população, que no nosso caso é a população media, não é, que não tem muitas possibilidades para ir ao veterinário, dar as vacinas, ou então legalizar o animal, lá está, eu acho que são coisas muito importantes, na vida dos animais e nas nossas, porque não é nada bonito vê-los quando estão doentes, por isso acho que, como há uma segurança social para nós, também deveria de existir para os animais.

### **Defesa político-partidária dos direitos dos animais**

Decorrente disto, perguntou-se acerca do conhecimento do partido político Pessoas-Animais-Natureza (PAN) e das suas opiniões relativamente à sua existência. As opiniões dos entrevistados foram variando. Uns afirmaram que, embora soubessem da existência do partido, que não estavam por dentro

do que defendia. Outros afirmaram haver coisas mais importantes no país para os partidos se focarem, como é o caso do tutor do Guinness e da Kira, que diz:

É assim, é um partido, mas... é importante ter em conta os animais... claro que aquilo...o PAN nunca vai a nenhum lado... há certas... pronto... para mim... há certas medidas deles que pronto, são um bocado exageradas, mas é muito importante no parlamento ter em conta os interesses dos animais e da natureza...

E, ainda, houve quem defendesse a sua importância, como a tutora da Nata:

Acho que é um partido importante, isso não significa obviamente que concorde sempre com tudo o que fazem, claro, mas é um partido importante, tem que haver alguém, era ideal que todos os partidos tivessem mais atenção, não é, mas nem sempre o têm, 'tão preocupados com outras questões que se calhar para eles são mais importantes, portanto eu acho que seja super importante haver um partido que esteja do lado dos animais e que tente assegurar os seus direitos.

Enquanto outros defendem que o trabalho do partido ainda não é o suficiente para assegurar o bem-estar dos animais.

### **Senciente e famílias multiespécie (conhecimento e posicionamento)**

Para se tentar perceber o conhecimento e o posicionamento das pessoas acerca da maior ou menor proximidade com a dicotomia animal / humano, os termos escolhidos foram: 'senciente' e 'famílias multiespécie'. Estes foram escolhidos com base no interesse em perceber, quer se os entrevistados atribuíam ou não sentimentos aos animais em geral e em particular, quer o seu conhecimento e a sua posição acerca da introdução do novo modelo de constituição de família que começa a estar mais em voga devido à valorização do estatuto de animais de companhia. Quanto ao termo 'senciente', todos os entrevistados admitiram não conhecer o termo, nem ter ouvido falar neste, mas assim que receberam uma breve explicação do seu significado, todos concordaram com a definição. Já no que respeita ao termo de 'famílias multiespécie', apenas duas pessoas das 15 entrevistadas afirmaram conhecer o termo, nomeadamente um entrevistado de cada grupo etário, e todos os entrevistados concordaram também com a sua definição.

Ainda dentro das perceções dos entrevistados acerca de sentimentos e emoções nos animais, perguntou-se acerca do conhecimento sobre a introdução do polvo e da lagosta na lista dos animais sencientes realizado por um estudo no Reino Unido e, por isso, a criação de uma lista de boas práticas para o seu transporte e abate com base na sua condição de animais sencientes<sup>29</sup>. Alguns dos inquiridos

---

<sup>29</sup> Um novo estudo, no Reino Unido, revelou que animais como a lagosta, o caranguejo e o polvo são seres sencientes e, por isso, adicionou-os "a uma lista de seres sencientes protegidos ao abrigo de um novo projeto de lei dedicado ao bem-estar animal". Esta lei agrega ainda "a criação de um Comité de Senciência Animal, que irá emitir relatórios sobre como as tomadas de decisão do Governo levam em devida consideração o bem-estar dos

mostraram-se admirados com a notícia e defendiam que o mesmo deveria ser aplicado a outros animais, revelando algum desconhecimento acerca das normas em vigor para o bem-estar animal nos matadouros. Esta falta de acesso a este tipo de informação mostra como, embora as leis existam, as mesmas não estão a chegar ao conhecimento do público, não sendo, talvez, devidamente difundidas pelos meios de comunicação ou outros veículos de ligação entre o Estado e a sua população. Outros inquiridos, nomeadamente dois do grupo dos mais jovens e um do grupo dos mais velhos, mostraram já ter ouvido falar sobre a notícia, concordando com a mesma.

### Antropomorfização

No que diz respeito à *pet industry*, os entrevistados, embora não conhecendo o termo, associavam-no facilmente assim que conheciam o significado. De um modo geral, os tutores pareceram algo hesitantes em relação a isso, uma vez que afirmam que isso pode cair no exagero por quererem passar os animais como humanos. Para alguns entrevistados, os animais têm de ser tratados como o que são, com direito a comida, abrigo e até carinho, mas nunca com a tentativa de os humanizar, uma vez que se incorre numa anulação da individualidade dos animais. Uma das entrevistadas, inclusive, recorre a um pet hotel para deixar o seu cão quando precisa de ir de férias na altura do verão. A opinião dos entrevistados vai variando, tendo havendo uma tutora que defende que não vê qualquer tipo de problema adaptar aos animais o que é normalmente dos seres humanos, desde que não anule a individualidade do animal de companhia. Há aqui uma Está aqui presente a importância de em respeitar o seu espaço, o ser individual que é o animal e que tem direito a que o respeitem. Para o tutor do Kenny:

(...) Eu acho bem, é como uma criança. Tu tens um filho, automaticamente tens de o deixar na creche, tens de o deixar na escola, ir à piscina com ele, tens que ir ao médico com ele, ou seja, um animal para mim é igual, quando tomas a decisão de adotar um animal, automaticamente vai fazer parte da tua família, ou seja, tem de ter o cuidado igual como se fosse um membro da tua família, se ele precisar de ir ao veterinário, vai ao veterinário, se ele precisar de ir a um pet hotel, nem que seja para socializar com outros animais, vai socializar com outros animais... Por isso, sim, eu acho uma indústria que precisa de ser mais um bocadinho desenvolvida, mas com o tempo as pessoas vão lá...

Assim como a tutora da Nata que defende que:

Opá, eu não acho, porque pessoalmente, lá está, eu chamo...trato a minha gata por filha e digo que sou mãe dela, mesmo que digam “ah, mãe e pai” não sei quê. Eu não acho exagerado, para mim, não sei se podemos considerar que somos completamente iguais aos animais, se calhar

---

animais sencientes. A sua criação está prevista no Plano de Ação para o Bem-Estar Animal.” Ainda lendo a notícia sobre este assunto, a CNN Portugal acrescenta que estes animais “não devem ser cozinhados vivos e [o estudo] inclui uma lista de boas-práticas para o transporte, atordoamento e abate de decápodes e cefalópodes”. (Laja, R. (2021). Polvos, lagostas e caranguejos sentem dor, sofrem e não devem ser cozinhados vivos (em linha). In CNN Portugal. Consultado em <https://cnnportugal.iol.pt/animais-cozinhados-vivos/polvos-lagostas-e-caranguejos-sao-seres-conscientes-e-nao-devem-ser-cozinhados-vivos-diz-relatorio/20251130/619f72d10cf2c7ea0f0a792b>.)

não somos porque...por outras questões, mas não acho nada exagerado porque a ligação que nós temos...nós humanos com os animais, acho que em muitos aspetos assemelha à relação que temos uns com os outros. Claro que não há certas questões de racionalidade e *whatever* e muita coisa que é construída por nós humanos, né, as questões de relações e tudo, isso é tudo socialmente construído e não há aí, mas em termos de emoções e de ligações, eu acho que é igual e, honestamente, eu vejo mesmo a minha gata como um membro da família e imagino que se um dia perder a minha gata, a dor será igual a perder um membro da família porque há mesmo essa ligação e imagino-a mesmo... não é um acessório, percebes, não é uma coisinha que 'tá ali para nos fazer companhia. Não é uma pessoa, mas é alguém sobre...que tenho ligação, que tenho muita preocupação e, opá, eu trato-a mesmo como se fosse uma filha, honestamente (risos), ando ali ao colinho com ela e tudo e levá-la ao médico, que neste caso é o veterinário, p'ra mim não é nada exagerado e acho que faz todo o sentido esse termo.

Os entrevistados desta amostra defendem que a antropomorfização do animal é uma questão que tem de ser cuidada e mostram-se preocupados com a crescente necessidade de alguns seres humanos humanizarem os seus animais de companhia, salientando as roupas e alguns acessórios como exemplo dessa humanização.

Podemos constatar que, no geral, todos os entrevistados nutrem bastante afeto pelos seus animais de companhia, isso é evidente em todas as entrevistas, quer ao longo da entrevista, quer lendo os textos que escreveram para falar sobre os seus animais de companhia.

### **Representações sociais sobre os animais**

Dentro do que diz respeito às representações sociais sobre os animais de companhia, o objetivo era perceber como os tutores entendem o que é um animal de companhia bem como entender como veem o bem-estar nos humanos e nos animais no geral e, ainda, compreender como os tutores apreendem o papel social dos animais, nomeadamente os animais de companhia. Quando perguntado o que significava, para o entrevistado, um animal de companhia, a resposta que sobressaiu foi “É uma companhia” seguido de serem quem dá movimento à casa, quem marca presença, mas também seres que merecem cuidado e respeito.

Para a tutora da Nata, um animal de companhia vai além de um gato ou de um cão:

Então, um animal de estimação...é assim, acho que não há propriamente uma...um tipo de animal, acho que pode ser vários tipos, pode ser um gato, um cão, um peixe, um pássaro, várias coisas. Para mim, no fundo, é aquela ideia de viverem em casa connosco, aquela ideia de ser domesticado, not animal selvagens, né, esses pertencem lá fora e, portanto, tenho muito essa ideia de ser um animal que nos faz companhia, que vive connosco, que partilha o espaço connosco, acho que no fundo é um bocado dessa a ideia...

Assim como defende também a tutora do Dinky: “Não é só um cão e um gato, mas é qualquer animal que tenhas em tua casa ou onde quer que tu vives, / *guess*, e a família ou a pessoa ‘tá encarregue por o cuidar e o bem-estar daquele outro ser vivo, digamos assim”.

Já na perspetiva do tutor da Kira e do Guinness, os animais de companhia são apenas os cães e gatos, contradizendo a opinião anterior. Já no grupo dos mais velhos, o tutor do Ruca e Jardel revela como o animal de companhia é, para si, como uma pessoa:

Um animal de companhia, para mim, é uma alegria, quer dizer, é uma alegria e é como uma pessoa. É como uma pessoa, tanto é que eu...eu sou muito meigo com os animais, gosto muito dos gatos e tudo, tanto é que quando tive o acidente da gata, quando ela teve o acidente [tiveram uma gata que faleceu por queda da varanda], eu chorei, chorei, chorei, chorei e não tenho medo de o dizer. Já a minha Tita, quando morreu, [outra gata que teve e que faleceu aos 21 anos] mas essa foi por doença, também chorei. Gosto muito, muito dos animais....

Para o tutor das Cali, Mimi e Ária, os animais de companhia são presença natural na família:

(...) Portanto, os animais...eu acho que é um bocado também a forma como as pessoas, no meu caso, as pessoas foram educadas. Como fomos educados sempre a ter animais de companhia, é uma coisa que é natural, é uma coisa natural, (...) Portanto, é...não tenho aquela ideia que os animais têm os mesmos direitos que os humanos...eu compreendo que a natureza, todos temos de respeitar a natureza, seja uma árvore, seja o que for, sim, mas não deixa, talvez pela educação que eu tive, não deixa de fazer essa distinção. É evidente que eu nunca deixaria que alguém fizesse mal à minha cadela, como é evidente até porque ela é amorosa, não faz mal a ninguém, (...) Mas faço essa distinção, reconheço que para mim não é...há uma diferença, não é? (...) pronto, respeito, gosto, boa relação, não gosto de fazer mal aos animais, quero protegê-los, tranquilo, mas é diferente.

Como constatado, a presença dos animais na vida dos seus tutores possui significado de proximidade ao humano e de fazer parte de algo que é comum, ou seja, o animal abandona a sua categoria social de animal de companhia e passa para membro da família, há uma valorização do papel social do animal. O animal passa a assumir um lugar efetivo como membro da família, come com os tutores, brinca com os tutores, partilha rotinas e, em certos casos, assume o papel de filho, passando o tutor a usar dominações como “mãe” e “pai”, como é exemplo da tutora do Max que afirma que a neta se considera como mãe do Max. Para a tutora do Duque e, assim como para o tutor do Ruca e do Jardel, aos seus animais de companhia só lhes falta falar. Ao perguntar acerca da importância dos seus animais de companhia no seu dia a dia, os tutores prontificaram-se em ressaltar o quão importantes são, ao ponto de não se imaginarem sem eles, seja pela sua companhia, seja para os ajudarem a combater o stress e ansiedade, são uma figura importante para o seu bem-estar, revelam mesmo saber que sentiriam um vazio se não os tivessem à sua guarda. Para a tutora da Nata, a sua gata veio preencher o vazio que tinha ficado com a emigração da sua mãe e irmã:

Muita importância, muita importância... Falo isso um bocadinho no texto. Posso contar um bocadinho a história, né. Ela veio pra minha casa numa altura em que a minha irmã e a minha mãe foram pra fora, eu ia ficar sozinha, foi nessa transição de ficar sozinha, e portanto ela ajudou-me muito nesse processo porque ela 'tá comigo mesmo desde o primeiro dia que elas foram e, portanto, não substitui é claro, mas ajudou-me a lidar com a possível solidão que eu teria e acho que acabei por não ter por a ter comigo e portanto sou muito apegada a ela por causa disso, que ela teve nessa altura e ajudou-me a ultrapassar essa altura e faz-me imensa companhia, né, para eu não estar sozinha, é ela que eu tenho ali todos os dias.

Para a professora de francês, ela sente claramente essa diferença quando passa pequenas temporadas sem eles:

Eu noto sobretudo quando não estou com eles, quando...quando por algum motivo eles vêm de férias com a minha família aqui para a casa de férias, os dias que passamos no Porto sem eles a casa não parece a mesma, estamos habituados a chegar a casa e ter sempre ali os dois bichos de quatro patas à nossa espera e nota-se bastante diferença ou quando eu vou passar o fim de semana fora, não estou em casa durante uns dias sinto falta deles...sinto...há uma ligação afetiva nítida com os animais...

E, ainda, para a tutora da Xana, só percebeu os efeitos que um animal de companhia realmente poderia ter nela quando teve a sua gata: "Olha, a Xana... Olha, eu era uma daquelas pessoas que não precisava de ter um gato até ter um gato, percebes? Por isso, sim, ela é muito importante porque, sei lá, ela percebe como é que eu estou, né, então é muito querida, é muito querida...". Para a jovem de 25 anos, tutora do Sonny, do Simba e da Luna, a emoção fez-se sentir logo que a pergunta foi feita quando pensava em como expressar por palavras a resposta: "Eu acho que é a parte mais importante [sorri de forma larga]. Porque eles mostram amor... eles, eles têm uma relação connosco verdadeira e... não sei, acho que eles demonstram bastante aquilo que nós somos também."

No que diz respeito ao bem-estar e conforto, os tutores foram questionados, primeiro, acerca do que significa para eles bem-estar e conforto no geral e, de seguida, de que forma isso é aplicado aos animais, também. Quando questionados sobre o bem-estar e conforto, as respostas variam. O grupo dos mais jovens menciona o facto de ter dinheiro, a perspetiva capitalista, como uma resposta para o bem-estar e conforto, mas não só. Para a tutora da Nata, o bem-estar e conforto resume-se a: "(...) ter o que tu consideras essencial, não é? Pá, neste caso teres uma casa, teres água, luz, essas coisas, teres comida e o conforto é isso, teres um sítio que chamas teu, que tenha aquelas mínimas coisas que façam do sítio teu e que te ajudem a considerar esse sítio como teu e na vida em geral é, acho que também, teres uma rede de contactos e de apoio emocional, também se calhar teres uma atividade profissional que te satisfaça, né, toda essa ideia de estar bem e de estares confortável passará por essas várias coisas." Para o tutor da Amora, Mel, Nala e Pablo, o bem-estar reside em ter alimentação disponível, noites bem dormidas e viver mentalmente bem, estando bem com nós próprios e com os outros.

Quanto ao grupo dos mais velhos, as respostas são semelhantes também entre si e com a dos mais jovens, nomeadamente no que toca à parte económico-financeira. Todos os entrevistados mencionam a estabilidade económica como um dos principais fatores do bem-estar, assim como o exemplo do tutor da Cali, da Mia e da Ária:

O bem-estar e conforto é isso mesmo.... Há uma grande diferença entre conforto e luxo. O conforto são um conjunto de condições mínimas que nós devemos ter para vivermos bem, confortavelmente, e, como eu costumo dizer, sem preocupações mínimas, que nos permitem pensar um bocadinho mais além. Ter o conforto, ter as condições mínimas, permite-nos pensar doutra forma da vida, não estar centrado nas questões físicas, mínimas de sobrevivência. O conforto é para além das questões de sobrevivência.

Na segunda parte da questão do bem-estar, aplicada aos animais, a resposta foi unânime entre os dois grupos: alimentação, higiene, abrigo e carinho são o essencial para garantir uma vida de qualidade aos animais de companhia. É curioso analisar as respostas entre as duas questões. No mais elementar, as diferenças são poucas, a alimentação e abrigo são transversais quer aos seres humanos, quer aos animais de companhia, mas a instantaneidade da resposta para os animais foi diferente. Houve uma dificuldade da parte dos entrevistados em conseguir responder quando lhe perguntado sobre o bem-estar e conforto para os seres humanos, incluindo eles próprios, no entanto, quando perguntado para os animais, a resposta foi imediata.

Os entrevistados foram ainda questionados sobre o que pensavam da diferença das relações entre os animais de companhia e restantes animais, nomeadamente, os animais da agropecuária. Esta questão foi a que mais suscitou discordância entre os grupos, embora dentro de cada grupo a opinião fosse semelhante entre eles. Todos souberam evidenciar as diferenças existentes e grande parte entende que é uma situação normal devido ao processo histórico e cultural da humanidade. A professora de história assim o argumenta:

Isso aí tem um bocado a ver com...com a evolução da própria...das características da vida económica e social, não é, dos humanos, que faz com que haja uma perspetiva diferente a estes dois tipos de animais, não é. (...) E depois a outra parte que implica...que tem muito a ver com a nossa sobrevivência, não é, que nós não valorizamos, não é, mas que de facto a gente sabe que os animais são tratados de uma forma desumana, digamos, porquê estão todos a monte, não é, não tem condições nenhuma de refrigeração, digamos, porque o objetivo ali é criar aqueles animais para serem mortos, não é, destinando-os à alimentação humana, não é, e falo de galinhas, porcos, o gado bovino... às vezes nas viagens de autoestrada custa-me um bocado quando a gente se cruza com camiões de...isso é visível muito com porcos, não é, de os bichos irem ali todos fechados, não é, todos amontoados e acho que aquilo acaba por chocar um bocadinho, não é.

No grupo dos mais jovens, é mais notável a contestação em torno destas diferenças das relações, há uma consciencialização da forte desigualdade que existe nas relações entre o ser humano e os

diferentes animais, no entanto, essa consciencialização entra em conflito quando entra no tópico sobre comer carne ou não, um tanto polêmico, se o podemos afirmar, no grupo dos mais velhos, e que foi referenciado anteriormente. Algo com que todos concordam em ambos os grupos é a falta de condições presentes nos matadouros e, não só, durante o próprio transporte dos animais para os locais de abate. Os entrevistados acreditam que a carne precisa de fazer parte da alimentação do ser humano, nomeadamente os mais velhos, mas defendem melhores cuidados desses animais até ao destino final. A resposta de um dos entrevistados do grupo dos mais velhos, evidencia a sua posição a favor do consumo da carne, mas contra determinadas práticas, como a caça desportiva, defende os animais domésticos para alimentação pura e simplesmente, sendo contra qualquer outra prática que vá além disso:

Primeiro não estão tão próximos de nós. Nós não os deixamos entrar... Não deixamos entrar galinhas em casa, não é, mas a Cali deixo. (...) Agora nós isso não fazemos com as galinhas, não é? Agora, eu costumo dizer que mesmo que os animais domésticos, que são para a nossa alimentação, eu costumo ter o mesmo espírito que os índios, ou seja, nós...a mim não me dá prazer nenhum matar uma galinha.... Portanto esse ato que tem de ser feito, como os nossos antepassados faziam, e só se faz porque é necessário, eu não concordo muito com a caça desportiva. Nem muito, nem pouco, sou completamente contra, não é. Esse espírito...isso não é uma coisa...não é uma grande novidade que os índios eram assim, eles não matavam por desporto, só matavam o que era necessário para a alimentação da aldeia, mais anda. Os europeus é que começaram a inventar esse espírito de...das caçadas para os reis andarem ali atrás das coisas, não é. Isso, completamente contra. As caças desportivas, completamente contra. Agora, os animais domésticos, isso sim, e quem tiver condições para isso, nós temos, é evidente que um bolo feito de ovos das nossas galinhas, não é a mesma coisa do que um bolo feito por ovos do supermercado, faz diferença. A carne é igual. Não é a mesma. Tem outra textura, as proteínas são...tem outra qualidade e, portanto, eu faço essa distinção entre os animais que são, digamos assim, para nosso sustento, e são as galinhas, os patos, etcetera, que eu sempre tive desde miúdo, e os animais de companhia que são aqueles que são tratados quase como família, não é. Não é a mesma coisa. Nós não os comemos.

Já a professora de francês é a única que se destaca com uma posição diferente dentro do grupo dos mais velhos, afirmando:

(...) Acho que isso é uma relação completamente diferente que se cria com um animal que é o nosso animal de companhia ou com um animal que tens li e estas a alimentar e que um dia destes vai para a panela. As pessoas têm patos e galinhas e coelhos e que os criam, mas que o intuito é...como acontece muito nas zonas rurais, não é, os animais fazem parte da alimentação...do pacote de alimentação familiar. A mim faz-me um bocado de aflição porque eu não vivi isso durante...ou vivi numa fase curta da minha infância, que a minha avó tinha galinhas mas foi uma fase muito curta da minha infância e de resto não...não vivi muito isso e portanto a mim faz-me aflição no sentido de perceber que...e respeitar que há pessoas que...é assim que vivem toda a vida assim e...mas...e eu não conseguiria faze-lo...transformaria de certeza essa



bicharada toda em bichos de companhia porque se tivesse de os alimentar e tomar conta deles era incapaz de os mandar para a panela.

Como exemplo do grupo dos mais novos, para a tutora do Dinky a diferenciação das relações não é algo que faça sentido:

Para mim é muito estranho, porque...pá, não faz sentido a diferença dessas relações, de como é que nós olhamos para um cão e achamos “oh que fofinho tenho de tomar conta dele, tem de estar confortável e tem não-sei-quê” e depois olhamos para uma vaca ou um porco ou o que seja e vemos-lo como, sei lá, animal de trabalho, ou apenas como um fim não tão emotivo de que ‘tá...acho que é muito aquela relação também da dominação do ser humano sobre a natureza e as outras espécies, porque nós olhamos para essas espécies e basicamente estão lá para nos servir a nós, né, seja em termos de alimentação ou por exemplo, às vezes, apoiarem no trabalho agrícola e utilizarem máquinas e não-sei-quê, portanto não faz muito sentido essa distinção, para mim.

Analisando esta questão, podemos perceber que há uma diferença no perfil geracional dos entrevistados quanto a este tópico. Para as pessoas mais velhas, a ideia de comer carne remonta aos inícios da vida do ser humano, é aceite como algo normal, inquestionável, embora condenem e até, em certos casos, não são capazes de ver algo associado ao processo do abate do animal, aceitam que seja esse o fim para esses animais, é importante, também, salientar que a região geográfica destes entrevistados tem influência na forma como percecionam estas questões. Os entrevistados mais velhos, na sua maioria, residem em zonas rurais e estão ligados ou estiveram ligados à agricultura, quer seja atualmente, quer tenha sido na infância, como alguns o relataram. No que diz respeito aos mais jovens, nota-se a consciencialização para estes fenómenos, mas a distância entre a consciencialização e as ações ainda é longa, uma vez que, embora alguns entrevistados, nomeadamente as mulheres, tentem praticar hábitos alimentares onde excluem a carne o mais que lhes é permitido, o hábito da carne ainda reside para os entrevistados, como foi referido anteriormente. É factual que as questões sociodemográficas têm impacto nas escolhas dos indivíduos e o mesmo se nota na amostra presente neste trabalho. Fatores como idade, zona de residência e nível de escolaridade são preponderantes na forma como os indivíduos encaram as relações na sociedade.

## **2.2.2 Quotidiano e condições sociais dos animais de companhia**

### **Coordenadas espaciais dos animais de companhia**

No que diz respeito às coordenadas espaciais de ocupação da casa por parte dos animais de companhia, é difícil fazer um claro mapeamento dessas coordenadas, algo que se estava a pensar fazer, uma vez que, em muitos casos, os animais têm total liberdade para andarem pela casa toda e os tutores

não conseguem ou sequer sabem ao certo onde andam. Isto deve-se ao facto da maioria dos entrevistados terem uma vida ativa, ou seja, trabalham e/ou estudam, e, por isso, passam algumas horas fora de casa, não conseguindo relatar por exato o que os animais fazem durante o dia. À exceção do Simba, um cão de 12 anos sob o cuidado de um dos entrevistados, de 25 anos, do Guinness e da Kira, cães de um jovem de 24 anos, do Dinky, um outro cão de uma entrevistada do grupo dos mais jovens, dos animais de companhia de um senhor de 71 anos e dos cães do caçador, os restantes têm livre-trânsito por toda a casa. O motivo pelo qual estes animais têm acesso restrito à casa passa pelo facto de deixarem cair muito pelo e, por isso, ser um incómodo para os tutores, um outro motivo acrescenta-se à interdição do espaço interior da casa quer dos animais de companhia do senhor de 71 anos quer do Dinky em ambos os casos explicada pelas alergias que os seus tutores ou elementos do agregado familiar têm ao pelo do seu animal de companhia. Assim, como afirma o senhor do grupo dos mais velhos: “A Cali não entra em casa e mesmo as gatinhas, quando elas ficam cá dentro, a [esposa] tem sempre de ter o cuidado de aspirar bem a sala porque a minha [filha], se ela entrar em casa e se as gatas tiverem andado dentro de casa, ela começa a espirrar e não para.”.

Tal como com as atividades ao longo do dia, os tutores não sabem denominar ao certo o que os animais fazem pela sua ausência durante o dia, mas acreditam que brincam, quer dentro de casa, quer fora de casa para aqueles que têm acesso ao exterior, e dormem. Assim, como afirma um tutor de 4 gatos, do grupo dos mais jovens, acerca dos seus gatos: “Eles andam por aí. Nós temos um pátio e é aberto, tem monte ao lado e eles estão por lá, ou às vezes estão cá dentro a dormir”. E a professora de Francês, do grupo dos mais velhos, diz, também acerca dos seus gatos: “Acordam, andam atrás de nós, ao fim da manhã dormem e depois na hora de almoço andam por ali a ver o que se passa, se alguém tiver a comer em casa e depois de tarde dormem a tarde inteira, basicamente até à hora de comer, dormem depois andam outra vez ativos assim até às 11h por aí, 11h e tal, e depois vão dormir outra vez.” No caso dos entrevistados que têm cães como animais de companhia, o mesmo se aplica a eles. Assim, como refere a tutora do Simba, do grupo dos mais jovens, acerca do seu companheiro: “O cão normalmente dorme cá dentro e está lá fora no jardim a ser livre todo o dia” e a senhora de 75 anos sobre o seu Max:

De manhã, ele vai à porta do quarto, quando eu demoro um bocado a levantar, que a Cláudia [a neta] pega às duas e meia e sai às onze e o João [namorado da neta] pega às seis e vem comer e depois torna a ir para o trabalho e torna a vir e depois vai para a faculdade, que ele anda na faculdade, e ele fica entregue a mim. E ele começa [faz barulhos como um cão a ganhar], como a quem ‘então, não te levantas’ e eu vou lá fora com ele, deixo-o fazer o número um e o número dois. Ele vem para dentro. Aguiinha limpinha todos os dias, comerzinho fresquinho todos os dias. Às vezes chamam-me ali nas escadas e ele fica ‘alto, vem aí um ossito ou alguma coisa e é para mim’. Eu lá lhe ponho aquilo e aquilo não lhe vai fazer mal. E pronto. E depois comemos,

às vezes dou-lhe qualquer coisita e ele fica ali. Entretanto são horas de ir buscar as crianças e 'venho já, não faças asneiras'.

### **Organização do dia a dia**

Neste seguimento, e de acordo com o guião de entrevista, perguntou-se acerca do quotidiano dos animais que pode ser referido aqui. Este grupo de questões visa tentar entender a organização do dia a dia do animal, assim como os cuidados de higiene, veterinários e de alimentação e, ainda, se os animais dispõem de brinquedos favoritos. O objetivo passa por compreender a forma como os animais de companhia são tratados pelos seus tutores e como isso reflete a sua condição social de animais de companhia. De um ponto de vista geral, os tutores, ao descreverem o dia a dia dos seus animais, pouco se distanciaram uns dos outros: os animais acordam, comem, brincam, dormem, brincam, comem e assim passam o dia.

### **Cuidados de alimentação, higiene a veterinários**

Quanto aos cuidados de higiene, veterinários e alimentares, a maioria também não se diferenciou muito: na alimentação baseiam-se em cumprir os ditos dos veterinários, dando rações normais indicadas para cada espécie, tendo sempre o cuidado em não dar tanto da nossa alimentação, uma vez que os tutores anseiam que possam desenvolver doenças nos seus animais, sendo que a Nata, gata de uma entrevistada de 23 anos, tem uma tutora bastante preocupada que tem o cuidado de ler os rótulos das embalagens alimentares, procurando sempre tentar dar a melhor refeição de qualidade à sua gata. Na higiene, os entrevistados também se mantiveram bastante coerentes entre si, limpando a areia todos os dias e/ou trocando-a com frequência, e, no caso dos cães, fazendo os passeios higiénicos duas vezes ao dia, sendo que, no caso do Guinness e da Kira, cães do entrevistado de 24 anos, o mesmo tenta ter alguma atenção aos ouvidos dos seus cães, porque ganham bastantes otites. No que diz respeito aos cuidados veterinários, no caso do Simba, cão da entrevistada de 25 anos, ele precisa de cuidados mais fora do normal, uma vez que tem hipotiroidismo<sup>30</sup>, o que o obriga a tomar uma medicação duas vezes por dia; a Nata tem taças de vitrocerâmica, uma vez que desenvolveu uma alergia ao plástico das taças dos alimentos e da água; no caso do Kenny, sempre que o pincher vai dar os seus passeios higiénicos, o tutor tem sempre o cuidado de lhe limpar as patas com um toalhete antes de entrar em casa porque o cão é bastante sensível e basta ter uma pequena areia que começa a choramingar.

---

<sup>30</sup> "O hipotiroidismo é uma das patologias endócrinas mais frequentes nos cães (0,8%), sendo rara nos gatos. Caracteriza-se pela redução da atividade da glândula tiroideia, com consequentemente queda nas concentrações das hormonas T3 e T4 circulantes, e provocando uma diminuição do metabolismo nos animais afetados." (Google, 2022)

## Objetos favoritos

Quanto aos brinquedos, grande parte dos entrevistados afirmou que os seus animais de companhia possuíam algum objeto ou brinquedo favorito. Para a Nata (gata), o seu item favorito é um cordão de sapatilhas; para o Kenny (cão), é um peluche que o acompanha para todo o lado; para a Xana (gata), é o tripé que a tutora comprou próprio para ela; para a Leo (gata), é uma bola de brincar; para o Thor (gato), são as meias do tutor; para a Luna e o Zizou (gatos) são os típicos brinquedos para gatos, uma bola ou ratos de brincar; para a Amora (gata) são as fitas do cabelo e bolas de papel e para os outros gatos, companheiros de casa, gostam de “roubar” *pot-pourri* e correr pela casa; para a Cali (cadela) é uma bola; para o Duque (gato) é um pinguim de peluche que nunca o larga. Os restantes animais de companhia dos outros tutores não possuem qualquer objeto ou brinquedo favorito. O objetivo destas questões é perceber a forma como os tutores tratam os seus animais de companhia e perceber as suas necessidades no dia a dia. A tutora do Duque, de 68 anos, acrescentou ainda que o seu animal tem uma caixa própria para brinquedos e constatou que o animal tem acesso livre a essa caixa, indo buscar os brinquedos que quer e quando quer e, inclusive, brincar com a própria caixa: “(...) Mas ele tem uma caixa de brinquedos e vai lá buscar quando quer e depois vai para dentro da caixa, ele coça lá as unhas todo contente e tem um bom coçador de unhas, mas ele quer aquilo. Então às vezes ele traz os brinquedos e às vezes vai lá colocá-los no sítio, eles aparecem lá dentro depois (risos).”

### 2.2.3. Perceções da subjetividade e agência dos animais em situações de interação

Entrando numa análise mais minuciosa das entrevistas e seguindo de perto o estudo de Alger & Alger (1997) que serviu como base para as entrevistas realizadas no âmbito deste trabalho, é possível afirmar que os indivíduos acreditam que os animais têm sentimentos e consciência, tendo sido bastante salientado, de forma geral, a presença de consciência em diversos momentos: quando o tutor precisa de ralar com o animal por alguma asneira que tenha feito através de manifestações, ao correrem, quando veem o tutor, ou ao sentirem-no aproximar-se, ou ao olharem com muita atenção para os seus tutores. A presença de sentimento também é um facto para os entrevistados, principalmente no reconhecimento de dor. No entanto, no que toca aos animais ligados à agropecuária, se bem que o reconhecimento de dor seja transversal a todas as entrevistas, em algumas é possível sentir-se alguma hesitação e, após alguma reflexão, obtêm-se respostas como a da professora de História do ensino básico:

Não sei...eu aí tenho um bocadinho....embora a gente conheça casos, mas são casos mais isolados, não é todo um conjunto dos animais, em grandes quantidades, não é, de animais que até têm um comportamento...porque lidam mais com os humanos, não é, porque estão mais

em contacto com eles e nós até ficamos admirados de como é que eles têm um determinado tipo de reações, não é?

Ou do caçador:

Eu acho que não. Principalmente os porcos, principalmente. Porque nós ouvíamos desde...eu tenho a idade que tenho e o que é certo é que ouvimos desde o tempo dos nossos avós que o porco é um animal bastante, digamos, controverso em relação ao ser das pessoas. Porque, por exemplo, diziam os nossos avós que o porco se levanta 7 vezes de noite para tentar vir morder no dono. Era o que a gente ouvia falar no passado. Não sei se é, se não é. Agora os animais, no caso das vacas e tal já não vou por esse caminho (...).

E até mesmo no grupo dos mais jovens, um dos rapazes afirma também que não acha que os animais da agropecuária tenham sentimentos e consciência.

Quando questionados acerca de se aperceberem de antecipação de comportamentos ou escolhas entre alternativas, as respostas muitas vezes não estavam a ir na direção pretendida, talvez pela formação da questão ou talvez por falta de compreensão do entrevistado, o que se sentiu mais no grupo dos mais velhos. Assim sendo, através de tentativas de arranjar exemplos que pudessem ser demonstrativos de aonde se pretendia chegar, mas sempre sem tentar condicionar as respostas, os entrevistados acabaram por procurar responder. As respostas dentro deste tópico das interações sociais, muitas vezes foram curtas. Quanto aos animais anteciparem situações, muitas das respostas foram negativas, isto é, os entrevistados não notavam este tipo de comportamentos nos seus animais de companhia. No entanto, exatamente como no estudo de Alger & Alger (1997), onde os autores perguntam aos seus inquiridos se os seus gatos conseguem antecipar coisas numa tentativa de entender se estes animais conseguiam avaliar o futuro, os entrevistados no presente estudo responderam notar antecipação nos seus animais de companhia, nomeadamente em atitudes como a de se aperceberem que iam ao veterinário e, também, na chegada dos seus tutores a casa depois de uma saída ou dia fora.

Como revela a professora de Francês acerca dos seus dois gatos, o Zizou e a Luna:

Sim, sim. Se apercebem quando nos começamos a organizar as coisas para sair que eles põem-se ali na entrada como quem diz 'vais embora' e, da mesma forma, que nos percebem quando estamos a chegar. Muitas vezes estamos a estacionar o carro cá fora na rua e eles já estão na janela e depois vêm-nos buscar à porta. Sim, há ali uma série de coisas que terão o tal sexto sentido mais apurado e que percebem determinadas coisas.

E a tutora da Nata que refere perceber um certo comportamento na sua gata que lhe diz que já sabe que vão sair de casa, sem ser necessário estarem a preparar-se para isso:

Acho que sim. Sinto...ela percebe quando vamos sair e às vezes não é porque já nos estamos a calçar e já prontos a sair. Lá está, há ali qualquer coisa que nós fazemos que ainda não consegui perceber o que é, que ela já se começa a perceber, e eu noto porque ela fica ali sentadinha, direitinha, toda enroladinha a olhar para nós assim com os olhinhos, noto isso. Mas eu acho que

há pessoas que até dizem que eles sentem quando está alguém perto de morrer ou... eu nunca experienciei isso, mas honestamente não duvido porque eles têm muita sensibilidade e acho que, lá está, conseguem perceber algumas coisas que a gente às vezes não consegue perceber.

Não foram só os tutores de gatos que se aperceberam deste comportamento, mas também podemos ver estes comportamentos nos cães, como é no caso de um dos cães do jovem de 24 anos, a Kira: “Sim, ou quando faço as malas, que a minha cadela fica presa no chão e agarra-se ou vai para a sala para se esconder para não ir... (...)”.

Assim como também se sente no cão Kenny, animal de companhia de outro dos entrevistados do grupo dos jovens:

Sim, o meu noto muito, por exemplo, basta lhe dizeres “vamos à rua” ou então pegar na trela dele, ele fica tipo muito entusiasmado ou então basta abrir a porta da casa de banho e dizer “vamos ao banho”, automaticamente começa a correr para o quarto para se esconder. Eu acho que vai da personalidade como nós, seres humanos, cada animal tem a sua personalidade também, há cães que tipo percebem as coisas mais do que outros, como nós, seres humanos, é igual, por isso eu acho que vai dependendo da personalidade do animal.

Ainda tomando por base o estudo de Alger & Alger (1997), foi questionado sobre se se apercebiam que os animais de companhia se apercebiam de algo que os tutores não estavam à espera de que eles percebessem. Uma entrevistada respondeu que o seu gato puxava a corda de um brinquedo porque sabia que se o fizesse, o brinquedo ia mexer-se, então, com a boca, o gato puxava a corda e “ficava a ver o rato saltar (...) ele percebeu como se fazia e passado um bocado como não estava lá ninguém, ele desenrascou-se.”

Outra entrevistada refere como a sua gata soube brincar “ao busca”, sem nunca ter sido ensinada, como soube ir buscar o cordão para perto dos tutores para os incentivar a participar em brincadeiras com ela e, ainda, como soube usar a caixa de areia sem que fosse ensinada para isso: “(...) eu achei incrível como ela sabe brincar ao busca e nós nunca lhe ensinamos a brincar ao busca. Foi tipo desde início, ela pequenina, que só uma vez atiramos uma bola e ela apareceu com a bola na boca para nos devolver. (...) então ela, quando ela quer brincar, lá vem ela com o cordão na boca pela casa toda atrás de nós para brincar e nós nunca lhe ensinamos isto. Mesmo a questão da caixa de areia (...) no dia que eu a trouxe para casa e a soltei, porque ela vinha na transportadora, ela foi direita à caixa de areia, nós nunca tivemos de a ensinar a usar a caixa de areia, ela já sabia e eu sabia que a família não ensinou, então é mesmo estranho.”

Outra tutora, desta vez de um cão, o Dinky, afirmou que o seu animal de companhia sabe abrir portas, coloca as patas no puxador e abre, o que obriga os tutores a fechar a porta do acesso à cozinha à chave. Outro tutor afirma que as suas gatas conseguem abrir a porta da marquise. A tutora do gato

Duque, relata a sua experiência quando o seu marido ou até o vizinho chegam às suas casas, o seu gato, próximo à hora de chegada dos dois, coloca-se à porta e fica ali a aguardar. Outra coisa que esta tutora de 68 anos reparou foi que, aquando da morte do seu pai que vivia com ela e com o marido e com o Duque, o gato parecia triste, como se sentisse a falta dele e ela percebia-o: “Porque ia para o sítio dele, ia para o cadeirão do meu pai e miava. Eu aproximava-me e ele miava, como quem diz “ele não está aqui”, mas é a minha percepção...”.

No que toca ao objetivo de perceber, assim como Alger & Alger (1997), se os animais são capazes de realizar escolhas entre alternativas, o que é importante “na conceção interacionista simbólica do pensamento porque requerem uma conversa interna sobre as consequências futuras” (p.74), os tutores, na sua generalidade, basearam as suas respostas na alimentação. Isto é, os seus animais de companhia faziam escolhas entre comidas, como no caso do Kenny, um pincher de 5 anos, que se tiver de escolher entre a comida própria para ele e um bocado de frango, ele vai optar pelo frango. No caso do Dinky, que é um cão de 12 anos, ele tinha a escolha de dormir protegido e abrigado dentro de casa, numa cama confortável, mas escolheu dormir no exterior da casa, em frente à porta da cozinha debaixo do telhado, num tapete e, ainda, como se apercebe que a noite será de trovoada:

(...) Ele, quando chegou cá a casa, nós pusemo-lo lá em baixo, no andar de baixo a dormir cá dentro, (...) com umas caminhas e umas almofadinhas e não-sei-quê, e ele durante uma semana, durante a primeira semana que ele ‘teve cá, não dormia, só chorava à noite a toda, chorava a noite toda, até que o meu pai, já no desespero da primeira semana, pegou e pô-lo lá fora e ele aí dormiu. A partir daí nunca mais dormiu dentro de casa e prefere muito...prefere, eu acho que prefere, e escolhe dormir lá fora. Mas agora, como tem medo da trovoada, por exemplo, nessa noite, nós até podemos não saber que vem aí uma trovoada ou qualquer coisa, e ele ‘tá mais irrequieto e não-sei-quê e pede pa’ vir dormir cá dentro ou começa uma trovoada e ele começa a pedir pa’ vir, começa a escolher onde quer estar... (...)

O mesmo acontece com os gatos da professora de Francês que, sentindo que o tempo está mais frio no exterior, escolhem permanecer no interior da casa ao invés de irem até à varanda e/ou procurarem o lugar mais quente na casa no inverno, assim como ela relata:

Sim, sim. Isso sim. Às vezes a varanda está aberta e eles metem os narizes cá fora e se, por exemplo, no inverno se aperceberem que está de facto frio só vai o nariz e voltam para dentro, que já nem vão lá fora porque acham que aquilo é muito frio para eles. Ou mudarem-se de lugar quando se ligam os aquecedores em casa para irem para o pé do quentinho ou da lareira, sim, sim. Essa busca de estarem mais confortáveis ou...fá-los tomar um conjunto de decisões, sim.

No caso dos animais da jovem de 25 anos, ela revela que os seus animais também realizam escolhas entre alternativas, quer os seus gatos, quer o seu cão:

Por exemplo, o gato quer sempre ir lá para fora, como tu podes ver agora, neste momento, ele está ansioso. Ahm... Se estiver a chover, eu abro a porta, eu própria “Vai Sonny”, ele põe uma

pata lá fora, vê que está a chover e volta. Portanto, ele faz a escolha (risos). O cão também faz escolhas, (...) nós temos uma barreira para ele não entrar nas coisas, certo? Onde a minha mãe trabalha existe uma barreira para ele não conseguir entrar, mas ao lado tem uma janela com um buraquinho e ele vai por lá e tenta fazer isso, apesar de saber que não pode, mas só faz isso se vir lá muita gente. Pronto, a escolha dele é ir por ali visto que não consegue tem uma alternativa...eles usam a cabeça, eles não são racionais, mas isso não significa que não consigam avaliar as situações.

Considerando o animal como um ser individual, questionou-se os tutores acerca das suas opiniões quanto ao facto de os animais possuírem, ou não, personalidades. A resposta foi unânime em ambos os grupos etários, demonstrando que os tutores estão cientes e acreditam que efetivamente os animais de companhia têm personalidades como as pessoas. Alguns apontaram a possibilidade de não poderem ser tão complexas quanto os seres humanos, mas com todas as certezas acreditam que têm personalidade. Rapidamente, os entrevistados começaram a atribuir características aos seus animais, mesmo tendo a pergunta logo a seguir para a fazer. Quase todos os entrevistados tiveram animais antes dos atuais e dessa forma usam a comparação entre eles para assinalarem as personalidades dos seus animais. O gato de um dos entrevistados do grupo dos jovens tem a sua personalidade vincada e o seu tutor apercebe-se disso: “Porque ele marca o espaço dele, se ele quiser que eu vá ter com ele, ele deixa, se não quiser, foge.”. No caso dos animais de companhia da entrevistada de 25 anos, a tutora apercebe-se da sua personalidade da seguinte forma:

(...) quando a gata está chateada, se tiver alguma caixa de papel, à volta fica tudo roído, por exemplo. Este gato tem a taça vazia, ele põe-se em frente à taça a olhar e mia de vez em quando, tens de lhe encher a taça e só depois de lhe fazeres festas é que ele come, portanto (risos), eles têm mesmo personalidade. (...) o cão... é assim... o cão é diferente, eu acho que ele reage de forma diferente às situações, mas ele próprio também tem personalidade. (...)

Quanto a outra entrevistada do grupo etário dos mais jovens, ela caracteriza a sua gata como tendo um olhar muito julgador, dizendo que o animal fica muito atento a olhar para qualquer pessoa que entra em casa, olhando de cima a baixo. Uma entrevistada do grupo dos mais velhos refere um comportamento peculiar num dos seus gatos, que é o de comportar-se como um cão, andando atrás das pessoas pela casa, intrometendo-se com qualquer pessoa que esteja com ele. A tutora refere uma passagem com a empregada de limpeza onde o gato brinca com panos, coloca-se em cima da esfregona, mete-se debaixo dos lençóis quando alguém vai arrumar a cama, entre outros exemplos, o gato é mais extrovertido comparativamente com a gata, que gosta de carinho e afeição, mas a iniciativa tem de partir dela, não é tão brincalhona quanto o gato. Outro entrevistado do grupo dos mais velhos, afirma:

Isso vê-se nas duas gatas. As duas gatas são diferentes. Por exemplo, a Ária é dominante e primeiro começa a comer ela e só depois é que deixa entrar a irmã, isso não há dúvida. Até o comportamento com...mas é engraçado no comportamento com a Cali, a Ária é a mais chorona,



portanto, se a Cali...às vezes a Cali corre para ela como se fosse fazer mal ou só para a assustar e ela não é que fuja, mas refila sempre, começa logo miau-miau, como quem diz “estás-me a chatear”. Se for a Mimi, não lhe liga nenhuma. Ela bem pode vir a correr que não lhe interessa nada. Não há dúvida nenhuma que frente à mesma realidade, têm comportamentos diferentes, isso não há dúvida.

Assim como no estudo de Alger & Alger (1997), os entrevistados ao descreverem os seus animais, realçam o quão afetivos são, atentam para as suas emoções, demonstram como eles se relacionam com os seus tutores e como reagem com as visitas que os tutores vão recebendo em casa.

Assim como realça a tutora do Duque:

Só consigo estabelecer a diferença entre eles, por exemplo, o anterior... São diferentes, acho que são como nós, as pessoas, em termos de humor, é...o meu Duque, quando se zanga comigo, quando quer alguma coisa, eu dou-lhe um petisquinho de vez em quando para ele não comer só comida..., ele fica todo contente e se eu não lhe der o petisco quando ele reclama, ele atira-se às minhas pernas, ele fica zangado comigo. Pronto, o outro não fazia isso, o outro.... Fica chateado, depois anda ali todo aparaltado, de rabo no ar, e os outros eram diferentes, gosta que lhe façam as vontades... Este é mesmo, é mais exigente, este é o gato mais exigente que eu conheci, já tive três, ou melhor, este é o terceiro, mas houve sempre gatos lá em casa dos meus pais, sempre houve gatos, o meu pai adorava gatos e sempre diferentes. Porque eu acho que ele não se fica só por aquilo que a gente lhe dá, agora não sei se é exigente ou teimosia, mas pode ser teimosia, mas o certo é que nós não mandamos ou dizemos, e às vezes a gente tira-o de um sítio e ele volta para lá. Depois a forma como ele comunica connosco, ele é...nós somos incapazes, eu e o meu marido, e o meu pai também era... Ele enquanto foi crescendo, foi desenvolvendo capacidades quase como as crianças...

E ainda o tutor do Ruca e do Jardel que sente o carinho dos seus animais de companhia quando eles estão deitados ou sentados do lado dele ou em cima dele e agarram-se a ele fazendo pequenas brincadeiras.

As interações entre os tutores e os animais não são, pois, resultado apenas de iniciativas dos tutores, mas, numa grande parte, são incentivadas pelos próprios animais, principalmente no que diz respeito a brincadeiras. Como mencionado anteriormente, a gata Nata toma iniciativas para brincar, indo buscar o cordão, trazendo-o para perto da tutora e ficando a olhar para ela esperando que a mesma pegue no cordão. No caso do pincher Kenny, acontece de forma semelhante, vai buscar o seu peluche favorito e trá-lo para perto do tutor, ladrando para o chamar a atenção para brincarem juntos. O mesmo acontece com a cadela do entrevistado de 71 anos, a Cali, que vai buscar o sapato e leva-o para junto dele para ele também o atirar para ela poder correr atrás. Outro entrevistado do grupo dos mais velhos refere também a forma como um dos seus gatos, o Jardel, se atira aos seus pés para brincar. No que diz respeito à interação entre os animais de companhia, aqueles que tinham mais do que um animal, garantiram que todos se davam bem entre si, sendo da mesma espécie ou não.

## Rotinas

Em termos de rotinas, nota-se que os tutores percebem o quão importantes as rotinas são para os seus animais e como eles as cumprem prontamente, denotando-se uma rotina familiar que inclui os animais de companhia. Estas rotinas compreendem o acordar de manhã, alimentá-los, brincar com eles, tratar da higiene deles (no caso dos gatos, verificar as caixas de areia e no caso dos cães, levá-los a passear) e repetir à hora do jantar. Estas rotinas familiares, assim como afirmam Alger & Alger (1997), “são exemplos de “rituais de interação natural” nos quais os participantes estão mutuamente conscientes de focar a atenção no mesmo objeto ou ação. Esses objetos e/ou ações tornam-se então a base para o surgimento de representações coletivas que, por sua vez, podem ser chamadas no futuro para regenerar o clima comum e o vínculo que une os participantes em uma realidade compartilhada.” (p.78). Os animais descritos pelos seus tutores, nas entrevistas, apresentam evidências através dos seus comportamentos de como agem em torno de objetivos e como colocam as coisas em perspectiva. Ou seja, quando um animal pega num brinquedo e sabe que se puxar a corda, ele vai mexer, ou quando está na janela e vê o seu dono a chegar no carro e se posiciona em frente à porta à espera que entre em casa, denota uma certa percepção em torno de ações dos tutores que os levam a orientar a sua ação de um determinado modo.

Assim como constatam Alger & Alger (1997), a interação simbólica é algo que vai mais além de se ser da condição humana, os animais inscrevem-na em vários contextos situacionais. No caso dos animais domésticos, a situação é a mesma, os animais agem de forma a serem enquadrados no seio familiar onde estão inseridos e isso é bastante impulsionado pela forma como os tutores veem os seus animais domésticos, quase ou até mesmo como filhos, comparando certos comportamentos deles a crianças e havendo, inclusivamente, um respeito bastante grande pela individualidade de cada animal no seio da família. Há um sentimento de pertença bastante forte que liga os tutores aos animais de companhia, os animais sabem todas as formas de chamarem a atenção dos seus tutores de modo a terem as suas vontades realizadas, ou seja, eles adotam comportamentos em função daquilo que pretendem alcançar.

A interação simbólica, desta forma, reside nesta pretensão de agir em prol de um sentido para a ação, um fim que o animal intenta e/ou tem planeado, seja saber que tem de mudar de sítio se não conseguir aceder a determinada divisão, seja saber que se o tutor pegar na trela, é sinónimo de ir passear, ou até mesmo ir buscar o brinquedo para o trazer para junto do tutor para o obrigar a brincar

com ele. Todas estas atitudes demonstram a presença da interação simbólica nos animais, o que nos leva a considerar que é relevante para a sociologia, finalmente, debruçar-se sobre estas questões.

### **2.3. Análise das fotografias e dos textos – o sentimento que liga os humanos e os animais de companhia**

Na segunda parte da entrevista, foi pedido aos entrevistados que partilhassem uma ou duas fotografias dos seus animais de companhia (ver Anexos – Anexo D) e justificassem essa escolha e que apresentassem um texto a falar sobre eles (ver Anexos – Anexo D). É preciso salientar o facto de nem todos terem partilhado as suas fotos ou até comentarem sobre as que escolheram, como é o caso do caçador, que não partilhou qualquer fotografia dos seus cães, e de mais três pessoas do grupo dos mais velhos que, embora partilhando uma fotografia dos seus animais de companhia, não responderam às questões associadas à fotografia. As mesmas pessoas também não escreveram previamente o texto sobre os animais de companhia, porém fizeram-no através do relato oral.

Numa análise generalizada, é possível constatar a dificuldade dos entrevistados em partilhar as emoções na presença de uma segunda pessoa. Quando foi pedido para dizerem como se sentiam ao olhar para as fotografias dos seus animais de companhia, o olhar encontrava as fotografias e o sorriso estava no rosto, mas as palavras custavam a sair. Uns encolhiam os ombros, outros suspiravam, mas, de forma tímida, acabavam por responder um “Sinto-me bem. Gosto muito do gatinho”, ou “Confortável, não é? Sinto-me assim preenchida e confortável, acho que sim”, ou “Uma mãe muito orgulhosa, fico muito babada ao olhar para essas fotografias e pronto, no fundo é isso, fico muito babadinha, fico com vontade de ir para casa ter com ela e de mandar as fotos para toda a gente, para toda a gente ver”, ou ainda “Sinto-me feliz. Sinto-me feliz porque é o nosso dia a dia também e quando, por exemplo, eu saio mais algum tempo de casa, sente-se a falta do Kenny”.

Retomando o conceito de objetivação social do animal de companhia, isto é, a forma como os tutores veem os seus animais, podemos constatar através das entrevistas realizadas que o papel do animal de companhia vai mais além do que um animal ao serviço dos seres humanos. Para os entrevistados, e isto aplica-se a ambos os grupos etários, o animal de companhia merece todos os direitos que respeitem a sua individualidade, que o respeitem como é, um ser vivo, e o conceito de “ser vivo”, para esta amostra, aparenta ser algo com bastante importância quando aplicado aos animais, uma vez que vai sendo mencionado algumas vezes. Em certas entrevistas, a barreira humano-animal parece diluir-se em determinados momentos ao mesmo tempo que há uma consciencialização de que os animais não são humanos, ou seja, para duas entrevistadas, uma de cada grupo etário, os seus animais são

*como* filhos. No caso de uma entrevistada do grupo dos mais velhos, a tutora afirma inclusive que *só lhe falta* falar. A própria relata ainda a eventual capacidade do seu animal arrumar os seus próprios brinquedos, colocando-os na caixa própria para o efeito; em toda a entrevista, a tutora salientou constantemente o quão inteligente o seu Duque era e como é o seu companheiro e a sua personalidade bem vincada através de características como um ser exigente e a capacidade de ficar aborrecido com a tutora se as coisas não forem do seu jeito.

Através dos relatos escritos (ver Anexos – Anexo D), ou orais, os tutores relataram de forma breve sobre os seus animais de companhia, na grande maioria, os relatos basearam-se na história de vida dos seus animais de companhia, desde o dia em que entraram na família até aos dias de hoje. Os relatos não podiam ter mais de uma página e no caso daqueles que tivessem mais do que um animal de companhia teriam de escolher apenas um e, eventualmente, justificar essa escolha. Como mencionado em capítulos anteriores, os relatos de vida permitem um maior contacto e uma maior ligação com o objeto de estudo, é através destes relatos que é permitido aos investigadores terem uma compreensão maior da realidade social que visam conhecer. Posto isto, o objetivo com o uso desta técnica de pesquisa é, então, realmente conhecer a perspetiva dos tutores em relação aos seus animais de companhia, não em função do que se diz acerca deles, mas serem eles próprios a refletirem acerca da sua realidade passando-a para papel ou relatando-a na entrevista.

Os relatos dos tutores, entre si, são bastante semelhantes, por isso, foram selecionados quatro relatos, dois de cada grupo etário e dois de cada género, acompanhados das respetivas fotografias. Um dos relatos é o da tutora de Sonny, do grupo etário dos mais jovens. Ela tem 3 animais de companhia: dois gatos e um cão, mas ela escolheu falar do Sonny por sentir que ele precisa dela:

Eu acho que é o animal que tem mais... apesar de todos terem o mesmo tipo de ligação, eu acho que ele é o animal que mais precisa de mim. Ele quando era bebé gatinho, muitas vezes miava muito alto e metia as patas para cima para eu pegar ao colo. Ele procura mesmo, mesmo atenção. Então eu acho que... Aliás, ele fazia outra coisa. Quando eu 'tava a trabalhar à noite, no El Corte Inglés, ele... eu chegava a casa muitas vezes à uma da manhã e o gato estava muitas vezes aqui, na sala, à minha espera, segundo a minha mãe, e quando eu entrava pela porta, ele ia logo para a porta ver-me. Portanto, eles sentem realmente pelo faro e assim. Eu escolhi-o por ser o animal que mais precisa de mim e mais sente a minha falta quando eu não estou. Aliás, quando eu não estou, ele entra em stress... Eu tive um mês em Braga, ele ganhou acne na zona do queixo, feridas.

Figura 3 - Sonny captado pela sua tutora



Outro relato é o do tutor de quatro gatos, do grupo dos mais jovens. Ele escolheu o Pablo pela ligação que existe desde o primeiro dia:

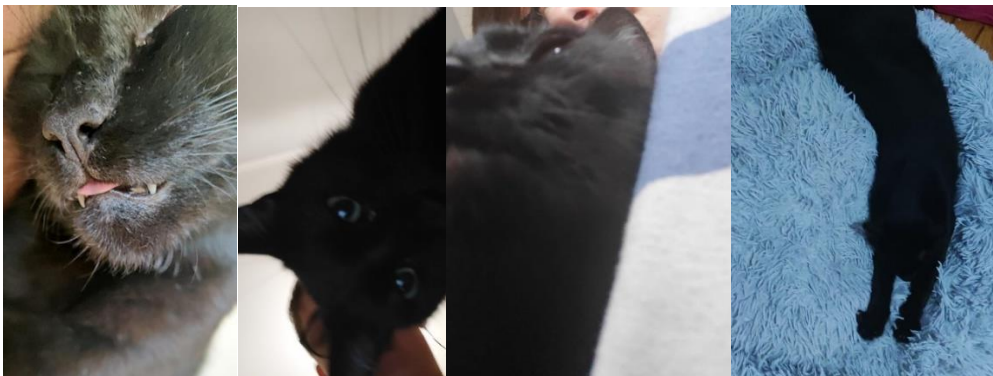
Pablo o gato preto de olhos verdes, é um gato muito especial para mim. Foi um dos gatos recém-nascidos, que tratamos e alimentamos até que conseguissem fazer por si mesmos.

Apesar de não ser um gato muito apegado é muito carinhoso e a maneira que o demonstra aquece o meu coração. A forma de como ele se aproxima de mim, das minhas pernas, e se esfrega quando me vê.

A tranquilidade e a diversão de quando está a dormir ou a brincar, respetivamente, traz-me uma tranquilidade e alívio de stress depois de um dia atarefado.

Fará sempre parte de mim.

Figura 4 - Pablo fotografado pelo seu tutor



Entrando no grupo dos mais velhos, salientarei outros dois relatos de cada género. Neste primeiro relato temos o do tutor de dois gatos, do Ruca e do Jardel e de como eles são importantes para o seu dia a dia e em como ele gostava de poder fazer mais:

Eu, com respeito aos gatos, eu gosto muito dos gatos, eu queria ter tempo suficiente e passar o meu tempo só com eles. Brincar, dar isto, dar aquilo, andar sempre com eles, mas não posso fazer isso muitas vezes, tenho de fazer algumas vezes, que é também para eles não se sentirem desprezados. Todos os bocadinhos que eu posso, eu brinco com eles. Sinto-me feliz, contente, gosto, pronto, gosto de 'tar com eles. Não posso fazer mais nada, se eu pudesse fazer, fazia. Se

eu tivesse muito dinheiro, eu arranjava...gostava de ter um património só para os animais. Claro que também aqui dentro de casa gostava de os ter, mas não posso fazer isso.

**Figura 5 - Luna (falecida) e Jardel, à esquerda, e Ruca, à direita, fotografados pelo seu tutor**



Em segundo, temos o relato da professora de francês e dos seus dois gatos, a Luna e o Zizou:

“A Luna e o Zizou, atuais gatos da casa, são já a segunda geração de animais de companhia que temos a viver no apartamento.

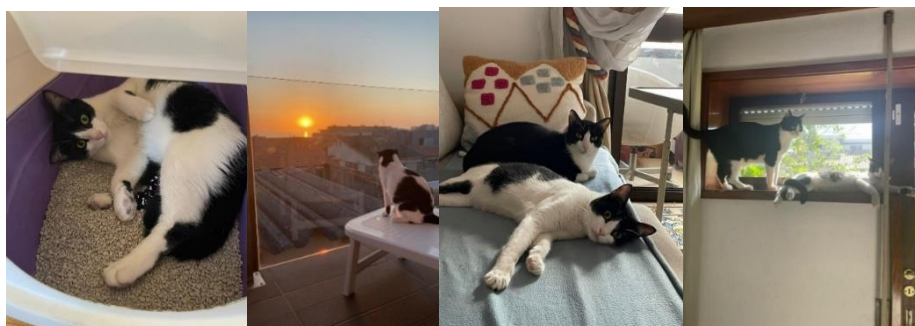
Os primeiros foram a Lia e o Pipo, escolhidos pelas minhas filhas de uma ninhada de gatinhos nascidos na quinta de um conhecido. Morreram há pouco com respetivamente 16 e 18 anos.

A Luna chegou durante a pandemia e foi recolhida no jardim de uma colega de uma ninhada de gatos de rua. É meiga q.b. mas tem uma personalidade muito particular e independente e gosta do seu espaço.

O Zizou veio um ano depois, através de posts da associação Animais de Rua, e a Luna adotou-o quase de imediato. Dão-se bem e brincam bastante um com o outro. É um gato mimalho, trapalhão e muito brincalhão. Gosta de se deitar na areia quando a trocamos e de se meter debaixo dos lençóis e das cobertas quando fazemos a cama. É algo assustadiço com ruídos mas muito afetivo com as pessoas.

Ambos contribuem bastante para o bom clima cá em casa.

**Figura 6 - Zizou e Luna fotografados pela sua tutora**



A forma como falam dos seus animais e o expõem permite-nos entender as perceções que os tutores têm dos seus animais de companhia bem como compreender o seu papel na vida dos indivíduos. Para estes tutores, a forma como tratam os seus animais traduz o afeto e sentem e acreditam vivamente que os seus animais também o sentem e o mostram diariamente. Quando falámos sobre os animais de

agropecuária, como mencionado anteriormente, o caso muda de figura, a amostra não é tão homogênea como quando se trata dos animais de companhia, havendo uma maior evidência de incertezas quando olhamos para a amostra da faixa etária dos mais velhos. Isto pode ser reflexo dos meios sociais e culturais onde estão inseridos, principalmente daqueles que tem uma ligação maior à ruralidade, uma vez que tinham, ou ainda têm, hábitos como a criação de animais domésticos para consumo familiar, sendo o mais comum galinhas e coelhos, mas também porcos e vacas.

## Considerações finais

Analisando os resultados obtidos, podemos constatar que os animais assumem um papel importante na vida dos seus tutores, independentemente do perfil geracional dos atores. De um ponto de vista geral, as diferenças entre os dois grupos etários pouco se sentiram, existe a ideia generalizada de que os animais têm efetivamente sentimentos e são seres dotados de inteligência e, por isso, merecem respeito e valor. A partir das entrevistas e com a ajuda dos relatos biográficos e das fotografias, é possível fazer um pequeno retrato sobre a forma como os tutores veem, sentem e pensam acerca dos seus animais de companhia e como isso influencia na forma como analisam e compreendem os animais no geral.

Os tutores entrevistados neste trabalho veem os seus animais de companhia como sua responsabilidade e, ao seu cuidado, precisam de lhes garantir conforto e bem-estar da melhor forma possível. Para isso, os entrevistados defendem que uma boa alimentação, cuidados de higiene e carinho são os ingredientes essenciais para garantir que os seus animais sejam felizes nas suas famílias. Desta forma, e em resposta a um dos objetivos específicos, nomeadamente o de entender as representações sociais que os tutores têm dos seus animais de companhia e dos animais no geral, podemos afirmar que os tutores consideram os seus animais de companhia como essenciais no seu dia a dia, muitos deles afirmando que o espaço familiar não seria o mesmo sem eles. A diferença continua a ser sentida quando são mencionados os animais ligados à agropecuária que os tutores justificam como sendo algo normal, uma vez que uns são usados para a alimentação, não sabendo explicar como e porquê dessa distinção, apenas aceitam o facto de 'ter sido sempre assim'. É de ressaltar que nem todos os tutores concordam com essa diferenciação, porém entendem-na.

Os animais, assim como os humanos, assumem papéis sociais interpretados pelos seres humanos baseados nos contextos culturais e sociais em que estão inseridos, por exemplo, a forma como olhamos para uma vaca não é da mesma forma em todas as zonas do mundo, na Índia, por exemplo, esta espécie assume um papel de animal sagrado, onde pode ser vista a vaguear nas ruas ao lado dos carros e das pessoas e onde não é considerada para consumo. Em Portugal, isso não acontece: a vaca é um animal ligado à agropecuária e assume um papel ligado à alimentação dos indivíduos. Já os animais de companhia veem o seu papel passar de animal a membro da família através de um longo processo simbólico que resultou na forma como encaramos estes animais: há uma elevação da categoria social do animal para membro familiar. A integração do animal no seio familiar, para algumas pesquisas, simboliza a mudança de categoria do animal de posse para a categoria de 'pessoa'.



No que toca à existência de sentimentos e consciência nos animais, os tutores são determinados na resposta: os animais efetivamente sentem e pensam, acreditam que não seja da mesma maneira que os humanos, mas fazem-no. Os tutores conseguem identificá-lo através de vários comportamentos que os seus animais vão tendo, como a tomada de iniciativa para a brincadeira, ou saberem a hora que o tutor chega a casa e estarem do outro lado da porta a aguardá-los, ou ainda saberem que o tutor eventualmente possa sair e colocarem-se atentos a cada passo e, até, fazendo coisas que os seus tutores não esperassem que fizessem, como saberem que não conseguem o que pretendem de uma determinada forma e arranjam alternativas para o conseguirem. Mesmo em termos de personalidade, os tutores são resolutos, numerando as características dos seus animais, desde inteligentes, desconfiados, exigentes a brincalhões, teimosos e enérgicos. Assim como os seres humanos, os animais possuem uma linguagem própria que não é perceptível à linguagem humana. Para Mead, este fator é o suficiente para excluir os animais de uma análise de interação simbólica, uma vez que não possuem a linguagem humana, assim como controlo consistente e consciente das suas ações e contextos. Contudo, mesmo que não haja comunicação, segundo Collins (1989, como citado em Alger & Alger, 1997) contrariando Mead, a interação simbólica é gerada nos animais, mesmo que não cumpram esses requisitos, uma vez que para existir basta que dois indivíduos partilhem a mesma emoção e que estejam conscientes do mesmo momento.

Destarte, os tutores entrevistados reconhecem alguns comportamentos nos seus animais que podem ser analisados à luz desta corrente e sob esta perspetiva e a de Sanders (1993, como citado em Alger & Alger, 1997), que no seu estudo sobre os cuidadores de cães consegue identificar as quatro dimensões do processo de construção da humanidade sugeridas por Bogdan & Taylor (1989) e onde podem também ser incluídas as perceções destes tutores: há uma atribuição de pensamento ao outro, ou seja, os tutores acreditam que o seu animal é capaz de lembrar e pensar; os tutores também conseguem identificar a individualidade do seu animal, ou seja, os seus animais têm características que os diferenciam de outros animais, como serem sociáveis e inteligentes; sentem que o sentimento que nutrem pelo seu animal é recíproco; os animais de companhia fazem parte das rotinas diárias dos tutores, partilham os rituais da família.

Decorrente disto, os animais começam a ganhar um estatuto social. Começa-se a olhar para os animais como merecedores de direitos aos olhos da lei. Assim como afirma Santos & Mestrinho, (2018), “O cão [e/ou gato] ganha, enfim, «estatuto social», «direitos», «estatuto jurídico». Os maus-tratos sobre si infligidos passam a ser zelosamente vigiados e punidos pelo Estado, ou pelo menos é essa a intenção. E para quem detém um cão [e/ou gato], as despesas veterinárias passam a ser dedutíveis em sede de

IRS.” (p. 219).<sup>31</sup> A lei portuguesa continua com falhas no que toca ao bem-estar e direitos dos animais sendo importante rever a legislação em vigor para demover as incongruências e potencializar o debate público em torno desta temática. Os tutores entrevistados para este trabalho afirmam conhecer as leis em vigor no que diz respeito à vacinação e colocação de chip nos animais de companhia e concordam totalmente com a medida, porém salientam as falhas, principalmente no que toca ao chip, uma vez que alguns mencionam a ineficácia do chip em controlar o abandono e maltrato dos animais. Quanto à opinião política, os tutores afirmam conhecer o partido PAN – Pessoas, Animais, Natureza, mas enquanto uns concordam com a incapacidade de o partido gerir as questões ligadas aos animais e, por isso, não sentem que as suas medidas possam realmente ter algum efeito, outros defendem que haver um partido quase completamente dedicado aos animais pode ser algo que se coloque para segundo plano, uma vez que consideram haver assuntos mais relevantes para o país.

Em suma, os animais de companhia têm sido bastante estimados pelos seus tutores, elevando-os a uma condição quase humana. É importante para a sociologia analisar este fenómeno de forma a conseguir compreender o papel dos animais em todo o plano social e em como isso tem impacto na vida dos indivíduos. É importante para a sociologia continuar a impulsionar os estudos das relações humano-animais, tendo em conta que o seu foco é estudar o ser humano compreendendo as relações que ele estabelece com o outro e com o seu meio envolvente, onde os animais deveriam estar incluídos principalmente porque assumem uma parte significativa desse contacto com o outro.

A temática das relações humano-animais, embora pouco explorada pela sociologia portuguesa, é bastante abrangente dado o carácter interdisciplinar e multidisciplinar deste campo de estudos. Uma outra perspetiva que poderia ter sido explorada aqui, e que pode ser interessante explorar numa outra investigação, quem sabe futuramente, é a de analisar as relações com outras espécies de animais, como por exemplo, os da agropecuária, que se procurou não esquecer ao longo deste trabalho. Outro estudo que pode ser realizado é o de analisar o especismo e a visão antropocêntrica presente nas relações dos humanos com os animais, onde prevalece uma visão mais crítica do vínculo humano-animal. Independentemente do tipo de análise, a sociologia precisa de se estabelecer efetivamente neste campo

---

<sup>31</sup> Um exemplo recente é o da notícia do futebolista francês Kurt Zouma, que foi gravado pelo seu irmão a agredir o seu gato, ter sido multado em perto de 300 mil euros pelo clube onde joga, West Ham, perdeu ainda o seu contrato com a marca Adidas e, também, a guarda dos seus gatos para uma associação de proteção de animais, para não falar da avalanche de críticas que recebeu nas redes sociais. Foi também alvo de críticas da PETA, que pede a expulsão do jogador da seleção francesa, e de uma petição, que chegou às 200 mil assinaturas, onde pedem uma sanção por parte da Federação Francesa de Futebol (FFF). Ainda num dos jogos após esse momento, o jogador lesionou-se e ouviu-se entoar no estádio um cântico “Isso é o que o teu gato sente”. Zouma foi ainda castigado pelas justiça britânica a 180 horas de trabalho comunitário e proibido de ter gatos durante 5 anos (Fonte: UOL Notícias (2022), <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2022/02/10/jogador-frances-zouma-do-west-ham-vai-pagar-multa-de-300-mil-apos-maltratar-gato-em-video.htm>; Diário de Notícias (2022), <https://www.dn.pt/desporto/adidas-retira-patrocinio-a-zouma-por-maus-tratos-ao-gato-14574723.html>; Noticiário SOL (2022), <https://sol.sapo.pt/artigo/772002/kurt-zouma-futebolista-que-maltratou-gato-de-estimacao-admite-crime-em-tribunal->; OJOGO (2022), <https://www.ojogo.pt/internacional/noticias/zouma-internacional-frances-ja-conhece-castigo-por-ter-maltratado-um-gato-14906717.html>)

teórico a fim de combater as lacunas existentes na compreensão sociológica da sociedade humana ao mesmo tempo que apresenta mecanismos para combater o especismo.

## Referências bibliográficas

- Alger, J. M. & Alger, S. F. (1997). Beyond Mead: Symbolic Interaction between Humans and Felines. *Society and Animals*. v. 5, n°. 1, 64-81.
- Araújo, F. (2018). O estatuto animal dos humanos e o estatuto moral dos não-humanos. In Neves, M.C.P. & Araújo, F. (coord.). *Ética aplicada: Animais* (pp. 53-92). Lisboa: Edições 70.
- Becker, H. S. (1996). The epistemology of qualitative research. In R. Jessor, A. Colby, & R. A. Shweder (Eds.), *Ethnography and human development: Context and meaning in social inquiry* (pp. 53–71). The University of Chicago Press.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (2010). *A construção social da realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.
- Carter, B. & Charles, N. (2016). The animal challenge to sociology. *European Journal of Social Theory*. 1-20. Retirado de <http://wrap.warwick.ac.uk/83805/>.
- Cudworth, E. (2016). A sociology for other animals: analysis, advocacy, intervention. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 36 (3/4), 242-257. Retirado de <https://repository.uel.ac.uk/item/85171>.
- Dransart, Christophe, Gourdin, Maximilien, Janne, Pascal, (2017). L'animal de compagnie: un soutien médico-psychologique sous-estimé?. *Annales Médico-Psychologique*. 178 (2020) 145-149. Retirado de [https://www.researchgate.net/publication/329174140\\_L'animal\\_de\\_compagnie\\_un\\_soutien\\_medico-psychologique\\_sous-estime](https://www.researchgate.net/publication/329174140_L'animal_de_compagnie_un_soutien_medico-psychologique_sous-estime).
- Garner, R. (2008). The politics of animal rights. *British Politics*. 3 (1) 110-119. Retirado de [https://www.researchgate.net/publication/248876557\\_The\\_Politics\\_of\\_Animal\\_Rights](https://www.researchgate.net/publication/248876557_The_Politics_of_Animal_Rights).
- Giddens, A. (2013). O que é a sociologia?. In Giddens, A. (2013). *Sociologia*. 6ªed. (pp. 0-31).
- Grauerholz, L., Weinzimmer, J., Kidder, E. N. & Duffy, N. O. (2020). Teaching about animals: incorporating nonhuman animals into sociology classrooms. *Teaching Sociology*. v. 48, n°. 2, 120-139. Retirado de [https://www.researchgate.net/publication/339777806\\_Teaching\\_about\\_Animals\\_Incorporating\\_Nonhuman\\_Animals\\_into\\_Sociology\\_Classrooms](https://www.researchgate.net/publication/339777806_Teaching_about_Animals_Incorporating_Nonhuman_Animals_into_Sociology_Classrooms).
- Gomes, C. A. (2015). Direito dos animais: um ramo emergente? [em linha]. In Duarte, M. & Gomes, C. A. (coord.) (2015). *Animais: deveres e direitos*. Lisboa: ICJP. Retirado de [https://www.cidp.pt/revistas/rilb/2015/2/2015\\_02\\_0359\\_0380.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rilb/2015/2/2015_02_0359_0380.pdf).
- Guerra, I. C. (2006). Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso. São João do Estoril: Príncipeia.
- Guillo, D. (2015). Quelle place faut-il faire aux animaux en sciences sociales? Les limites des réhabilitations recentes de l'agentivité animale. *Revue Française de Sociologie*, 56 (1), 135-163. Retirado de [https://www.researchgate.net/publication/274738557\\_Quelle\\_place\\_faut-il\\_faire\\_aux\\_animaux\\_en\\_sciences\\_sociales\\_Les\\_limites\\_des\\_rehabilitations\\_recentes\\_de\\_l'agentivite\\_animale](https://www.researchgate.net/publication/274738557_Quelle_place_faut-il_faire_aux_animaux_en_sciences_sociales_Les_limites_des_rehabilitations_recentes_de_l'agentivite_animale).
- Harari, Y. N. (2018). Sapiens: História breve da humanidade. 15ªed. Lisboa: Elsinore – 20|20 Editora.
- Hoag, J. (2014). Human–animal bond abroad: better life for animals & humans worldwide [em linha]. *Special Future*. Veterinary Team Brief.
- Lechner, E. (org.) (2009). *Histórias de vida: Olhares interdisciplinares*. Histórias e Ideias/17. ed. 1128. Porto: Edições Afrontamento.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (1990). Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lourenço, D.B. (2018). Fronteiras da inclusão: implicações éticas do contínuo das espécies. In Neves, M.C.P. & Araújo, F. (coord.). *Ética aplicada: Animais* (pp. 33-51). Lisboa: Edições 70.

- McClaskey, B. (2019). Companion animals and their impact on human lives. *The Midwest Quarterly*, 60 (3), 335-350. Retirado de <https://go.gale.com/ps/i.do?id=GALE%7CA583693218&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&issn=00263451&p=LitRC&sw=w&userGroupName=anon%7Ef51d1afc>.
- Michalon, J., Doré, A. & Mondémé, C. (2016). Une sociologie avec les animaux: faut-il changer de sociologie pour étudier les relations humains/animaux?. *SociologieS, Dossiers, Sociétés en mouvement, sociologie en changement*. Retirado de [https://shs.hal.science/halshs-01439197/file/La\\_sociologie\\_avec\\_les\\_animaux\\_fautil\\_c.pdf](https://shs.hal.science/halshs-01439197/file/La_sociologie_avec_les_animaux_fautil_c.pdf).
- Michalon, J. (2018). Cause animale et sciences sociales: De l'anthropocentrisme au zoocentrisme. *La vie des idées*. 1-9. Retirado de [https://laviedesidees.fr/IMG/pdf/20181113\\_animaux-2.pdf](https://laviedesidees.fr/IMG/pdf/20181113_animaux-2.pdf).
- Mestrinho, L. & Santos, R.R. (2018). Uma ética clínica na veterinária. In Neves, M.C.P. & Araújo, F. (coord.). *Ética aplicada: Animais* (pp. 297-339). Lisboa: Edições 70.
- Moreira, A. R. (2018). O caso particular dos animais de companhia. In Neves, M.C.P. & Araújo, F. (coord.). *Ética aplicada: Animais* (pp. 183-203). Lisboa: Edições 70.
- Neves, M.C.P. & Araújo, F. (2018). Bio-diversidade e co-Existência. In Neves, M.C.P. & Araújo, F. (coord.). *Ética aplicada: Animais* (pp. 9-29). Lisboa: Edições 70.
- Pinto, C. (2016). Portugal tem 6,7 milhões de animais de estimação. *Estudo GfKTrack.2Pets*. Retirado de <https://www.veterinaria-atual.pt/na-clinica/portugal-tem-67-milhoes-de-animais-de-estimacao/>.
- Real, I. de S. (2018). Domesticação, desnaturação e renaturação. In Neves, M.C.P. & Araújo, F. (coord.). *Ética aplicada: Animais* (pp. 155-182). Lisboa: Edições 70.
- Ritzer, G. (2009). *The blackwell encyclopedia of sociology*. Reino Unido: Blackwell Publishing. Retirado de [http://philosophy.com/UPLOADS/PHILOSOCIOLOGY.ir\\_Blackwell%20Encyclopedia%20of%20Sociology\\_George%20Ritzer.pdf](http://philosophy.com/UPLOADS/PHILOSOCIOLOGY.ir_Blackwell%20Encyclopedia%20of%20Sociology_George%20Ritzer.pdf).
- Santos, R. R. & Mestrinho, L. (2018). Um cão é um cão, um cão, um cão. In Neves, M.C.P. & Araújo, F. (coord.). *Ética aplicada: Animais* (pp. 205-226). Lisboa: Edições 70.
- Saraiva, R. (2018). O equilíbrio ecológico e as espécies ameaçadas. In Neves, M.C.P. & Araújo, F. (coord.). *Ética aplicada: Animais* (pp. 275-296). Lisboa: Edições 70.
- Shapiro, K. (2020). Human-Animal studies: Remembering the past, celebrating the present, troubling the future. *Society & Animals*. V.28, n°7, 797-833. Retirado de [https://pdfs.semanticscholar.org/8c7c/ddf2fccb07a15718c2958d9d2e56e76f41fd.pdf?\\_ga=2.109373697.528519592.1670447642-1320936546.1644246627](https://pdfs.semanticscholar.org/8c7c/ddf2fccb07a15718c2958d9d2e56e76f41fd.pdf?_ga=2.109373697.528519592.1670447642-1320936546.1644246627).
- Silva, C. (2021). Reino Unido: animais vão ser considerados seres sencientes. *Noticias Magazine*. Retirado de <https://www.noticiasmagazine.pt/2021/reino-unido-animais-vaio-ser-considerados-seres-sencientes/historias/263415/>.
- Silva, J. M. da, (2018). Do cativeiro à exploração dos animais. In Neves, M.C.P. & Araújo, F. (coord.). *Ética aplicada: Animais* (pp. 115-132). Lisboa: Edições 70.
- Simões, R. (2022). Todos os dias são abandonados em média 119 cães e gatos em Portugal. *MAGG*. Retirado de <https://magg.sapo.pt/atualidade/atualidade-nacional/artigos/confinamentos-abandono-animais-dias-familia>.
- Singhal, A., Harter, L.M., Chitnis, K. & Sharma, D. (2007). Participatory photography as theory, method and praxis: Analyzing na entertainment-education project in India. *Critical Arts*. v.21, n°. 1, 212-227. Retirado de [https://www.researchgate.net/publication/249051188\\_Participatory\\_photography\\_as\\_theory\\_method\\_and\\_praxis\\_Analyzing\\_an\\_entertainment-education\\_project\\_in\\_India](https://www.researchgate.net/publication/249051188_Participatory_photography_as_theory_method_and_praxis_Analyzing_an_entertainment-education_project_in_India).

- Tavares, A. (2019). Número de animais abandonados em Portugal é “absurdo”, diz ANVETEM. *Veterinária Atual*. Retirado de <https://www.veterinaria-atual.pt/na-clinica/numero-de-animais-abandonados-em-portugal-e-absurdo-diz-anvetem/>.
- Taylor, N. & Sutton, Z. (2018). For an emancipatory animal sociology. *Special Section – Sociology of Multi-Species Relations, Journal of Sociology*. v. 54, nº. 4, 467-487. Retirado de [https://www.researchgate.net/publication/329334061\\_For\\_an\\_Emanicipatory\\_Animal\\_Sociology](https://www.researchgate.net/publication/329334061_For_an_Emanicipatory_Animal_Sociology).

## Anexos

### Anexo A - Declaração de consentimento informado

#### DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que aceito participar, voluntariamente, no estudo “*Um olhar sociológico sobre a relação dos humanos com os animais de companhia em duas gerações: Nós, “mais velhos” e “mais novos”, e eles*”. Fui informado(a) de que o estudo é da responsabilidade da aluna Cassandra Filipa Almeida Teixeira, do 2º ano do Mestrado em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, sob orientação da Profª. Drª. Teresa Mora. Tenho ainda conhecimento dos objetivos do estudo e dos métodos de recolha de dados para o mesmo. Foi-me assegurado que será preservada a confidencialidade dos dados e que a informação recolhida será utilizada apenas para fins científicos. Tive a oportunidade de colocar todas as questões, sendo que as respostas dadas esclareceram todas as minhas dúvidas. Além disso, foi-me declarado que tenho o direito de recusar em qualquer altura a minha participação no estudo, se assim o entender.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

Assinatura do respondente:

\_\_\_\_\_

## Anexo B – Guião da entrevista

### PARTE I

#### PERFIL DOS ATORES SOCIAIS – Dados sobre o/a tutor /a e o(s) animal(ais) de companhia

##### 1. Entrevistado/a

- Idade:
- Género:
  - Homem \_\_\_\_
  - Mulher \_\_\_\_
  - Outro \_\_\_\_
- Habilitações académicas:
- Profissão:
- Local de residência:
  - Freguesia:
  - Concelho:

##### 2. Tipo de habitação

- Moradia com jardim \_\_\_\_
- Moradia sem jardim \_\_\_\_
- Apartamento \_\_\_\_
  - Andar \_\_\_\_
  - Com varanda \_\_\_\_
  - Sem varanda \_\_\_\_

##### 3. Agregado doméstico

###### 3.1. Pessoas: número \_\_\_\_

- Relações de parentesco
  - Pai \_\_\_\_
  - Mãe \_\_\_\_
  - Irmã(s) \_\_\_\_
  - Irmão(s) \_\_\_\_
  - Avó \_\_\_\_
  - Avô \_\_\_\_
  - Outro. Quem? \_\_\_\_

###### 3.2. Animais de companhia: número \_\_\_\_

- cão \_\_\_\_, raça \_\_\_\_\_, idade \_\_\_\_; nome \_\_\_\_\_
- cadela \_\_\_\_, raça \_\_\_\_\_, idade \_\_\_\_; nome \_\_\_\_\_
- gato \_\_\_\_; raça \_\_\_\_\_; idade \_\_\_\_; nome \_\_\_\_\_
- gata \_\_\_\_; raça \_\_\_\_\_; idade \_\_\_\_; nome \_\_\_\_\_

###### 3.3 Rede de relações com o/os animal/ais de companhia

- Das pessoas que fazem parte do seu agregado doméstico, quem é que cuida mais do animal, quem é que o alimenta, passeia, etc.?



- O/A próprio/a \_\_\_\_
- Outro(s)/a(s). Quem? \_\_\_\_\_
- De todas as pessoas que fazem parte do seu agregado, com quem acha que o seu animal tem uma melhor relação?

## PARTE II

### TEMA 1 – Relações dos tutores com animais de companhia (no geral e no particular)

1. Representações sociais sobre os animais
  - 1.1. O que é, para si, um animal de estimação?
  - 1.2. Qual a importância do seu animal no seu dia-a-dia?
  - 1.3. O que é, para si, bem-estar e conforto?
    - 1.3.1. E o que considera conforto e bem-estar para os animais?
  - 1.4. Como sabemos, os animais de companhia são evidentemente estimados pelos seus tutores, mas há todo um conjunto de outros animais, como é o caso dos animais ligados à agropecuária, que vivem noutras condições que acaba por os distanciar de uma relação com os seres humanos semelhante à da relação com os animais de companhia. O que pensa acerca desta diferença de relações entre nós e os animais de estimação e os animais da agropecuária?
2. Percepções da subjetividade e agência dos animais em situações de interação
  - 2.1. Acredita que os animais de estimação efetivamente têm sentimentos e consciência?
    - 2.1.1. (SE SIM) E os animais de quinta/indústria?
    - 2.1.2. (SE SIM) Em que situações se apercebe disso?
  - 2.2. Acha que os animais antecipam situações, tais como, por exemplo, se aperceber que vai ao veterinário e se esconder ou ficar animado. Essas atitudes, no seu entender, são diversas, particulares consoante o animal?
  - 2.3. Já lhe aconteceu aperceber-se de o seu animal reparar em algo que não esperava que ele se apercebesse?
    - 2.3.1. (SE SIM) Quer descrever-me alguma situação que o/a tenha surpreendido?
  - 2.4. Apercebe-se que os animais são capazes de realizar escolhas entre alternativas? Como, por exemplo, estar a chover e escolher ficar no interior ao invés de ir para o exterior.
    - 2.4.1. (SE SIM) Gostaria que, de acordo com a sua experiência, me indicasse algumas situações que evidenciem que os animais fazem escolhas.
  - 2.5. Acha que as emoções dos animais são várias e com uma certa complexidade? Diria que cada animal tem a sua personalidade? De acordo com a sua experiência, pode referir algumas situações esclarecedoras?
  - 2.6. Se tivesse de caracterizar, por exemplo, o seu animal de companhia, que características lhe atribuiria? E porquê?
  - 2.7. Sente que os animais retribuem o carinho que é com eles partilhado?
    - 2.7.1. (SE SIM) De que forma?
  - 2.8. Quando brinca com o seu animal, sente que ele toma iniciativas para brincar?
  - 2.9. Sente que eles sabem a hora da refeição ou de qualquer rotina que possam ter?
    - 2.9.1. (SE SIM) Como se apercebe disso?
3. Antropomorfização dos animais (posicionamento)
  - 3.1. Atualmente, há um grande desenvolvimento da *pet industry* (indústria de bens e serviços voltada exclusivamente para os animais) e é dada uma maior importância aos animais de companhia

(até se fala atualmente de famílias multiespécie, não sei se já ouviu falar?). Acha que isto é de algum modo exagerado? De algum modo, pode-se dizer que os animais são tratados como se fossem seres humanos. O que acha disto? Acha que há aqui algum exagero ou nem por isso?

#### 4. Práticas alimentares dos tutores

4.1. Segue alguma prática alimentar específica (veganismo, vegetarianismo, etc.)?

4.1.1. (SE SIM) É por questões de saúde ou por causa das questões animais, ou por que outra razão?

4.1.2. (SE NÃO) Tem no seu horizonte deixar de comer carne e derivados ou acha que não faz sentido abandoná-los na sua alimentação?

4.2. Como sabe, em Portugal, começa a surgir no mercado todo um conjunto de restaurantes vegetarianos e vegan, que excluem, portanto, a carne das suas dietas alimentares. O que é que acha disto?

#### 5. Direitos dos animais (conhecimento e posicionamento)

5.1. Em 2019, o governo lançou um decreto de lei acerca da obrigação da identificação dos animais de companhia, nomeadamente cães, gatos e furões, numa plataforma de registo, o Sistema de Informação de Animais de Companhia, através da implementação de um chip e regularização das vacinas nesses mesmos animais, com sujeição a coima caso isto não seja cumprido. Concorda com este enquadramento legal? Tem alguma crítica, ou ideia a acrescentar, alguma posição a tomar em relação a ela?

5.2. Tem conhecimento da existência de um partido dedicado a desenvolver medidas que beneficiem o bem-estar animal, o PAN – Partido, Animais, Natureza?

5.2.1. O que pensa acerca disso?

#### 6. Bem-estar animal (conhecimento e posicionamento)

6.1. Não sei se já ouviu falar de uma expressão que se usa atualmente, que ainda não está muito vulgarizada, que é a expressão “senciente”. Este termo é normalmente usado pelas pessoas dentro desta área dos animais e diz respeito ao reconhecimento de sentimentos nos animais, tais como dor, alegria, amor, tristeza, angústia. Está de acordo com esta designação?

6.2. Um novo estudo, no Reino Unido, revelou que animais como a lagosta, o caranguejo e o polvo são seres sencientes e, por isso, adicionou-os “a uma lista de seres sencientes protegidos ao abrigo de um novo projeto de lei dedicado ao bem-estar animal”. Esta lei agrega ainda “a criação de um Comité de Senciência Animal, que irá emitir relatórios sobre como as tomadas de decisão do Governo levam em devida consideração o bem-estar dos animais sencientes. A sua criação está prevista no Plano de Ação para o Bem-Estar Animal.” Ainda lendo a notícia sobre este assunto, a CNN Portugal acrescenta que estes animais “não devem ser cozinhados vivos e [o estudo] inclui uma lista de boas-práticas para o transporte, atordoamento e abate de decápodes e cefalópodes”<sup>32</sup>. O que é que pensa acerca disto?

### TEMA 2 – Quotidiano e condições sociais dos animais de companhia

#### 1. Quotidiano dos animais

1.1. Como é organizado o dia a dia do seu animal?

---

<sup>32</sup> Laja, R. (2021). Polvos, lagostas e caranguejos sentem dor, sofrem e não devem ser cozinhados vivos (em linha). In CNN Portugal. Consultado em <https://cnnportugal.iol.pt/animais-cozinhados-vivos/polvos-lagostas-e-caranguejos-sao-seres-conscientes-e-nao-devem-ser-cozinhados-vivos-diz-relatorio/20251130/619f72d10cf2c7ea0f0a792b>.

- 1.2. [SE TIVER OUTROS ANIMAIS DE COMPANHIA] Como é que os animais interagem entre si?
2. Condições sociais objetivas
  - 2.1. Cuidados de alimentação, higiene, veterinários:
    - 2.1.1. O seu animal tem algum cuidado específico na sua alimentação? Pode dar algum exemplo?
    - 2.1.2. Quais são os cuidados de higiene que têm para com o(s) animal(is)? Usa produtos especializados, cuidados personalizados?
    - 2.1.3. O(s) seu(s) animal(is) tem/têm cuidados veterinários específicos?
  - 2.2. O(s) seu(s) animal(is) tem/têm algum brinquedo ou algum objeto preferido?

### Parte III

1. Pedir para descrever a ocupação do espaço da casa e do seu exterior (se tiver varanda/jardim) por parte do animal.
  - 1.1. Onde o seu animal dorme?
  - 1.2. Depois de acordar ele faz o quê/ vai para onde?
  - 1.3. O que o seu animal faz e onde no dia-a-dia?
  - 1.4. Há alguma parte da casa a que não possa aceder? Qual? Porquê?
2. Pedir para escrever um pequeno texto (não mais de uma folha A4) sobre o animal (ou falar sobre o animal) – se for mais do que um, escolher apenas um.
3. Pedir para selecionar e mostrar uma das fotografias que tenha do seu animal:
  - 3.1. Porquê essa(s) fotografia(s)?
  - 3.2. Como se sente ao olhar para essa fotografia?

## Anexo C – Grelha de análise das entrevistas

### Grelha de entrevistas

Entrevistado/a:

Idade:

Data:

Local:

Categorias temáticas	Dimensões	Indicadores	
CT1 Relações dos tutores com os animais de companhia (no geral e no particular)	Perfil dos atores sociais (tutores e animais de companhia)	Características sociodemográficas (sexo, idade, habilitações, profissão, local de residência)	
		Tipo de habitação	
		Quantas pessoas compõe o agregado e a relação de parentesco	
		Quantos animais de companhia e raça	
	Práticas alimentares dos tutores	Práticas alimentares dos tutores	Práticas alimentares específicas
			Perceção sobre o mercado voltado para as diferentes práticas alimentares
	Antropomorfização dos animais		Perceções acerca da <i>pet industry</i>
	Bem-estar animal		Conhecimento/posicionamento sobre o termo “senciente”
			Conhecimento/posicionamento sobre o termo “famílias multiespécie”
	Regulação e direitos dos animais		Situação atual da legislação em vigor acerca da obrigação da identificação dos animais de companhia
			Importância do partido PAN no panorama do bem-estar animal em Portugal
			Perceção sobre o estudo acerca do polvo, lagosta e caranguejo como animais sencientes
	Coordenadas espaciais dos animais de companhia		Onde dorme e come
			Atividades ao longo do dia

CT1 Relações dos tutores com os animais de companhia (no geral e no particular)	Representações sociais sobre os animais	Noção de animal de estimação
		Importância do animal de companhia
		Bem-estar nos seres humanos
		Bem-estar nos animais
		Diferença de relações entre nós e os animais de estimação e os animais da agropecuária
		Sentimentos que o animal lhe transmite (percepção através da fotografia e do relato biográfico)
	Percepções da subjetividade e agência dos animais em situações de interação	Sentimentos e consciência
		Antecipação de situações
		Escolha entre alternativas
		Noção de rotina
		Sentimentos e consciência nos animais de quinta/indústria
		Personalidade própria nos animais
	Interação social	Interação entre o tutor e o animal de companhia
Interação entre os animais de companhia		
Características do animal de companhia	Características do animal de companhia	
CT2 Quotidiano e condições sociais dos animais de companhia	Quotidiano dos animais de companhia Condições sociais objetivas	Organização do dia a dia do animal
		Cuidados de alimentação, higiene e veterinários
		Objetos do animal, tais como brinquedos

## Anexo D – Fotografias acompanhadas dos relatos<sup>33</sup> dos tutores entrevistados

### Entrevistado 1:

Então, o gato é branco. Chama-se Sonny. Tem 4 anos. Quando ele veio para cá, ele estava muito doente, ele tinha diarreia crónica, ele teve um mês com diarreia, tivemos de o levar ao veterinário e tomou antibióticos. A partir daí nunca mais ficou doente. É um animal extremamente inteligente, mesmo muito inteligente e não é só pelo facto de nos conseguir imitar, mesmo as brincadeiras que ele tem são... por exemplo, ele corre atrás de mim e ferra-me e depois foge a seguir para eu ir atrás dele e assim, ele tenta incluir-me na sua própria família. É um animal super normal, se eu quiser cortar-lhe as unhas é que não gosta muito, mas de resto nunca o vi bravo, é muito feliz. Aliás, são os três, mas este em particular é muito feliz, mesmo. Só fugiu uma vez para a rua.

### Dos três, escolheste o Sonny, porquê? Tem alguma razão em especial, ou?

Eu acho que é o animal que tem mais... apesar de todos terem o mesmo tipo de ligação, eu acho que ele é o animal que mais precisa de mim. Ele quando era bebé gatinho, muitas vezes miava muito alto e metia as patas para cima para eu pegar ao colo. Ele procura mesmo, mesmo atenção. Então eu acho que... Aliás, ele fazia outra coisa. Quando eu 'tava a trabalhar à noite, no El Corte Inglés, ele... eu chegava a casa muitas vezes à uma da manhã e o gato estava muitas vezes aqui, na sala, à minha espera, segundo a minha mãe, e quando eu entrava pela porta, ele ia logo para a porta ver-me. Portanto, eles sentem realmente pelo faro e assim. Eu escolhi-o por ser o animal que mais precisa de mim e mais sente a minha falta quando eu não estou. Aliás, quando eu não estou, ele entra em stress... Eu tive um mês em Braga, ele ganhou acne na zona do queixo, feridas.



### Entrevistado 2:

Xana Cleopatra

Adorei uma gata que me traz uma paz interior inexplicável...Xana Cleópatra, seu nome.

Cleópatra, nome de Deusa. Hoje percebo que sou o seu servo: dar de comida, levar ao veterinário, responder a todos os seus pedidos...

Xana, por ser o nome mais "tuga" para se dar a uma gata.

Cleópatra, tem dois anos. O seu passatempo preferido é olhar pela janela. Tenho a certeza de que, se fosse um humano, seria uma daquelas "beatas", que gosta de saber todas as novidades!

<sup>33</sup> Inclui alguns comentários ou questões feitas de forma a esclarecer eventuais pormenores dos textos dos entrevistados.

Outro passatempo é andar atrás de moscas. Às vezes é bem-sucedida, outras vezes não. Já me partiu vários objetos em busca da sagrada mosca que, por vezes, escapa-lhe entre as patas! É uma gatinha muito calma. Por vezes, dorme o dia todo, mal a vejo. Noutras, parece que está em preparação para uma audição no "Velocidade Furiosa", versão felina! Gosta de cheirar vinho verde. Se pudesse, bebia-o! Com isto, percebo perfeitamente que é uma gata portuguesa!!



### Entrevistado 3:

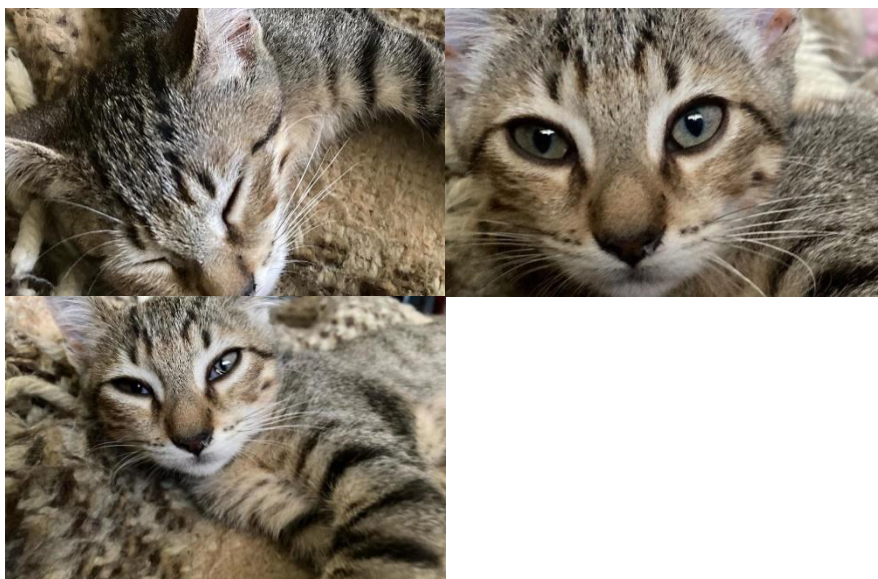
Desde jovem que senti “queda” para animais, cães, gatos... mas só tive pássaros. Só em adulta, já bem adulta tive uma gata, quando trabalhei em Arouca, dada por alunos. Eu vivia sozinha num apartamento, e foi a oportunidade de ter um animal de estimação. Foram dezasseis anos de companhia. A Josefina era uma gata calma, afetuosa e companheira. Só um ano depois da Josefina morrer, voltei a adotar. Desta vez é uma gata, ainda bastante jovem, filha de uma gata de rua, e está comigo há cerca de dois meses. A Léo ainda se está a adaptar à casa, mas tem um comportamento irrequieto, próprio da idade. É muito brincalhona e já com umas “asneiras” próprias de gato. A sua chegada veio alterar o ambiente de casa, que passou a ser mais animado.

#### **Nota-se que há muita emoção no texto em que fala da sua gata, que há muito sentimento.**

Eu sempre gostei de gatos, aliás, eu se vivesse numa casa diferente, não num apartamento... eu não sou contra o facto de haver cães em apartamentos, já sei que não devem viver todo o tipo de cães, porque eu acho que eles são todos diferentes uns dos outros e têm necessidade de espaço diferente também. O gato para viver num apartamento é mais fácil porque, digamos joga, um bocado com a tal independência que achamos que o gato tem, não é, nós deixamos lá a comida e o gato vai lá e pronto, no cão já não é bem assim, não é, no cão temos de ter outros cuidados de higiene, porque temos de trazer o cão à rua, não é, exige uma disponibilidade completamente diferente da nossa parte. Agora, se eu vivesse numa casa diferente, de certeza que eu teria cão, certeza absoluta, de certeza que tinha cão. E gatos, também, não é. Eu sempre gostei de gatos, porque acho os gatos assim...pronto, misteriosos, pronto, é um bocado por essa...dá a ideia de que eles não comunicam connosco, ou seja, não falam a nossa linguagem, mas acabam por comunicar connosco.

#### **De que forma acha que eles comunicam connosco?**

Sei lá, olha, por exemplo, os gatos comunicam muito com os olhos, acho eu, não é, acho que é um bocadinho com...se calhar naquela situação de nos chamar a atenção como eu dizia com a outra, não é, de pôr a pata, eu acho que isso é uma forma de comunicação...



#### Entrevistado 4:

Não há muito que dizer. Sente-se. É um amor puro, que não espera nada em troca. É o chegar a casa triste, cansado, e ele vir me dar as boas-vindas com toda a energia positiva do mundo. É a necessidade dele de mostrar amor que me faz gostar dele, desde o dia que veio cá para casa. Não há forma mais precisa de definir amor, de uma forma tão simples e pura. Gosto mesmo muito dele.



#### Entrevistado 5:

A Luna e o Zizou, atuais gatos da casa, são já a segunda geração de animais de companhia que temos a viver no apartamento.

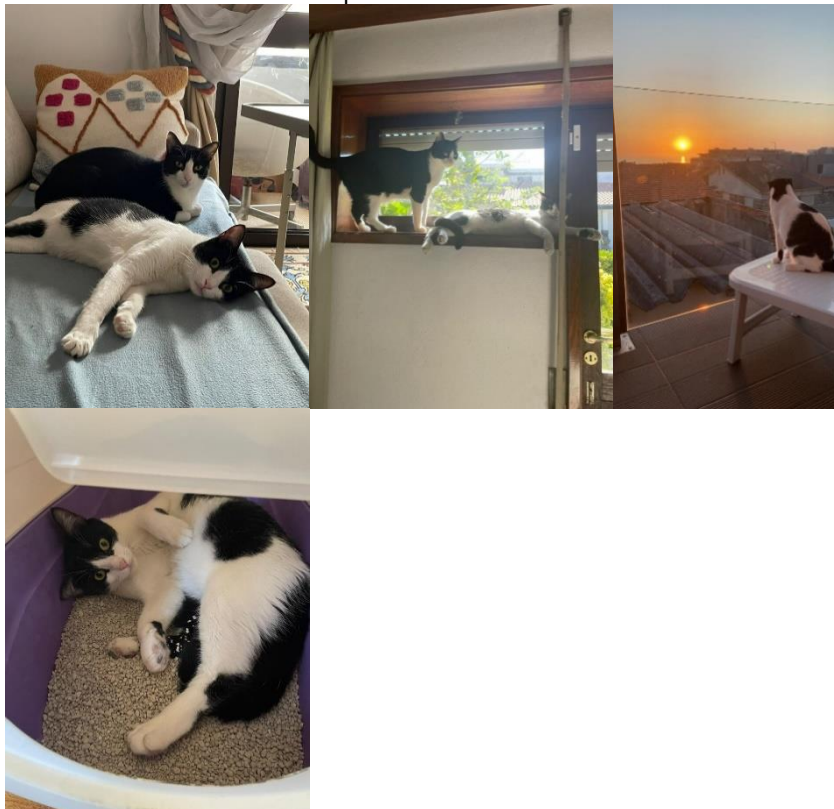
Os primeiros foram a Lia e o Pipo, escolhidos pelas minhas filhas de uma ninhada de gatinhos nascidos na quinta de um conhecido. Morreram há pouco com respetivamente 16 e 18 anos.

A Luna chegou durante a pandemia e foi recolhida no jardim de uma colega de uma ninhada de gatos de rua. É meiga q.b. mas tem uma personalidade muito particular e independente e gosta do seu espaço.



O Zizou veio um ano depois, através de posts da associação Animais de Rua, e a Luna adotou-o quase de imediato. Dão-se bem e brincam bastante um com o outro. É um gato mimalho, trapalhão e muito brincalhão. Gosta de se deitar na areia quando a trocamos e de se meter debaixo dos lençóis e das cobertas quando fazemos a cama. É algo assustadiço com ruídos mas muito afetivo com as pessoas.

Ambos contribuem bastante para o bom clima cá em casa.



## Entrevistado 6:

Sempre quis ter um animal de estimação. A minha avó teve alguns, quando eu era pequena, mas quando faleceram acabamos por não adotar mais nenhum, porque a minha irmã era bastante alérgica.

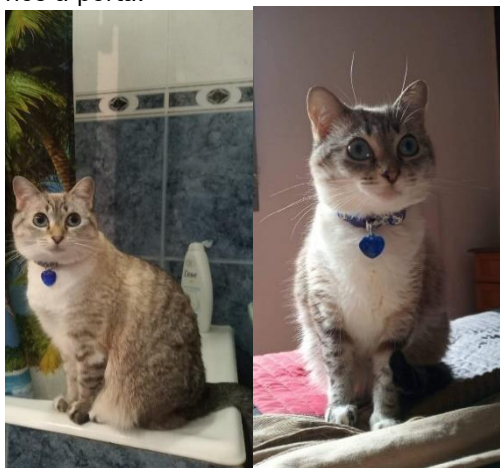
Tudo mudou em 2019. Estava a meses de ver a minha irmã e a minha mãe emigrarem para junto do meu pai. Ia ficar sozinha e sem a pessoa mais importante para mim – a minha irmã. Por coincidência do destino – ou de outra coisa que lhe queiramos chamar – a vizinha da minha avó teve uma ninhada. A minha mãe levou-me lá para ver os gatinhos, sem nenhuma intenção, apenas porque sempre gostei muito de animais. Quando sai de lá, ficou prometido que um seria para mim. E assim foi. No final de Agosto fui lá buscar a Nata, a minha Nata, que já estava numa transportadora à minha espera. Não a escolhi. Não sabia se era macho ou fêmea, mas não tinha o mínimo interesse nisso. Lembro-me bem dos olhos enormes azuis a olhar para mim, cheia de medo dentro do carro. Lembro de ter o coração apertado por ouvi-la miar horrores nas primeiras noites cá em casa. E lembro-me do quão importante foi tê-la comigo, quando a minha irmã já não estava. Rapidamente passou a dormir comigo todos os dias e a ser a melhor companhia possível.

Tive a sorte de ter uma gata super meiga que mostra gostar de nós todos os dias. Só quer colo, brincar e ama beijinhos. Foi crucial para conseguir lidar com a grande mudança na minha vida.

Hoje a Nata tem 3 anos e apesar de eu ter sido sempre muito ligada a animais, tenho um apego diferente por ela. É a minha pequena filha de quatro patas. Todos os dias arrasta um cordão branco – o seu brinquedo favorito - pela casa e senta-se ao lado dele para podermos brincar com ela. Faz-me companhia até na casa de banho – mesmo quando vou tomar banho fica lá sentada em cima do cesto da roupa suja à minha espera. Também adora brincar às escondidinhas comigo ou ao “busca” como se fosse um pequeno cãozinho. É super inteligente, porque não a ensinamos a fazer nada disto!

A sua característica principal são, sem dúvida, os olhos azuis enormes! Toda a gente os ama e toda a gente diz como ela é super bonita. Eu concordo claro e acredito que nos meus olhos é ainda mais bonita do que toda a gente crê. Pode parecer extremo, mas a este ponto não imagino mesmo a minha vida sem ele. Nem quero imaginar, claro.

Bem, para terminar numa nota mais feliz deixo algumas das coisas que mais amo nela: ela responde quando o Gonçalo diz “xau”; ela reclama quando nós espirramos; ela adora subir para as gavetas quando estou a arrumar a roupa; espera por nós à janela e vem a correr receber-nos à porta.



## Entrevistado 7:

O nome do meu cão surgiu porque eu gosto muito da cerveja irlandesa Guinness e porque ele se assemelha à cor da mesma. Originário de uma ninhada de mais dez cachorrinhos, foi desde sempre o mais gordinho e o mais fofo. O Guinness é segundo muitos uma mistura das raças Labrador, Serra de Estrela e Husky. Foi sempre o cão de guarda cá de casa.

Da ninhada da cadela de uma senhora de Cerva vieram dois cães para minha casa: o Guinness (cão) e a Kira (cadela), que a minha irmã escolheu ao mesmo tempo que eu trouxe o Guinness para casa. A escolher um favorito claramente escolho o Guinness, porque podemos dizer que o cão é o retrato do dono: dorminhoco, sempre com vontade de comer e um pouco nervoso a conhecer pessoas novas. O meu cão pode não ser o mais doce e amigável para pessoas novas porque requer várias visitas para ser apegar às pessoas. Houve um episódio em que em Cerva ele quase mordida o meu tio-avô, mas só ficou pelo casaco e, ao tentar separá-lo do casaco, um dente dele foi ter debaixo do meu umbigo o que provocou uma ferida. Esse episódio não me motivou a gostar menos dele. Fiquei sim, mais preocupado ao apresentá-lo pessoas novas, sempre com precauções.

É o meu primeiro cão, mas posso dizer que até está a correr muito bem e que afinal de contas agora tem-se portado bem melhor. Neste momento se o perdesse não sabia o que fazer, porque já não sei o que é viver sem ele. Um dia fui passeá-lo enquanto era cachorrinho, mas já com 30 e tal quilos. Ao atravessar a passadeira de minha casa, do nada ele trava e tropeço nele e caí

sobre ele e aleijei-me nas pernas e no braço, mas consegui que ele não fugisse. Do lado dele, eu acho que ele tem especial carinho por mim e pelo meu pai, mas também deve ser porque somos nós que o levamos à rua.



### Entrevistado 8:

O Dinky está connosco há quase 11 anos. Fomos buscá-lo a um abrigo para animais, quando tinha apenas alguns meses. Tinha sido resgatado da rua, após a sua mãe e irmãos terem sido atropelados. Da ninhada, apenas ficou ele e uma irmã (que não pudemos trazer porque sabíamos que iam ficar grandes).

Na altura, eu tinha algum medo de cães. Ainda assim, a ideia de trazer um cachorrinho abandonado para casa parecia a coisa certa a fazer. O meu pai era o único que não estava muito entusiasmado com a ideia – sabia que as responsabilidades (dar de comer, passear, limpar...) iam cair sobre ele e sobre a minha mãe, ainda que eu e o meu irmão prometêssemos o contrário. No entanto, desde cedo que se afeiçoou ao Dinky. Gosta muito dele, trata muito bem dele. Claro que, de vez em quando, chateia-se por ter de o ir passear todos os dias ou limpar o pátio.

Fomos ao abrigo e o Dinky chamou-me logo à atenção. Era muito medroso, tímido, não se chegava a nós. O meu irmão estava indeciso entre o Dinky ou uma cadelinha pequena, muito energética e brincalhona. Eu, com o meu receio com cães, disse que ou era o Dinky ou não era nenhum. Lá foi.

O nome já estava escolhido, em honra a um desenho animado (Dinky Dog) cuja personagem principal é um cão grande e desajeitado. Apesar de os primeiros tempos terem sido difíceis porque o Dinky tinha muitos medos (não ia à rua, não entrava no carro, não gostava de estar fechado dentro de casa...), começou a habituar-se a nós e à nova casa, fazendo jus ao seu nome – tornou-se o cão grande, feliz e desajeitado como no desenho animado.

Agora, o Dinky está a entrar numa nova fase da sua vida – a terceira idade. Dorme muito mais, quer mais miminhos, prefere passeios mais curtos e pela sombra. Ainda assim, não resiste a umas boas brincadeiras e corridas. O seu momento favorito do dia é quando vai à rua! É um pouco esquisito a comer: tem de ser a ração do Lidl. Ao contrário do resto da família não é nada vegetariano. Não resiste aos snacks de pato ou porco, à comida húmida enlatada ou aos restos da nossa massa. Tomar banho ou pôr perfume não é com ele. Não gosta de dormir dentro de casa. Fica lá fora, com as suas mantinhas (ou o que restam delas, depois de umas mordidelas) com a sua “irmã” Cleo, a tartaruga.

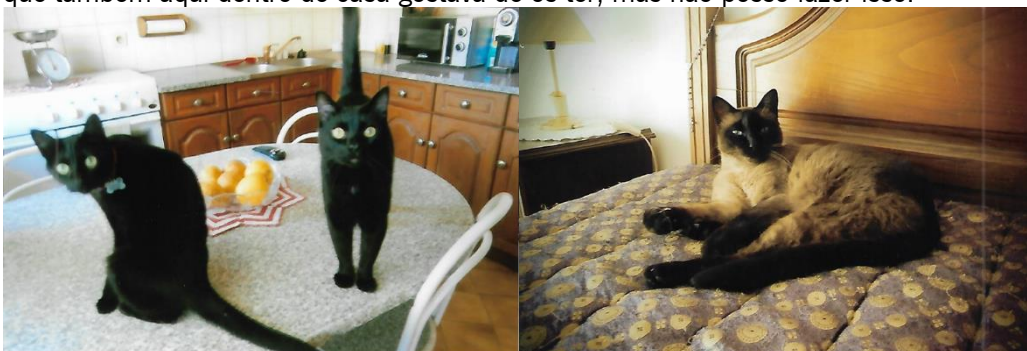


### Entrevistado 9:

É uma coisa que eu gosto, é uma coisa que faz parte da vida e é uma coisa que é saudável para quem gosta e é uma belíssima companhia. Tenho uma cadelinha, é a mais nova, ela vem à minha beira, eu pego nela e começo logo “de quem é que tu gostas? De quem é que tu gostas, minha menina?” ela...só queria que tu visses a alegria dela a bater com o rabo nas minhas pernas com a alegria dela, às vezes até quer lambe-me a cara...

### Entrevistado 10:

Eu, com respeito aos gatos, eu gosto muito dos gatos, eu queria ter tempo suficiente e passar o meu tempo só com eles. Brincar, dar isto, dar aquilo, andar sempre com eles, mas não posso fazer isso muitas vezes, tenho de fazer algumas vezes, que é também para eles não se sentirem desprezados. Todos os bocadinhos que eu posso, eu brinco com eles. Sinto-me feliz, contente, gosto, pronto, gosto de ‘tar com eles. Não posso fazer mais nada, se eu pudesse fazer, fazia. Se eu tivesse muito dinheiro, eu arranjava...gostava de ter um património só para os animais. Claro que também aqui dentro de casa gostava de os ter, mas não posso fazer isso.



### Entrevistado 11:

Pablo o gato preto de olhos verdes, é um gato muito especial para mim. Foi um dos gatos recém-nascidos, que tratamos e alimentamos até que conseguissem fazer por si mesmos.

Apesar de não ser um gato muito apegado é muito carinhoso e a maneira que o demonstra aquece o meu coração. A forma de como ele se aproxima de mim, das minhas pernas, e se esfrega quando me vê.

A tranquilidade e a diversão de quando está a dormir ou a brincar, respetivamente, traz-me uma tranquilidade e alívio de stress depois de um dia atarefado.

Fará sempre parte de mim



## Entrevistado 12:

O Kenny é um pincher anão, que veio encher de bem-estar e alegria a nossa casa em 2017.

Kenny nasceu no dia 17 de novembro 2016, veio fazer parte da nossa família em janeiro 2017.

Quando o fomos buscar, o Kenny foi o único da ninhada de 4 cãesinhos a destacar-se ao mostrar-se irrequieto e brincalhão. Hoje em dia, é um cãesinho calmo, que gosta de dormir, brincar com o seu bonequinho e adora os momentos de ir à rua passear.

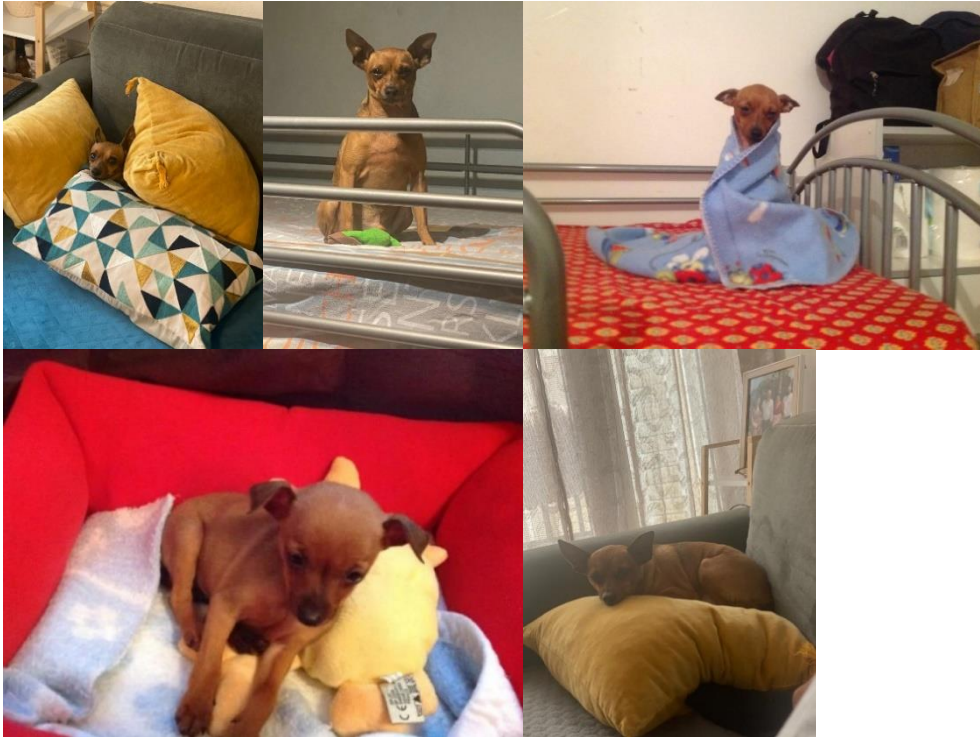
É um cão muito mimado e adora estar no conforto dos donos enquanto dorme com a sua « chupeta » na boca (ursinho de peluche).

O Kenny hoje em dia é um membro da nossa família e quando está doente todos nós nos preocupamos com ele.

O Kenny é também um comilão, quando se trata de comida, ele faz de tudo chamando-nos a atenção para obter um bocadinho de comida.

O Kenny é também um cão muito friorento, à noite quando todos vamos dormir, ele procura sempre o lugar mais quentinho para passar a noite, ou seja, debaixo dos lençóis da minha cama. Mesmo sendo um cão de pequeno porte ele gosta de ter o seu espaço, e na cama, por exemplo, não gosta que lhe toquem enquanto está a dormir. Para nos mostrar o seu desagrado, ele começa a « rosnar ».





### Entrevistado 13:

Diria que, agora que as tenho, é evidente que, primeiro não sei quem vai morrer primeiro, se sou eu, se são elas, mas é evidente que quando nós começamos a ter animais e começamos a ter uma relação de cuidado é evidente que a sua falta vai ser...vamos sentir a sua falta, não há dúvida nenhuma. Já não é a mesma coisa. Pensando que não tínhamos, que elas morriam as três, olhar a casa sem os animais não é a mesma casa, sem dúvida nenhuma, mesmo que eu tenha essa noção, em boa verdade, fazem parte da afetividade da família, sem dúvida nenhuma.



### Entrevistado 14:

Que ele é lindo. Que eu tenho um gato lindo, muito grande. Muito esperto. Companheiro. Ele é companheiro, ele segue-nos pela casa, nós os dois chegamos e ele segue-nos. Se eu chegar sozinha, ele segue-me a mim, mas se se chegarmos os dois, ele vai seguindo mais o meu marido.



### Entrevistado 15:

Gosto dele, ele é muito amigo, muito amigo. Faz-me muita companhia, faz sim senhor. E agora se ele me faltasse eu também ia sentir muito.

